



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**JOSÉ WILSON OLIVEIRA FONTENELE**

*Romantismo e Realidade Bancária Brasileira: Banqueiros,  
Dívida Pública e Política*

Livro-reportagem apresentado ao Curso de  
Graduação em Jornalismo da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel em  
Jornalismo.

Orientador: Samuel Pantoja

Florianópolis  
junho de 2013

**JOSÉ WILSON OLIVEIRA FONTENELE**

*Romantismo e Realidade Bancária Brasileira: Banqueiros,  
Dívida Pública e Política*

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Prof. Dr Samuel Lima (UFSC)  
(Presidente/ Orientador)

Prof. Dr. Ary Cesar Minella (UFSC)

Prof. Dr Carlos Augusto Locatelli (UFSC)

Florianópolis, junho de 2013

*"Seja qual for o seu sonho, comece.  
Ousadia tem genialidade, poder e magia."  
(Goethe)*

## **RESUMO**

Este livro-reportagem tem como objetivo tornar público e compreensível o funcionamento do setor bancário, que historicamente sempre gozou de certos privilégios legislatórios, econômicos e governamentais no Brasil. Tais benefícios transformaram um país agroexportador em um dos locais mais lucrativos para a atividade bancária no mundo. O trabalho vai analisar o ciclo bancário e suas três fases complementares: o lucro (através de juros, spread e compra da dívida pública), o financiamento dos políticos nacionais e o reforço do poderio oligopolista bancário nacional. Os dados que sustentam a análise compreendem o período 2000-2012 e os resultados eleitorais de 2010 e 2012.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bancos, juros, Dívida Pública, Política, eleições.

## **ABSTRACT**

This work aims to make public and understood the operation of the banking sector, which historically has always enjoyed certain juridic, economic and governmentprivileges in Brazil. Such benefits transformed aagricultural country in one of the most profitable for the banking world. The work will analyze the bank and its three complementary sectors: profits (earnings with interest, spread and acquisition of public debt), the financing of national political power and strengthening the domestic banking oligopoly. The data justifying the analysis cover the period 2000-2012 and the election results of 2010 and 2012.

**KEY-WORDS:** Banks, profits, Public Debt, Politics, elections.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. A HERANÇA DOS BANCOS NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	9
2. DÉCADA DE 1990 E PLANO REAL.....	19
3. OS BANCOS INTERNACIONAIS.....	31
4. BANCARIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA.....	36
5. FORMAÇÃO DO LUCRO BANCÁRIO.....	50
6. DÍVIDA PÚBLICA NACIONAL.....	61
6.1. MERCADO DA DÍVIDA PÚBLICA .....	73
7. DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA (DMPFi).....	80
8. OS DONOS DA DÍVIDA NACIONAL.....	86
9. A POLÍTICA DOS BANQUEIROS.....	92
9.1. “CARTA AO POVO BRASILEIRO” .....	97
CONCLUSÃO .....	104
BIBLIOGRAFIA .....	107
ANEXOS.....	111

## Introdução

“Romantismo e Realidade Bancária Brasileira: Banqueiros, Dívida Pública e Política”, investiga a dicotomia que há entre a função que deveria ser exercida pelos bancos (a visão romântica) e a função que realmente exercem no Brasil, , considerando, sobretudo o mercado de títulos da dívida pública.

Idealizados como mediadores entre o Estado e os tomadores de crédito, os bancos conseguiram, no caso brasileiro, poder e influência, sustentados em quatro pilares: altas taxas de juros, spread bancário, ganho no mercado da Dívida Pública e financiamento de políticos. Essa cadeia de fatores permite, por exemplo, que as três primeiras instituições bancárias nacionais (Itaú-Unibanco, Banco do Brasil e Bradesco, respectivamente), alcancem lucros na casa de 18% entre os anos de 2009-2012, e com perspectiva de manutenção e/ou alta desse índice *a posteriori*; estamos falando de valores na casa média dos R\$ 10 bilhões anuais (embora o Banco Central revise para a casa dos R\$ 6 bi anuais). Junte com isso o fato de que em 2011 (segundo os dados da Federação Brasileira de Bancos, a Febraban), o número de brasileiros que mantêm atividades com instituições financeiras chegou a 121,3 milhões. Total, ainda segundo os dados da Febraban, que é atendido em 100% dos municípios brasileiros com pelo menos um estabelecimento que pode exercer as atividades de um banco (são os chamados correspondentes não-bancários, como padarias, mercearias, farmácias etc). Ou seja, todo o território nacional conta com pelo menos um agente bancário; essa taxa é muito superior, por exemplo, a da quantidade de municípios que tem alguma política de saneamento básico (71,8%, segundo os dados do IBGE de 2011).

Elaborar uma resposta sobre como os bancos conseguiram dinheiro e poder no Brasil requer uma exploração dos capítulos desse livro-reportagem. Inicialmente tentamos compreender que ter entender que a evolução nas regras do setor é uma parte significativa para analisar a herança atual dos bancos nacionais; esse é o assunto do primeiro capítulo. No segundo capítulo estudamos uma década especial para os bancos, os anos de 1990, que trouxeram uma reestruturação ao setor devido às novas regras de uma moeda não mais hiperinflacionada (o Real), e aos planos de ajuda estimulados pelos governos (o Proer e Proes) que juntos despejaram R\$ 81,1 bilhões aos bancos estaduais e privados. No capítulo seguinte uma investigação sobre como os bancos internacionais ganharam espaço no Brasil.

Mesclando esses dois jogadores, os bancos nacionais e internacionais, chegamos à constatação que o Brasil passa por um processo de concentração e oligopolização do setor bancário (4º capítulo), fenômeno justificado pela liderança conjunta, em várias categorias, de somente cinco instituições nacionais. No quinto capítulo começa a análise sobre como se forma o lucro bancário através de um estudo nos juros para Pessoa Física e Jurídica; no

mesmo capítulo um espaço para outro formador de lucro para os bancos: o *spread*.

No capítulo seguinte outro grande fator de lucro bancário e de dor-de-cabeça para o governo federal: a Dívida Pública. Logo no início do capítulo uma análise sobre a história da dívida brasileira, seguida de uma explicação sobre as diferentes formas em que ela é conceituada, bem como seus valores atuais. No sétimo capítulo um estudo sobre os papéis da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que é a Dívida paga pelo Governo. Só em 2012 foi pago R\$ 1,01 tri (47,19% do orçamento governamental para aquele ano), com o pagamento da DPMFi. Esse dinheiro vai para os donos dessa dívida: os bancos. A relação de apropriação bancária da DPMFi é assunto do oitavo capítulo. No último capítulo demostramos que o dinheiro conseguido através de juros, spread e dívida pública servem para financiar uma classe que é próxima dos banqueiros: os políticos.

Boa Leitura!



## **Romantismo e Realidade Bancária Brasileira:**

### **Banqueiros, Dívida Pública e Política**

#### **Capítulo 1 – A herança dos bancos no início do séc. XXI**

Uma palavra é fundamental para entender todo o atual sistema bancário brasileiro: herança. Ter um legado significa não precisar passar pelos mesmos degraus que seus antepassados, pois já se começa de outro patamar. Nesse caso, herança bancária significa iniciar o séc. XXI com a manutenção de todos os privilégios legislativos, econômicos, financeiros e jurídicos que foram conquistados na relação com o Estado. Para dar mais atenção a essas mudanças na estrutura do setor, este trabalho analisará a história dos bancos nacionais de um ponto de vista diferente: através dos mecanismos de controle.

Agrupar 215 anos de história bancária através das ferramentas de controle serve principalmente como uma resposta à Constituição Federal. Explico. É função primordial do Estado criar regras e fiscalizar o seu próprio Sistema Financeiro como forma de proteção a todos os cidadãos. Um sistema desregulamentado significaria um retorno à Idade Média, onde os ricos se fortaleceriam internamente em seus castelos com cada vez mais dinheiro e a população ao entorno só teria impostos e pobreza.

Por essa forma de análise, toda a história dos bancos no Brasil pode ser dividida em cinco fases:

1 - Da falta de regulamentação até a Inspeção Geral dos Bancos (De 1808 até 1920)

Cento e doze anos. Foi esse o período entre o primeiro banco nacional e a criação da primeira instituição federal que trabalhou na fiscalização do sistema bancário. Mas antes de explicar como foi criado o primeiro banco nacional, é importante destacar que a atividade no setor existia desde o séc. XVI, porém era tímida. Conforme relata Carvalho<sup>1</sup>, o fato de o comércio ser mais lucrativo que os bancos era o principal motivo das poucas atividades do setor. “Como as transações comerciais permitiam um lucro muito elevado, não havia motivação para criar um banco que certamente daria lucros inferiores aos que se poderiam auferir com o comércio comum.” Naquele momento os bancos

---

<sup>1</sup>CARVALHO, José Luiz. Bancos Comerciais no Brasil - Considerações Gerais. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, 1969.

lucravam menos, e a única forma de modificar esse cenário era uma situação que obrigasse a coroa portuguesa a investir no Brasil. E foi isso que aconteceu. Só uma coisa era maior que a desconfiança portuguesa com a nova colônia: a dívida real. Quando os portugueses vieram ao Brasil a dívida externa os consumia, por isso precisavam urgentemente de um banco para emitir moeda. Antevendo essa necessidade, e também seguindo o conselho de um ministro, o próprio rei D. João VI, em 1808, na sua visita, e, possivelmente, missão “civilizadora” europeia, resolveu criar o primeiro banco em uma colônia, um fato inédito na história mundial. O Banco do Brasil foi também o quarto banco emissor do mundo, atrás do Banco da Suécia (1668), do Banco da Inglaterra (1694) e do Banco da França (1800). Mas, como portugueses não tinham experiências com bancos, a instituição faliu em 1829. Só para se ter uma ideia do dinheiro envolvido entre esse curto período de tempo da coroa na colônia, entre 1810 e 1828 foi emitido um total de 28 bilhões de réis, o que daria R\$1,6 trilhões, segundo a conversão de Gomes<sup>2</sup>.

Pouco tempo depois o sistema bancário nacional tornou-se uma boa colcha de retalhos, pois bancos particulares começaram a surgir e a emitir moeda nas suas províncias, de forma que o dinheiro só era válido naquele local específico e no Rio de Janeiro, a capital do país. Não havia, portanto, unidade monetária no país. Como a perda do direito de emitir moeda significava uma perda de soberania do Estado, havia uma preocupação do recém-formado país com a manutenção de sua uniformidade. Para evitar a fragmentação era necessário o reestabelecimento do laço econômico através do monopólio governamental do direito de emitir moeda. Para solucionar esse problema foi criado o segundo Banco do Brasil através de lei, em 31 de agosto 1853, por José Joaquim Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, Ministro da Fazenda do período. Daí para frente o objetivo do governo central era voltar a ser o único emissor de moeda oficial do país; e aqui vamos fazer um salto na história, porque a tarefa durou anos.

O século virou e o problema persistia sempre com o governo tentando algo diferente: em alguns momentos o Estado baixava leis que impediam outros bancos de emitirem moeda; em outros o Banco do Brasil emitia mais moeda do que efetivamente podia pagar; e em outros as compras e fusões com outras instituições do setor eram a saída para impedir a quebra do Banco do Brasil. De fato duas versões do Banco do Brasil ficaram a beira da falência e tiveram que ser incorporadas a outras instituições privadas.

Mas, enquanto os anos foram passando e a luta desenvolvia-se por um flanco, por outro lado o sistema também abrigava novos *players*. Aí não havia mais jeito, o Estado teve que colocar um juiz para fiscalizar tudo, e mais uma vez outro Banco do Brasil foi criado, o quarto. Este banco que data de 1905 é o mesmo Banco do Brasil de hoje, a diferença é que naquela época ele

---

<sup>2</sup>GOMES, Laurentino. . 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo (SP): Planeta do Brasil, 2009. 367 p.

suportava mais funções, pois fazia também o papel de Banco Central (BC), emitindo moedas e fiscalizando o sistema.

Logo depois, para complementar e fortalecer o controle do incipiente Sistema Financeiro que se formara, foi criada a Inspeção Geral de Bancos pelo Decreto nº 4.182, de 13 de dezembro de 1920, órgão subordinado ao Ministério da Fazenda para fiscalizar bancos, casas bancárias e quaisquer outras instituições de créditos nacionais ou estrangeiras. Dessa forma o Estado tentava fortalecer ainda mais a fiscalização bancária, pois percebia que aquela atividade era vital para a saúde das contas nacionais.

## 2 - Da Inspeção Geral dos Bancos até a Sumoc (De 1920 até 1945)

A criação da inspeção parecia ser a melhor forma de o Governo não ser surpreendido pelo sistema, mas não foi isso que aconteceu. Havia um defeito grave na instituição criada: ela não tinha competência para normatizar o setor. A Inspeção Geral dos Bancos era como um vigia com cassetete, mas sem o poder de criar as regras do jogo.

Por causa desse defeito de criação o órgão foi extinto em 1931, e suas atribuições passaram a ser exercidas pela Fiscalização Bancária (FIBAN) do Banco do Brasil, e pelo Consultor Geral da Fazenda. Logo depois estas atividades foram concentradas no Banco do Brasil, na FIBAN e na Carteira de Mobilização Bancária (CAMOB).

Na prática os bancos ficaram livres para agir de acordo com seus propósitos. Com esse horizonte (de novo) tranquilo, uma estratégia bancária passou a ser usada: aumentar o capital físico através da criação de mais matrizes pelo país. Essa jogada foi posta em prática por todos os bancos nacionais, conforme assegura Carvalho<sup>3</sup>. “Devido a inflação, às facilidades de se abrir novos bancos e pela falta de uma eficiente fiscalização, o número de bancos aumentou, atingindo seu máximo em 1944 com 663 matrizes.”

Eram tantos jogadores que cada vez mais o governo precisava de um grande (e supremo) juiz. Preocupado com isso e com a moeda inflacionando devido ao multiplicador bancário (uma ferramenta que será explicada no próximo item), o país arregaçou as mangas e criou a Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), em 1945. Agora havia uma entidade reguladora externa ao mercado, e com plenos poderes para criar normas e punir maus competidores.

## 3 - Da Sumoc até o Banco Central (De 1945 até 1964)

---

<sup>3</sup>CARVALHO, José Luiz. Bancos Comerciais no Brasil - Considerações Gerais. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, 1969.

A Sumoc era um órgão independente, portanto alheio ao mercado, mas que se utilizava da estrutura administrativa e de pessoal do Banco do Brasil, para exercer a atividade de regulação e normatização do Sistema Bancário Nacional. Mas antes de falar um pouco de como foi a atuação da entidade, é importante citar o tripé regulamentador nacional formado pela Sumoc, Banco do Brasil (BB) e pelo Tesouro Nacional, que juntos fiscalizavam tanto os bancos quanto o dinheiro.

Quando a Sumoc foi criada o sistema era regido pelo Tesouro Nacional e o Banco do Brasil. O Tesouro tinha o monopólio de emissão de moeda, mas só imprimia quando o BB mandava. O banco, além de ditar o ritmo financeiro, também desempenhava as funções de: banqueiro do governo, banco dos bancos, controle das operações de comércio exterior, execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional e, o mais importante, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais, uma recente estratégia para tentar diminuir o ritmo do multiplicador bancário.

Neste ponto tenho que explicar esses dois conceitos para prosseguir na análise do período.

Compulsórios e multiplicador bancário são inimigos mortais. Explico, começando com a pirâmide do multiplicador bancário. A base do processo inicia-se quando alguém vai ao banco depositar seus suados R\$100, por exemplo. Com esse dinheiro em caixa o banco normalmente guarda (de acordo com sua estratégia operacional) 10% (R\$10) para si e empresta os outros R\$90 para outra pessoa, em forma de crédito. Esse outro sujeito compra um tênis, por exemplo; agora esse dinheiro vai para um terceiro, o comerciante, que deposita no banco os R\$90. Da mesma forma o banco guarda 10% (R\$9,00) e empresta os R\$81 restantes para um segundo cliente. Este, por sua vez, compra alguma coisa e logo o dinheiro retorna ao banco por meio de outra pessoa; e o ciclo inicia de novo. Dessa forma os primeiros R\$ 100 alimentam um sistema de dinheiro que só existe virtualmente em forma de crédito, pois fisicamente a quantia é a mesma. Para se ter uma ideia da quantidade gerada, se o banco reter apenas os 10%, como no exemplo, os R\$100 iniciais podem gerar R\$900 no sistema monetário. E não acaba por aí, pois os bancos ainda cobram os juros dos empréstimos de cada um dos consumidores que pegaram o dinheiro como crédito. Na prática mesmo o dinheiro cria muito mais dinheiro na mão dos banqueiros, e isso, se por um lado movimenta o processo econômico, por outro, deve ser controlado pelo Estado. Agora vem a contrapartida do governo: o depósito compulsório.

Como o excesso de dinheiro pode significar problemas para o Estado e sociedade (a inflação era a coisa mais leve nesse processo), o governo resolveu estabelecer uma porcentagem que seria depositada no Banco do Brasil toda vez que alguém realizava um depósito bancário. Ou seja, quando os mesmos R\$100 são colocados no banco, a instituição financeira retém para si a quantidade que desejar e o governo recolhe mais 15%, por exemplo, sobre o

depósito. Assim a capacidade de criação de mais dinheiro diminui, pois o crédito gerado pelo multiplicador bancário acaba mais rápido.

De fato o depósito compulsório é a principal arma governamental para frear a criação de dinheiro pelo sistema bancário. Mas essa ferramenta serve a dois senhores. Quando o governo quer estimular o consumo (crédito), ele diminui o compulsório para os bancos gerarem mais dinheiro no mercado, o que rapidamente dará mais crédito ao consumidor, que, por sua vez, fará tudo para manter o seu emprego. Crédito significa trabalho para o Estado; afinal quem vai querer perder o emprego quando há dívidas a pagar?

Voltemos à Sumoc. Lembra-se que até o ano de 1944 os bancos estavam criando matrizes para expandirem-se e tentar driblar os efeitos da inflação? Pois bem, assim que a Sumoc foi criada houve uma involução nesse processo, por dois motivos: “primeiro devido às restrições legais mais severas e a maior fiscalização e segundo porque os bancos que surgiram devido a desorganização do sistema foram sendo absorvidos por outros mais sólidos ou simplesmente desaparecendo (em 1954 o país como um todo possuía 384 matrizes).”<sup>4</sup> A tabela abaixo evidencia a queda do número de matrizes e uma alternativa de expansão através do aumento de agências.

**Tabela I – Número de estabelecimentos bancários no Brasil entre 1944-66**

Anos	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos estrangeiros	Matrizes	Agências
1944	2.737	39	663	2.074
1954	3.845	37	384	3.461
1955	3558	35	366	3192
1956	4257	35	360	3897
1957	4628	35	357	4271
1958	4857	36	345	4512
1959	5135	39	343	4792
1960	5348	41	338	5010
1961	5581	43	332	5249
1962	6109	44	332	5777
1963	6481	44	326	6155
1964	6874	44	328	6550
1965	7271	45	320	6951
1966	7568	48	297	7271

Fonte: IBGE

Fica claro pela tabela que a estratégia seguinte utilizada pelo sistema bancário foi o aumento no número de agências, pois as matrizes estavam fechando. Carvalho<sup>5</sup> explica esse movimento através da inflação do período e da legislação. “No período 1961/66 a expansão se deu através do aumento do

<sup>4</sup>Idem.

<sup>5</sup> Idem, ibidem.

número de agências devido à inflação e a facilidade maior em se conseguir autorização legal para abrir uma agência que para abrir um banco”.

Esclarecida a função da Sumoc no sistema bancário nacional é hora de evidenciar o outro planejamento estabelecido para a entidade: ser o embrião do Banco Central.

Embora a Sumoc estivesse dando conta do trabalho, o governo ainda não tinha todo o controle do sistema porque havia uma instituição que mesmo mascarando-se por pública fazia o jogo do mercado: o Banco do Brasil. Como esta instituição tinha que honrar os acionistas (embora o Estado fosse sempre o maior), acabava por fazer o jogo do mercado com a vantagem de ter certos benefícios governamentais. Isso a deixava na condição de banco mais lucrativo da época, o que tornava o governo preso na sua lógica. Para resolver isso era necessário um novo órgão que tivesse o peso controlador da Sumoc e algumas características do Banco do Brasil, como, principalmente, a emissão de moeda e o poder para estabelecer a taxa de compulsório (o BB era isento dessa taxa).

Com esses preceitos foi aprovada a Lei de Reforma Bancária em 31 de dezembro de 1964, que assegurava ao recém criado BC o objetivo de gestor da política monetária, com diretrizes determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Competiam à nova instituição: emissão de moeda, controle do redesconto e dos depósitos de reservas obrigatórias, regulação da atividade bancária, financeiras e dos capitais estrangeiros. Sobre o seu chefe, o CMN foi outra instituição criada pela mesma lei com o poder deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. O conselho existe até hoje e é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (presidente do conselho), Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil.

Retomando a mudança de papéis entre BC e Banco do Brasil, Fernando Nogueira descreve a situação informando sobre uma conta que foi criada no BC, pra mantê-lo ligado ao BB.

A lei foi aprovada, no final de 1964, sem que houvesse proposta concreta de separação do BB e do BC (...) Às vésperas da data-limite [31 de dezembro], o impasse continuava. A solução proposta foi a criação da “conta de movimento”, que deveria ser provisória. No entanto, a situação, temporária, rapidamente se transformou em permanente. O BB expandia o crédito por determinação do governo e mantinha conta de movimento aberta na contabilidade do Banco Central. (...) Ele emprestava e o BC captava, lançando títulos de dívida pública.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup>COSTA, Fernando Nogueira da. Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012. v. 1.

Por essa explicação fica claro que as duas instituições não estavam completamente separadas, e o que as ligava agora era a “conta de movimento” colada aos créditos dos títulos da Dívida Pública. Esse, por sinal, é o período seguinte da nossa análise.

#### 4 – Do Paeg e Banco Central até o reordenamento financeiro governamental (De 1964 até 1988)

O BC e o CMN são consequências diretas de um plano econômico elaborado através da política, sob os auspícios da Ditadura Militar iniciada em 1964. Era inegável que aquele era um ano diferente, de mudanças para o bem e para o mal, por isso é necessário explicar economia através da política.

Em 31 de março de 1964 foi deflagrado um golpe militar no país. Começava ali uma longa noite que duraria mais de duas décadas. O golpe militar destituiu o Governo Goulart e levou à presidência da República o marechal Castelo Branco. Aquela mudança significava uma forma diferente (mais rígida) de tentar lidar com a economia do país, que até então era consumida pelo alto déficit das contas públicas e sua prima, a inflação. Juntos estes dois velhos conhecidos afundavam o sonho de desenvolvimento nacional, uma visão progressista que era perseguida desde a virada do século XX. Pois bem, Castelo Branco, estava determinado a resolver esses problemas implantando diversas políticas de modernização da economia. A primeira veio no mesmo ano do golpe; em novembro de 1964 foi apresentado o Programa e Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo novo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Para explicar o programa recorro a Guilherme Pedras, então Coordenador-Geral de Operações da Dívida Pública do Brasil.

Entre os objetivos do Paeg, poderiam ser citados: (i) a obtenção de recursos adicionais para a cobertura dos déficits da União; (ii) o estímulo à poupança individual; e (iii) a criação de um mercado voluntário para os títulos públicos. Esses motivos deixam clara a importância que deveria ser dada à formação de um eficiente mercado de títulos públicos. Nesse contexto, foram introduzidas diversas modificações na economia brasileira, em particular em áreas que se relacionam diretamente com a dívida pública, como as reformas do sistema fiscal e do sistema financeiro. Cabe destacar a edição das Leis nº 4.357, de 16/07/1964, que criou a correção monetária, e nº 4.595, de 31/12/1964, que instituiu a reforma bancária, criou o BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN)<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup>PEDRAS. Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

Ou seja, uma das principais linhas de ação do PAEG era reformular o sistema financeiro para que este pudesse mudar a forma de expansão da economia nacional. Na prática o governo queria não depender muito do financiamento externo para o crescimento, pois a economia nacional era muito frágil às flutuações de juros internacionais. Com esse intuito foi criado o primeiro instrumento padronizado de dívida pública, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), instituída legalmente pela Lei nº 4.357/64 e pelo Decreto nº 54.252/64. E a estratégia deu certo, conforme ratifica Pedras. “A criação dos títulos com correção monetária, na medida em que protegia os investidores das perdas representadas pela inflação, representou um grande impulso ao desenvolvimento do mercado de títulos públicos no Brasil.”<sup>8</sup> Agora podemos voltar aos bancos.

Estabilidade, essa é a palavra que melhor define os títulos de ORTNs aos bancos. Agora a instituição bancária podia ao menos manter seu capital físico, porque os títulos do tesouro pagavam, no mínimo, a correção inflacionária do período; aqui o ciclo se fecha. O raciocínio é quase perfeito: primeiro o Brasil precisa se desenvolver (afinal este é o país do futuro, no mote ufanista da ditadura), mas não pode depender muito do financiamento externo, pois é frágil e já conheceu a ruína internacional no *crash* de 1929 e na primeira crise do petróleo em 1956. A solução foi criar as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, que significa nada mais nada menos que Dívida Interna (um capítulo posterior será dedicado somente a esse assunto). Este título (ORTN) pagará ao portador o valor que estiver escrito ali mais os juros do período, e com o dinheiro o país vai se desenvolvendo. Ganham o país e os bancos, e perde a inflação.

Mas...

...o raciocínio é quase perfeito porque nada em economia funciona assim, tudo é sempre sujeito às variáveis, aos números e à psicologia do mercado e consumidores. De fato, somente atribuindo-se a um cenário a característica de “*Ceteris paribus*” pode-se calcular um mundo perfeito, onde não haveria mudança nas variáveis. A expressão latina mencionada pode ser traduzida como “mantidas inalteradas todas as outras coisas”, e é usada em economia com a finalidade de reduzir o número de coeficientes que influenciaram no resultado final. Acontece que o cenário preconizado por Castelo Branco não era de *ceteris paribus*, ao contrário, o Brasil estava em uma onda, a onda preta do petróleo, e ela iria quebrar por todo o mundo.

Não é objetivo deste texto explicar os impactos das crises do petróleo de 1973 e 1979 no Brasil, e sim ilustrar o que significou em termos de dívida inflacionária. Por isso é importante o que escreveu Pedras.

A partir de meados da década de 1970, o país começou a sentir os efeitos do primeiro choque do petróleo. Em 1974, as

---

<sup>8</sup> Idem.



taxas de inflação foram duplicadas em relação ao ano anterior, assim como as taxas de crescimento interromperam o padrão até então verificado para algo em torno de 5% a.a. (...)Na década de 1980, a situação agravou-se com a eclosão do segundo choque do petróleo em 1979. Nesse momento, a inflação atingiu patamares sem precedentes, alcançando a barreira dos três dígitos, e as taxas de crescimento da economia começaram a enveredar para o terreno negativo. Iniciava-se a chamada “década perdida”.<sup>9</sup>

“Década perdida”, você com certeza já ouviu essa expressão. Ela refere-se à estagnação econômica passada durante a década de 1980. Só havia um setor que ainda continuava lucrando com isso tudo: o bancário. Lembra que as ORTs eram corrigidas com a inflação do período? Pois bem, não importa o quão o Brasil estava ruim, os bancos sempre recebiam a sua parte no bolo inflacionário. Prova disso é que o governo, a fim de honrar suas dívidas, começou a diminuir o prazo dos títulos de mercado, tanto as ORTs quanto da sua irmã, as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), títulos criados pelo Decreto-Lei nº 1.079, de 29/01/1970 e Resolução nº 150 do CMN, de 22/07/1970, para fins de política monetária. Como exposto no gráfico abaixo, todos esses fatores permitiram aos bancos desempenhos invejáveis aos outros ramos de atividade econômica nacional.

**Tabela II – Rentabilidade dos bancos e empresas no Brasil 1981-88 (%)**

Anos	Instituições Financeiras	Empresas
1981	20,5	7,5
1982	14,7	6,3
1983	10,7	3,7
1984	10,5	6,6
1985	11,7	5,4
1986	8	8,7
1987	5,2	2,1
1988	12,4	4,7

Fonte: Revista Visão, nº21, ano XLI, maio/1992

Fazendo uma conta simples, a média de rentabilidade das instituições financeiras foi de 11,7% ao ano, enquanto das empresas foi de menos da metade, 5,6%, no mesmo período. Importante frisar que o lucro das instituições financeiras dessa época deve-se principalmente aos *spread* bancário, e, mesmo que pareça indecente para os não-banqueiros, é totalmente legal, com respaldo dos órgãos que fiscalizavam o setor. Entretanto havia uma ponta solta na fiscalização bancária, arelação BB-BC, assunto do próximo tópico.

---

<sup>9</sup> Idem.

## 5 – De 1988até os dias atuais

Ao longo da década de 1980 o Banco Central foi desprendendo-se da amarras do Banco do Brasil. Em 1985 foi promovido o reordenamento financeiro nacional, com a separação das contas e funções do BC, Banco do Brasil e Tesouro Nacional. No ano seguinte foi extinta a “conta de movimento”, uma ferramenta que era usada para registrar as operações realizadas pelo Banco do Brasil na condição de agente financeiro do Banco Central. Essa conta era utilizada como fonte de empréstimo automático do Banco do Brasil e foi apontada como uma das causas da alta inflação do período. Com o seu fim, em 1986, o fornecimento do BC ao Banco do Brasil passou a ser identificado nos orçamentos das duas instituições, acabando com os créditos automáticos que prejudicavam o BC no controle monetário; em 1988, as funções de autoridade monetária foram transferidas do Banco do Brasil para o Banco Central, enquanto as algumas atividades exercidas pelo BC (como as relacionadas ao desenvolvimento e à administração da dívida pública federal), foram transferidas para o Tesouro Nacional. Esse tripé de entidades teve suas funções reforçadas pela Constituição Federal de 1988, com o intuito de uma não meter o dedo nas obrigações da outra.

Depois da aparente estabilização bancária no período após a nova constituição, uma coisa ainda continuava a balançar muito o barco Brasil, a sucessão de planos para estabilização monetária entre 1980 e 1990. Era como se o país não conseguisse cumprir suas metas, por isso resolveu botar em prática um plano ousado que chacoalharia toda a economia, o Plano Real, e, obviamente, os bancos também tiveram que dançar a nova música.

## Capítulo 2 – Década de 1990 e o Plano Real

Entre o final dos anos de 1980 e o início dos anos de 1990 o país passava por situações críticas na política e economia. No executivo tínhamos a substituição do último presidente eleito de forma indireta, José Sarney (que foi o vice na chapa de Tancredo Neves e assumiu após a morte deste), para o democraticamente empossado Fernando Collor de Mello, que prometeu caçar os marajás da república, mas em 1992 sofreu processo de *impeachment* por corrupção política. No lado econômico a sucessão de planos entre 1985 e 1990 (Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e como novo presidente, Plano Collor) tentavam frear a galopante inflação, que consumia o trabalho do povo e estagnava o poder de compra do consumidor. Neste ponto terei que fazer uma breve explicação sobre o principal problema econômico brasileiro, a inflação, para ficar mais fácil de compreender como os bancos foram afetados pelas medidas do Plano Real.

Inflação é uma coisa simples por natureza, mas que assumiu um duplo significado com o tempo. Por definição trata-se de um índice que expressa a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Acontece que o dinheiro, filosoficamente idealizado por Karl Marx como a “síntese de todas as mercadorias”, também é uma mercadoria, e por isso também perde ou ganha mais “valor”, por causa de diversos fatores de ordem interna e externa. Além disso, inflação no Brasil também é sinônimo de aumento dos preços. Ou seja, inflação pode significar tanto que o seu dinheiro vale menos, quanto que os produtos/serviços estão mais caros. O contrário de inflação é deflação, mas isso é raro, especialmente no contexto brasileiro.

Mas se você acha que inflação é ruim para todo mundo, está enganado. Para os bancos inflação também significa um acréscimo da reserva financeira da instituição. Explico. Quando são feitos depósitos nos bancos e a taxa de inflação é muito alta (em 1990, o Índice de Preços ao Consumidor registrou hiperinflação de 1.639%) o valor do depósito é inflado na instituição para corresponder ao depósito inicial feito. Ou seja, gera-se uma receita inflacionária que posteriormente será usada pelo banco como instrumento de financiamento para outros empréstimos. Esse era a forma mais comum de garantir receita no período precedente ao Plano Real, e estava dando muito certo. Estava indo tão bem que o dinheiro gerado dentro dos bancos estava impactando no Produto Interno Bruto (PIB); mas isso não era bom. Como se observa pela tabela abaixo o dinheiro da inflação estava inchando as instituições bancárias e criando uma falsa sensação de que o Brasil estava produzindo mais riquezas.

**Tabela 1 - Receita Inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária / PIB	4,0	3,8	4,0	4,3	2,0	0,1
Receita Inflacionária / Valor Produção Imputada	70,0	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: Andima/IBGE: Sistema Financeiro – Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995.

Se esse ciclo continuasse a inflação, que chegou a 84,32% em um mês, iria crescer mais, diminuir o valor do trabalho nacional e aumentar a diferença entre ricos e pobres no país, além é claro, de ser cada vez mais difícil a sua contenção. Foi por essa e outras razões financeiras que o governo do presidente Itamar Franco iniciou um plano ousado para a época que previa a redução imediata da inflação e novas metas nacionais, o Plano Real.

O Plano Real partiu do entendimento que a inflação brasileira era causada por dois problemas: déficit público (o governo gastava muito mais do que arrecadava) e a inércia inflacionária. Sobre esse último ponto, a explicação de Ferrari<sup>10</sup> é pertinente:

“A inércia inflacionária manifesta-se porque os agentes econômicos, ao se defenderem da inflação - procurando recompor o pico da sua renda real em cada intervalo de reajuste de preços - repassam, através de mecanismos formais e informais de indexação, a inflação passada para os contratos correntes, impactando, por conseguinte, a dinâmica inflacionária presente.”

Ou seja, a inflação era alta porque cada novo índice herdava o valor passado mais a variação do período, caracterizando a chamada “indexação” de preços. Com essa lógica a taxa nunca diminuiria, sempre avançaria. Para resolver esses dois grandes problemas acima (inflação e déficit público), o Plano Real propunha mudanças nos regimes fiscal e monetário nacionais, o que afetou de forma pesada as instituições financeiras. Pode-se afirmar que o plano significou um ajuste significativo à gestão bancária no Brasil, pois a forma de organização e o antigo padrão de rentabilidade só existiam devido às altas taxas inflacionárias, e foi justamente isso que o Real pretendeu combater. Maia<sup>11</sup>, analisando aquela fase, explica como as dificuldades começaram a surgir.

A estrutura patrimonial refletia a multiplicação de bancos e filiais bancárias, de vez que os depósitos, mesmo quando remunerados, não ofereciam proteção perfeita contra a deterioração do poder de compra da moeda. O padrão de rentabilidade espelhava a ampla utilização do “floating”<sup>12</sup> de recursos como fonte de receita operacional. Assim, com o advento da estabilidade, vários bancos entraram em dificuldades.

---

<sup>10</sup>FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico? Disponível em: <[http://w.ufrgs.br/fce/rae/edicoes\\_antteriores/pdf\\_edicao35/artigo01.pdf](http://w.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antteriores/pdf_edicao35/artigo01.pdf)>. Acesso em: 26jan. 2013.

<sup>11</sup> MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. Brasília: DEPEC/Banco Central do Brasil.2003.

<sup>12</sup> Floating bancário: É o tempo em que o banco investe a quantia que recebeu ao atuar como intermediador entre consumidores. Exemplo: O banco recebe um título de cobrança (boleto) a favor do Comércio Y, porém só repassa a quantia correspondente depois de 3 dias. Durante esse período de *float* o Banco investe a quantia para si.

Após a estabilização iniciada em 1994 a inflação começou a cair significativamente, chegando a representar em 1995 apenas 0,1% (tabela anterior). Mas embora essa fonte de financiamento estivesse acabando, o rendimento bancário continuava elevado, e a rentabilidade média dos bancos chegou até a aumentar ainda na década de 1990, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 2 - Rentabilidade média (lucro líquido/pat. Líquido) dos bancos brasileiros em %**

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
32,9	9,1	9,5	14,9	16,8	12,9	13,0	12,2	13,1	23,0

Fonte: Andima/IBGE

Sobre a manutenção e aumento da rentabilidade, Corazza comenta:

“A manutenção de taxas elevadas de rentabilidade se deveu à troca de receita inflacionária pela receita de serviços, que quase duplicou sua participação relativa nos anos posteriores ao Plano Real. Com efeito, a receita de serviços, que representa apenas 8% em 1990, passa para 10,5%, em 1993, e para 21,5%, em 1995”.

Embora a rentabilidade média dos bancos não houvesse caído demasiadamente por causa da perda da substituição das reservas inflacionadas por receitas de serviços, alguns bancos não conseguiram uma transição eficiente para o novo modelo de trabalho. Essa diferença evidenciou uma fragilidade microeconômica em algumas instituições nacionais. O mesmo Corazza explica esse conceito:

“A fragilidade microeconômica pode decorrer de um rápido crescimento dos passivos bancários ou de uma divergência muito acentuada entre ativos e passivos. A causa mais frequente da crise reside na má qualidade dos ativos, consequência de uma má administração e mesmo de práticas fraudulentas. Por sua vez, falhas administrativas e práticas fraudulentas se devem a deficiências do sistema de regulamentação e supervisão bancárias. Deve-se mencionar ainda os deficientes controles internos dos bancos e o ocultamento de problemas, mediante uma contabilidade cosmética.”

Foi justamente a junção dessas características que iniciou uma crise nos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, e posteriormente fez o governo lançar dois planos de ajuda bancários, um para instituições privadas, o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), e outro para estaduais, o Proes (Programa de Incentivos para a Reestruturação do Sistema Financeiro Público Estadual), que totalizaram gastos de R\$ 81,8 bi aos cofres públicos. Os dois programas

também aceleraram a entrada de bancos internacionais no Brasil, o que será explicado no próximo capítulo. Agora vamos falar dos planos, começando pelo Proer.

Bancos são principalmente instituições interligadas entre si. Por essa característica grandes instituições (o Banco Econômico era o quarto maior do Brasil na época e o Nacional era o terceiro), são consideradas “*too big to fall*” (tão grande para cair, em tradução livre) que em economês significa algo como “se um grandão cair, todos nós perdemos”. Foi justamente para evitar que grandes bancos do sistema nacional quebrassem que o governo instituiu o Proer em 1995, com a edição da Resolução nº 2208 pelo Conselho Monetário Nacional e da Medida Provisória nº 1179, posteriormente convertida na Lei nº 9710/98.

### Os problemáticos

Tudo começou com os problemas do banco Nacional e Bamerindus. As duas instituições iam seguindo a regra dos períodos de alta inflação: manter o *floating* bancário e trabalhar com um índice de alavancagem alto (e arriscado) para pular na frente dos concorrentes. Neste ponto uma pequena retomada sobre o multiplicador bancário. Disse anteriormente que se um banco receber R\$100 de um cliente e reter para si 10% em cada operação financeira ao final ele terá gerado R\$900 em forma de crédito no sistema bancário. Pois bem, esses 10% são o índice de alavancagem. Acontece que o Nacional e o Bamerindus tinham optado por índices altos, por causa da alta inflação, e ao mesmo tempo expandiram o crédito para clientes de qualidade inferior aos dos concorrentes, pois quanto mais riscos mais lucro. Era uma aposta, um jogo. Enquanto a inflação permanecesse nas alturas e os clientes duvidosos pudessem pagar os juros altos dos empréstimos de risco eles lucrariam, mas imagina se o país decidisse declarar guerra à inflação? Foi isso mesmo que aconteceu. Quando o governo chegou com os pacotes do Plano Real que incluíam a desindexação<sup>13</sup> da economia, corte de despesas públicas, aumento de cinco pontos percentuais em todos os impostos federais e o aumento do compulsório bancário (o inimigo da alavancagem) os ativos desses bancos tornaram-se quase poeira.

No caso do Banco Econômico o problema foi ele não conseguir equiparar-se à concorrência enquanto o país estava mudando. Carvalho<sup>14</sup> refere-se a isso como instabilidade macroeconômica.

---

<sup>13</sup> A partir do Plano Real, em fevereiro de 1994, o reajuste de preços, salários e serviços não mais levaria em conta a inflação anterior. Essa medida era um pré-requisito para que a nova moeda entrasse em circulação com mais força de mercado. Posteriormente o aumento no salário mínimo passou a levar em conta a inflação acumulada.

<sup>14</sup> CARVALHO, Carlos E.; Oliveira, Giuliano C. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Ciências Econômicas, Nova Economia, v. 12,1, p. 69-84, 2002.

“O comportamento do Econômico sugere grande dificuldade para reagir às flutuações da conjuntura macroeconômica e aos desafios da concorrência: agiu moderadamente antes da queda da inflação, quando outros bancos expandiam o crédito com rapidez; quando os bancos líderes passaram a expandir as operações com mais firmeza, no segundo semestre de 1994, o Econômico estagnou. A hipótese de fragilização se aplica também a ele, na medida em que suas dificuldades podem ser atribuídas a problemas com as carteiras de empréstimos acumulados em anos anteriores.”

O consenso entre os pesquisadores da área é que o BC, por ser a entidade que fiscalizava a atividade bancária, conhecia os problemas desses bancos. Entretanto se perguntavam o porquê da demora do BC na intervenção dessas instituições. Para se ter uma ideia da demora, no caso do banco Bamerindus a crise estourou somente em 1997, quinze meses após o início das atividades do Proer. O mesmo Carvalho (1996)<sup>15</sup>, mas em outro texto, formula uma teoria que o BC buscou primeiro soluções de mercado antes de intervenções.

“O BC, embora conhecendo em detalhes as dificuldades enfrentadas pelo Econômico e pelo Nacional, optou pela tentativa de viabilizar soluções de mercado, financiando a ambos enquanto procurava soluções não traumáticas para o sistema bancário como um todo. Por outro lado, não é descartável a hipótese de que um dos critérios de decisão tenha sido tentar preservar, até onde fosse possível, os proprietários dos bancos em dificuldade, face à inegável existência de vínculos de toda ordem entre os diretores do BC e os banqueiros privados.”

Investigações à parte, o Proer contava com dois modelos de funcionamento, um para grandes bancos e outro para os pequenos. No caso de grandes instituições problemáticas, elas seriam divididas em duas partes: “*badbank*” e o “*goodbank*”. O banco bom é constituído pelos ativos<sup>16</sup> bons e pelos depósitos do banco problemático; o banco ruim é composto pelos ativos

---

<sup>15</sup> CARVALHO, C. E. (1996) Crise Bancária Questiona Independência do BCB. Economia em Perspectiva – carta de conjuntura n. 127 – janeiro/1996, Corecon/SP.

<sup>16</sup> Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes, que formam o patrimônio de uma empresa, opondo-se ao passivo (dívidas, obrigações etc.) In PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

remanescentes (ativos ruins) e pelas demais obrigações do banco problemático. Maia<sup>17</sup> assim analisa o plano:

“As operações Proer têm por finalidade cobrir o hiato patrimonial do banco bom, ou seja, equilibrar seu balanço patrimonial. Todavia, a assistência financeira do Proer sensibiliza o patrimônio de ambos os bancos, convertendo-se em ativo do banco bom (reservas bancárias) e em passivo do banco ruim (dívida junto ao Proer). Após a operação, o banco bom, saneado, é vendido, dando origem a outro banco, com nova personalidade jurídica. O banco ruim, por seu turno, entra em processo de liquidação extrajudicial pelo BC.”

Por essa explicação podemos entender que em grandes instituições o programa basicamente assumia dívidas (pagas com emissão de Dívida Pública), enquanto preservava e garantia o patrimônio de outra parcela do banco, ao qual era vendida para um conglomerado maior.

No caso de instituições pequenas e médias elas são vendidas e o programa fornece liquidez (dinheiro) para que o banco comprador atenda a necessidade eventual de saques dos clientes ou para que crie novas operações com as quais compense a compra de ativos ruins do banco problemático.

O balanço do programa, exposto por Maia<sup>18</sup>, mostra que aconteceram oito fusões/aquisições, sendo quatro sob o primeiro modelo (bancos grandes) e quatro sob o segundo (médios e pequenos). O autor conclui que “ainda que poucas e numerosas, essas aquisições, notadamente as realizadas no âmbito do primeiro modelo, alteraram radicalmente a estrutura do mercado bancário no Brasil”. O valor das operações Proer até 1997, quando foi finalizado, somou R\$20,4 bi, aproximadamente 2,7% do PIB médio do triênio 1995-96-97.

#### PROER: Valor das operações<sup>17</sup>

PROER - Operações	R\$ milhões
PROER - modelo geral 1 - bancos grandes	14.070
PROER - modelo geral 2 - bancos pequenos e médios	1.251
CEF <sup>2</sup>	5.038
Total	20.359

1/Valores históricos.

2/Financiamento para aquisição de carteira imobiliária.

Fonte: Banco Central do Brasil.

<sup>17</sup> MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. Brasília: DEPEC/Banco Central do Brasil. 2003.

<sup>18</sup> *Idem*.



## O Proes

A lógica por trás da criação dos bancos estaduais é romântica: eles se desenvolveriam nos estados ofertando crédito local em longo prazo(coisa que os bancos privados não concediam facilmente), para impulsionar a economia, promover o desenvolvimento, aproveitar-se da alta inflação para captar mais recursos ao estado, e paralelamente serem mais eficientes na administração de recursos estaduais e na gerência do caixa de Tesouro Estadual. Some-se isso ao fato de que nos meados do séc. XX criar uma instituição bancária era uma das poucas formas dos estados conseguirem dinamizar a economia e você entenderá como aqueles bancos brotaram no país entre 1920 e 1970.

A força desses bancos foi medida em 1996. Segundo Salviano<sup>19</sup> as instituições estaduais contavam com ativos no valor de R\$123 bi, equivalentes a 17,6% do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional (SFN); tinham mais 3.900 agências e 134 mil funcionários (22,4% do SFN).

Agora vamos sair um pouco desse romantismo e cair no realismo desses bancos. Bancos estaduais tinham um forte problema relacionado à sua gênese: eram instituições extremamente dependentes do estado ao qual representavam, conforme explica Salviano.

“Uma característica distintiva dos bancos estaduais é sua dependência de recursos de natureza oficial, como depósitos de governos e repasses de instituições federais. (...) Essa característica implicou, com o passar das décadas, o desenvolvimento de um estilo gerencial e na adoção de práticas administrativas impróprias para instituições financeiras. Esses traços foram ocultados pelo ambiente inflacionário, que permitia bancos auferir receitas derivadas do *float* de recursos de seus clientes.”

O mesmo autor chama atenção para o depoimento do ex-ministro e ex-governador Gustavo Krause, que na condição de Secretário da Fazenda de Pernambuco, tinha sob sua responsabilidade o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE) entre 1975 e 1979.

“Então, o que acontece na gestão de um banco estadual? O que acontece, diferentemente de um banco privado, é que os negócios de um banco privado começam e terminam na mesa do gerente. E onde começam e terminam os negócios de um banco estadual? Na audiência com o governador do estado. Essa é uma questão modal.”

O outro problema dessas instituições é o fato dos diretores serem escolhidos pelo governador, o que pode criar uma descontinuidade

---

<sup>19</sup>SALVIANO JUNIOR, Cleofas. Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao Proes. Banco Central do Brasil, 2004. 152p.

administrativa; projetos em longo prazo ficam mais difíceis de serem concebidos, áreas deixam de ser privilégios de gestão para outra, e isso dificulta a eficácia da instituição.

Do ponto de vista regulamentário a perspectiva também não era muito boa, pois a fiscalização do BC às vezes esbarrava no poder político "invariavelmente mobilizado em favor de seus estados", como escreve Salviano<sup>20</sup>. O autor ilustra isso com o depoimento de Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central:

"Essas instituições [os bancos estaduais] constituíram-se em fonte permanente de indisciplina, violadores contumazes das normas de supervisão bancária. Utilizando-se de canais políticos pressionavam o BC a dispensar-lhes 'tratamento excepcional' diante das normas aplicáveis às instituições financeiras em geral"

Mas havia um problema pior: bancos estaduais concediam empréstimos aos próprios estados e empresas estatais. Era o chamado empréstimo ao controlador. A resolução do CMN 346, de 13/11/75, abriu a possibilidade de os bancos estaduais realizarem operações de crédito com os estados controladores desde que autorizados, caso a caso, pelo BC. Mas apesar dessa prática ser prevista em lei era uma ação condenável, pois misturar a gerência dos bancos com a dos estados poderia esconder má administrações dos dois lados. Aí voltamos para o poder político dos estados, que conseguiam exercer a pressão necessária e suficiente para que tais empréstimos acontecessem. Saviano<sup>21</sup> enumera ainda outras três formas de os bancos concederem crédito aos estados:

Operações triangulares, muito mais difíceis de controlar, envolvendo fornecedores do estado ou agências estrangeiras dos bancos estaduais; o banco concedia aval ao estado ou a suas empresas para contratação de empréstimos, inclusive no exterior. Quando o empréstimo vencia o estado não quitava a dívida, e o banco era obrigado a fazê-lo, tornando-se dessa forma credor do estado; e também da chamada "troca de chumbo", em que o banco de um estado emprestava para o governo de outro estado ou prefeituras.

Então você pensa: e se o banco estadual quebra nesses empréstimos?

Bancos estaduais, ademais, eram inquebráveis. Todas as dívidas, em último caso, eram assumidas pelos estados. Essa característica também estimulava a cobiça dos banqueiros, porque poderiam fazer empréstimos com índices de alavancagem maiores (assumindo mais riscos), para conseguir lucro mais rápido. Quando a instituição bancária começava a balançar algumas

---

<sup>20</sup> *Idem.*

<sup>21</sup> *Ibidem.*

saídas incluíam mobilizar bancos federais para que captassem recursos e os repassassem "voluntariamente" para os bancos estaduais. Outra saída era um empréstimo de assistência junto ao Banco Central.

### **Orgia entre bancos e estados**

Até junho de 1992 uma análise do BC informa que o resultado final dessas operações bancárias estaduais foi o acúmulo de operações de crédito junto ao setor público estadual de Cr\$ 34,5 tri (R\$ 12,9 tri na moeda atual), para um patrimônio líquido ajustado de apenas Cr\$ 10,3 tri (R\$ 3,7 tri atualmente). “Os bancos estaduais tinham uma exposição ao risco do setor público estadual (cada banco emprestando ao seu governo estadual e empresas pertencentes a ele), o equivalente a 3,3 vezes o próprio patrimônio contábil”, explica Saviano<sup>22</sup>. Para piorar, o patrimônio real desses bancos, obtido reduzindo o patrimônio contábil do capital necessário para as operações em atraso, em liquidação e de outras ordens tais como trabalhistas, fiscais etc, também era negativo, da ordem de Cr\$ 6,8 tri.

Logo depois disso, com as medidas do Plano Real e o fim do capital proveniente das altas taxas de inflação, os bancos estaduais estavam com uma carteira de empréstimos fragilizada e com menos possibilidades para iniciar uma redução de custos. Urgia a necessidade de um plano para desacelerar a taquicardia dos administradores estaduais. Ele veio pela Medida Provisória do Ministério da Fazenda nº 1.514, de 7 de agosto de 1996, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Pelo nome entende-se seu objetivo: encaminhar soluções para que os estados se livrassem dos próprios bancos.

O Proes atuava estabelecendo linhas de financiamento do governo federal aos estados, que podiam optar pelas seguintes opções: extinção do banco estadual; privatização; transformação em instituição não financeira (agência de fomento); aquisição do controle do banco para o Governo Federal, que optaria por privatizar ou extinguir a instituição; e saneamento (a mesma lógica de divisão entre *badbank* e *goodbank* do Proer).

Uma característica interessante do Proes é o fato de a adesão do banco estadual ao programa ser feita de maneira voluntária, assim o estado pode optar por entrar ou não, depois escolher a forma de participação e finalmente partilhar as perdas políticas e financeiras dessa opção.

O Proes foi um programa bem diferente do Proer não só por causa da natureza das instituições afetadas, mas também porque o programa tinha que se preocupar com a dívida dos estados que estavam com orçamento nas nuvens e encontravam dificuldades para o refinanciamento de seu déficit. Salviano<sup>23</sup> informa que em 1995 os bancos estaduais (exceto SP) eram

---

<sup>22</sup>*Ibidem.*

<sup>23</sup>*Ibidem.*

responsáveis por 40% da dívida de seus estados. No paulista, o indicador era mais que o dobro, 89%.

No prazo do programa, com exceção dos estados que não possuem instituições financeiras sob seu controle (Mato Grosso do Sul e Tocantins), e daqueles que não manifestaram interesse pelo programa (Paraíba e Distrito Federal), todos os outros estados aderiram ao Proes. A última data para contratação terminou em 30 de junho de 2000, e o artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal hoje impede a União de financiar as despesas estaduais ou refinar suas dívidas.

Abaixo as opções escolhidas pelos governos estaduais.

Extintas/ Em liquidação	Banacre	Agência de fomento criadas	Agência de Fomento do AP
	Banap		Agência de Fomento do AM
	Bandem		Agência de Fomento do PR
	Banroraima		Agência de Fomento de RO
	BEMAT		Agência de Fomento de RR
	Beron		Agência de Fomento do RN
			Badesc - Agência Catarinense de Fomento
	Rondonpoup		Caixa Estadual S.A - Agência de desenvolvimento (RS)
	Caixego		Desembahia
	Minascaixa		Goiás Fomento
	Produban		
	Badesc		
	Bandes		
	BDGoiás		
	Desembanco		
Privatizadas pelos estados	Banpede	Agências de fomento a criar	Agência de Fomento do AC
	Banpede DTVM		Agência de Fomento de AL
	Baneb		Agência de Fomento de MG (3)
	Baneb		
	Financeira		Agência de Fomento de MT
	Baneb Crédito		
	Imobiliário		Agência de Fomento de PE
	Baneb Leasing		Agência de Fomento de PI
	Banerj (1)		
	Banestado		
	Banestado		
	Leasing		
	Banestado CVM		
	Banco del		
	Paraná		
	Bemge		
	Bemge DTVM		

	EFI Bemge Credireal CredirealCCVM		
Privatizadas pela União	Banespa (1) Banque Banespa Intern. (1) Baneskor Banesleasing BEA BEG BEG DTVM BESC	Instituições saneadas	Baneses  Banestes (4) Banestes Cré. Imob. (4) Banestes Financeira (4) Banestes DTVM (4) Banpará Banrisul Banrisul Arrend. Mercantil Banrisul CCVM
Não incluídas no Proes	Bandes (ES) BRB (DF) BRB DTVM BRB Financeira		Nossa Caixa BDMG BEC (2) BEC DTVM (2) BEM (2) BEM DTVM (2) BEP (2) BESC Bescval (2) Bescredi (2) Bescri (2) Bescleasing (2)
Obs.: 1 - Privatizado sem utilização de recursos do Proes 2- Atualmente, sob controle federal, em processo de privatização 3 - Deveria ser criada com a concomitante extinção do BDMG 4 - Em processo de privatização, conduzido pelo estado Fonte: Banco Central			

Dez bancos foram comprados por outras instituições privadas maiores ou bancos internacionais. Abaixo os valores dos leilões.

### Privatizações de bancos estaduais: datas e valores

Em R\$ milhões

Instituição	Data do leilão	Comprador	Valor
Banerj	26/6/1997	Itaú	311,10
Credireal	7/8/1997	BCN <sup>1</sup>	134,20
Bemge	14/9/1998	Itaú	603,06
Bandepe	17/11/1998	ABN Amro	182,90
Baneb	22/6/1999	Bradesco	267,80
Banestado	17/10/2000	Itaú	1.799,26
Banespa	20/11/2000	Santander	7.160,92
Paraiban	8/11/2001	Real ABN Amro	79,14
BEG	4/12/2001	Itaú	680,84
BEA	24/1/2002	Bradesco	192,54
<b>TOTAL</b>	-		<b>11.411,76</b>

Fonte: Banco Central

Obs.: 1 – Posteriormente adquirido pelo Bradesco.

Perto do fim do programa, no âmbito da fiscalização do BC, foram abertos 49 processos administrativos contra as instituições e/ou seus administradores, resultando em punições, advertências, multas e inabilitação para exercer direção de instituições financeiras.

Agora vamos tratar dos novos jogadores que vieram para competir no Brasil, os bancos internacionais.

### Cap 3 – Os bancos Internacionais

É incorreto admitir que os bancos de capital estrangeiro só chegaram ao Brasil na década de 1990. De fato essas instituições começaram suas atividades no Brasil 55 anos após o primeiro BB, através do *The London and Brazilian Bank Ltd*, fundado em primeiro de fevereiro de 1863 no Rio de Janeiro. Após essa instituição seguiu-se outro banco inglês, o *Brazilian and Portuguese Bank Limited*, que chegou em 2 de março de 1864 abrindo filiais nas cidades mais promissoras da época: Recife, Santos, Belém, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Fontenla<sup>24</sup> cita os bancos que chegaram em seguida:

“Os alemães (Banco Alemão Transatlântico, Commerzbank, Deutsch-Sudamerikanische Bank, Dresdner Bank, Bayerische Vereinsbank), os franceses (Credit Lyonnais), os italianos (Banco di Roma), os americanos (City Bank, The Chase Manhattan, First National Bank), os holandeses (Banco Holandês Unido), os espanhóis (Banco Popular Espanhol, Banco Hispano Americano), os suíços (Credit Suisse), os japoneses (The Fuji Bank), entre outros.”

A vinda de bancos internacionais ao Brasil está intimamente ligada aos seguintes fatores: atender a demanda dos imigrantes que aqui residiam, fornecer capital estrangeiro para financiar as primeiras obras de infraestrutura nacional, inserir o país no capitalismo internacional e permitir que empresas internacionais se interessassem pelo país.

Sobre esses propósitos, os bancos ingleses que chegaram aqui primeiro até ajudaram nas primeiras obras de infraestrutura nacional, mas logo depois os bancos internacionais focaram suas atividades principalmente em duas finalidades: operações cambiais e gerenciamento da dívida externa nacional.

Sobre a primeira função, Costa<sup>25</sup> esclarece:

Os bancos estrangeiros, formados em sua maioria por banqueiros e comerciantes dos países de origem, ocupavam-se predominantemente das operações cambiais. Deixavam para os bancos nacionais as transações bancárias domésticas e objetivavam facilitar as relações comerciais internacionais com o Brasil, principalmente as importações de produtos de seus países de origem. Possuíam não só vantagens de capital, de câmbio e de informações fornecidas por suas matrizes, como também a clientela garantida nas grandes comunidades envolvidas com comércio externo, no Brasil, que utilizavam serviços de seus respectivos países.

---

<sup>24</sup> FONTENLA *Apud* KHALIL, Zarif. Evolução dos padrões de localização das maiores redes bancárias estrangeiras no Brasil: 1996 a 2002. Florianópolis, 2004. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina

<sup>25</sup> COSTA, Fernando Nogueira da. Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012.

O controle dessa importante ferramenta econômica, a taxa de câmbio, deixou o país refém dos bancos internacionais e ao mesmo tempo facilitou uma maior aproximação entre eles e o Estado, pois as mesmas instituições também encontravam os credores para a Dívida Externa Brasileira. Como explica Saes<sup>26</sup> os empréstimos aos governos eram feitos por emissão de apólices<sup>27</sup> colocadas principalmente no mercado europeu por meio de agentes financeiros estrangeiros. Esses agentes eram também os responsáveis pelo pagamento dos juros dos detentores das apólices. Desse modo passavam a manter contato permanente com o governo emissor das apólices.

O historiador inglês Barrat Brown afirma que naquela época todos os capitais da Cidade de Londres estavam envolvidos com créditos a países estrangeiros, principalmente o Brasil, que recebia majoritariamente capital britânico. “Os empréstimos outorgados a governos estrangeiros foram muito rentáveis para os estabelecimentos mercantis londrinos, já que para os investidores entravam altas taxas de juros com um bom grau de segurança.”

Segurança financeira, essa foi a principal característica dos investimentos feitos aqui no Brasil. Para se ter uma ideia de como o país queria atrair investidores internacionais e ao mesmo tempo manter uma ideia de “bom pagador” ao mercado externo, cito um exemplo dado por Costa<sup>28</sup> sobre os bancos franceses que aqui estabeleceram-se.

Para os bancos franceses virem ao Brasil os governos de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo tiveram que aumentar a margem de “garantia de juros” (a.k.a. ouro), referente ao dinheiro aplicado no estabelecimento bancário. Ou seja, além dos bancos franceses atuarem somente reforçando o controle cambial ao Brasil, o país ainda deveria aumentar a margem de juros recebidos para eles poderem aqui se estabelecer. E é claro que esse pré-requisito não deve ter sido concebido somente para receber instituições francesas, mas de todas as outras nacionalidades.

Outra coisa que também não nos beneficiava era a falta de regulamentação específica para bancos de capitais estrangeiros no Brasil. Como explicado no primeiro capítulo demorou 112 anos para ser criada a Inspeção Geral dos Bancos, a primeira instituição disposta a fiscalizar a atividade bancária nacional. Com a criação desse órgão o trato com os bancos internacionais também se modificou, visto que eles também tinham práticas

---

<sup>26</sup> SAES, F. A. M., A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira, 1986. *Apud* COSTA, Fernando Nogueira da .Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012

<sup>27</sup> O termo tem origem no italiano *polizza*, que significa promessa, isto é, promessa de pagamento se cumpridas determinadas condições. Entre as principais apólices estão as apólices da dívida pública e as apólices de seguro. *In* PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

<sup>28</sup> COSTA, Fernando Nogueira da .Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012.



bem desleais, tais como: contribuíam negativamente com a Balança Comercial brasileira (mandavam quase todos os lucros ao exterior e não deixavam nada no país); não admitiam brasileiros naturais em seus postos administrativos, pois não queriam passar conhecimento; não tinham medidas estabelecidas em caso de falência da instituição.

A inspetoria promoveu as seguintes mudanças para os bancos estrangeiros:

- Exigência de aprovação prévia para exportação de metais preciosos (uma medida tomada por causa da Primeira Guerra Mundial);
- Supervisão nas transações cambiais;
- Estabeleceu um capital mínimo a ser depositado no Banco do Brasil ou Tesouro Nacional para a manutenção dessas instituições no Brasil, o que forçou esses bancos a trazerem capital ao país;
- Adotou medidas para proteger os depositantes e/ou credores brasileiros, em caso de falência das filiais estrangeiras;
- Proibiu a discriminação de brasileiros em cargos administrativos ao exigir que, no mínimo, 50% dos funcionários fossem cidadãos brasileiros.

Nem preciso falar que após essas medidas os bancos internacionais ficaram no mínimo receosos quanto ao mercado brasileiro. Mas de fato essas mudanças não iniciaram uma fuga bancária do país, apenas interromperam o fluxo de chegada. Naquele ano, 1921, nenhuma instituição chegou ao Brasil, bem diferente do período entre 1918 e 1920, quando nove bancos de outros países fincaram raízes aqui.

Posteriormente os mesmos bancos internacionais só foram alvo de novas restrições em 1964 (época do Paeg), através da Lei nº 4.595 que passou a impedir a participação deles em capital acionário dos bancos comerciais nacionais. Restava aos internacionais associações com bancos de investimento nacionais ou abertura de escritórios de representação aqui. Podemos dizer que foi o nacionalismo da ditadura militar que orientou o direcionamento das atividades dos bancos internacionais no Brasil. Mas uma parte do plano não foi totalmente combinada com as empresas nacionais, pois como mostra Baer<sup>29</sup> a associação do capital estrangeiro aos bancos de investimento brasileiros auxiliou na formação dos grandes conglomerados nacionais na década de 1970. Outro desdobramento foi que a internacionalização financeira esteve intimamente ligada ao setor produtivo, refletindo depois em um endividamento externo de muitas empresas que naquele momento voltaram-se para os empréstimos.

Tudo isso aconteceu por causa das boas características internas e externas existentes nos anos de 1970 e o “Milagre Econômico”: o interesse brasileiro no mercado externo e vice-versa aumentou em virtude das condições

---

<sup>29</sup>BAER, Mônica. A internacionalização financeira do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986. *Apud* Costa, P. A. ; Videira, L. V. Território Bancário No Brasil: O Papel Dos Bancos Estrangeiros. Artigo. Departamento de Geografia - UNICENTRO – Guarapuava-PR.

ótimas de liquidez e oportunidades de negócios que o panorama internacional ensejava; o mercado interno estava interessado em captar recursos para engrenar suas empresas e o externo voltava-se para captar lucros com os empréstimos, e investir seu excedente em negócios rentáveis nas áreas emergentes dos países subdesenvolvidos, pois a grande oferta de crédito não encontrava escoadouro nos países desenvolvidos.<sup>30</sup>

Como nos anos de 1970 houve a folia do “milagre” e em 1980 a ressaca da “década perdida”, a Constituição de 1988 colocou mais regras às atividades de bancos internacionais no Brasil. Mas os constitucionalistas não contavam com a astúcia do governo do início dos anos de 1990.

Molina<sup>31</sup> informa que o governo utilizou uma lacuna não preenchida pela Constituição para permitir a vinda de bancos internacionais. Uma brecha constitucional previa três casos em que um aumento da participação estrangeira no setor financeiro seria possível:

- Numa situação em que a maior participação estrangeira fosse considerada “de interesse nacional”;
- Em caso de reciprocidade a outro país;
- Caso fosse algo previsto em acordos internacionais.

“Em defesa deste aumento da participação estrangeira, eram colocados argumentos que enfatizavam a necessidade de capitalização, atualização tecnológica e aumento da competitividade do sistema financeiro nacional. Os incontáveis benefícios que a entrada de concorrentes externos trariam para o mercado financeiro brasileiro permitiam, segundo o governo, que uma maior abertura para o ingresso de bancos estrangeiros fosse entendida como “de interesse nacional”.

Logo depois o Plano Real foi o impulso derradeiro responsável pela chegada dos bancos internacionais. Com a queda das taxas de inflação e as políticas de estabilização econômica implementadas, o mercado financeiro brasileiro se transformou em um ambiente altamente favorável ao ingresso de bancos estrangeiros. Carvalho<sup>32</sup> aponta que a abertura do mercado nacional para bancos estrangeiros estourou uma onda de fusões, incorporações e aquisições.

“Transações dessa natureza foram registradas envolvendo não só a compra de bancos nacionais por estrangeiros, mas também entre os bancos nacionais. Dois fenômenos distintos, ainda que complementares, resultaram deste mesmo processo:

---

<sup>30</sup>COSTA, P. A. ; VIDEIRA, L. V. Território Bancário No Brasil: O Papel Dos Bancos Estrangeiros. Artigo. Departamento de Geografia - UNICENTRO – Guarapuava-PR.

<sup>31</sup>MOLINA, Wagner de Souza Leite. A Reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro nos anos 90: menos concorrência e mais competitividade?Intellectus – Revista Acadêmica Digital das Faculdades Unopec. Sumaré-SP, ano 02, nº 03, ago./dez. 2004. ISSN 1679 - 8902.

<sup>32</sup>CARVALHO, Carlos Eduardo. As dimensões do Sistema Bancário no Brasil. São Paulo em perspectiva. Julho/setembro de 2002.

um significativo aumento da participação do capital estrangeiro no sistema financeiro nacional e um forte movimento de concentração registrado ao longo dos últimos anos”.

O que o autor registra pode ser ratificado pela tabela a seguir, com balanços de antes do Plano Real e em 2001 quando o Plano estava consolidado.

Indicadores selecionados do sistema bancário brasileiro — 1993 e 2001

DISCRIMINAÇÃO	(%)							
	PATRIMÔNIO		ATIVOS		DEPÓSITOS		OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
	1993	2001	1993	2001	1993	2001	1993	2001
<b>Bancos com controle estrangeiro .....</b>	7,3	30,7	8,4	29,9	4,8	20,1	6,6	31,5
<b>Bancos privados nacionais .....</b>	48,2	51,1	40,7	37,2	38,8	35,3	31,5	42,1
<b>Bancos Públicos .....</b>	44,0	16,1	50,9	32,0	56,3	43,2	61,8	24,8
Bancos Públicos (inclusive Caixa Estadual) .....	15,0	3,5	13,4	4,3	17,3	7,2	19,9	3,1
Caixa Econômica Federal ..	4,0	3,9	14,5	11,0	27,9	19,1	22,8	7,1
Banco do Brasil .....	24,9	8,8	22,9	16,8	11,1	17,0	19,1	14,5
<b>Cooperativas de crédito ..</b>	0,5	2,0	0,1	0,9	0,1	1,3	0,2	1,6
<b>ÁREA BANCÁRIA .....</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil (COSIF- DEORF/COPEC). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>

Como podemos perceber as maiores variações nos quatro quesitos foram com os bancos internacionais. Nos ativos houve variação de 21 pontos percentuais, que alavancaram o maior acréscimo do período, o patrimônio, com 23 pontos percentuais em 8 anos. Enquanto os bancos internacionais ascendem e os bancos privados também mantêm (ou aumentam) os seus índices, os bancos públicos tem perda significativa em patrimônio, 36%.

Quando os bancos internacionais aportaram de forma vigorosa no Brasil aproveitando-se das oportunidades criadas pelo Plano Real a competitividade entre os *players* do mercado aumentou, e, concomitantemente, evidenciou-se um fenômeno de concentração bancária no Brasil. Esse por sinal é um dos assuntos do próximo capítulo.

#### **Capítulo 4: Bancarização e concentração bancária;**

Bancarização, esse é o nome do fenômeno em que os bancos expandem suas redes de crédito a procura de novos consumidores. Esse efeito, o crédito individual, tem suma importância no desenvolvimento brasileiro, pois é um dos pilares do crescimento econômico nacional atualmente. Explico. Até a chegada do Plano Real as altas taxas de inflação do Brasil eram uma maravilha para investidores estrangeiros, que aplicavam seu dinheiro aqui e esperavam ele inflar com os “esteroides” inflacionários. Além disso, o fato de controlarmos a Balança Comercial sempre vendendo ao exterior menos que comprando era outra forma de garantir o país nos eixos de desenvolvimento. Esse modelo econômico, entretanto, não promovia melhoras para o trabalhador, apenas aumentava o abismo social no país e jogava pesada dívida a quem de fato produzia mercadorias. Em suma era um período que beneficiava principalmente o especulador financeiro, um privilégio de poucos. Quando veio o Plano Real e a inflação caiu drasticamente, os novos objetivos nacionais para o desenvolvimento passaram a ser três: o regime de metas inflacionárias (o governo estipula o nível da inflação e faz tudo para que não passe daquela meta), controle do câmbio (o governo mantém altas reservas em moeda americana e influencia diretamente o nível da moeda quando achar necessário) e economia nas contas públicas para pagamento da dívida pública, o chamado superávit primário.

Sobre esse último ponto é que recai o maior dos problemas. Como explicarei mais detalhadamente em um próximo capítulo, o Brasil adotou uma nova forma de financiamento baseada na dívida interna. Isso quer dizer que o Estado financia suas atividades vendendo papéis (no caso de dívida interna são vendidos em reais) que representam pequenas partes dele mesmo aos investidores, nacionais ou internacionais. Acontece que é mais atrativo, financeiramente falando, que essas dívidas não sejam totalmente pagas, mas administradas junto ao mercado que gira em torno delas. Por essa característica o Estado promove um enxugamento de contas públicas para não desperdiçar dinheiro e assim conseguir pagar os seus credores e administrar sua dívida. Quando o governo reduz custos tem que decidir o que é despesa pública e o que é investimento no país, e aqui mora o problema. Por uma falha legislativa (ou por condescendência mesmo), gasto com infraestrutura pública e programas sociais também são entendidos como gasto público – e não investimentos. Assim sendo, quando o estado gasta demais com outras coisas (ou quando o dinheiro some dos cofres públicos) a única solução para pagar a dívida pública geralmente envolve cortar os créditos de obras públicas e programas sociais. Ou seja, quanto mais se faz esforço para conseguir pagar e manter a dívida pública, também se reduz o investimento em longo prazo feito no país. Essa questão será abordada melhor no capítulo da Dívida Interna,

mas por hora é o suficiente para entendermos o papel dos bancos no desenvolvimento atual do Brasil.

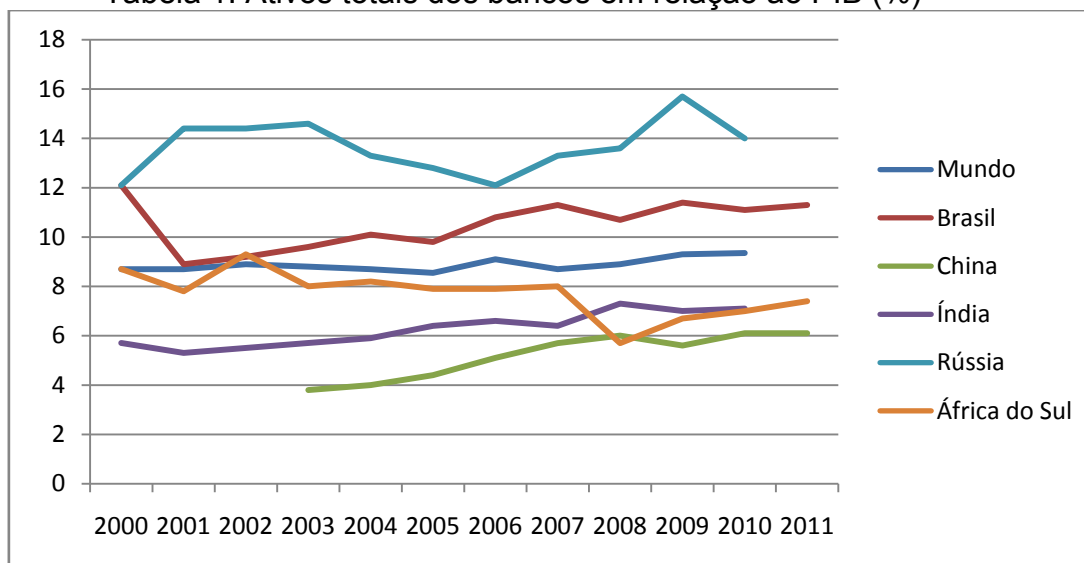
Como explicado então, o governo atua gerenciando as questões macroeconômicas nacionais (inflação, câmbio, taxa básica de juros) e orienta os bancos nacionais a oferecerem crédito ao trabalhador, para que ele consiga “crescer” e levar o país junto. Então percebe-se que os bancos exercem nesse quesito o seu papel romântico idealizado primariamente: funcionar como estimulador econômico, fomentando o crédito e o trabalho do consumidor.

O romantismo acaba por aqui.

Entendida a importância desse crédito bancário, vamos mostrar como se organiza o sistema bancário brasileiro para buscar esse consumidor.

Primeiro temos que explicar que em termos de ativos<sup>33</sup>, dados do Banco Mundial apontam que o Sistema Bancário Brasileiro tem a segunda melhor relação em porcentagem ao PIB quando comparado aos outros países do grupo BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), perdendo somente para a Rússia. Isso significa dizer que comparadas a essas outras economias o Brasil tem o segundo maior sistema bancário dos países emergentes, representando 11,3 % em 2011, bem acima também da média mundial, que está em torno de 9,35%. Abaixo as variações dos Brics.

Tabela 1: Ativos totais dos bancos em relação ao PIB (%)



Dados: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Com um sistema desse tamanho, a quantidade de crédito que a economia brasileira movimenta é algo surpreendente também. Dados do Banco Central informam que o saldo total do crédito bancário na economia, em

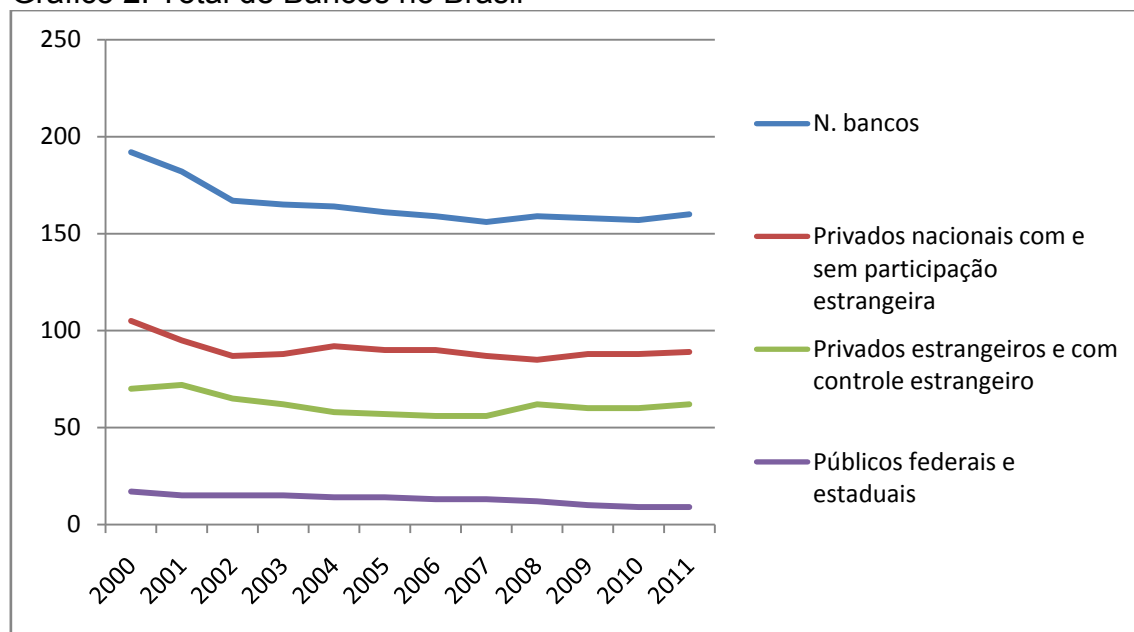
<sup>33</sup> Conjunto de bens, valores, créditos e semelhantes, que formam o patrimônio de uma empresa.  
In PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

dezembro de 2012, foi de R\$ 2,359 tri, um aumento de 16% quando comparado ao mesmo volume de 2011. Mas ao mesmo tempo em que essa soma parece gigantesca, somente 10% desse valor pode ser encontrado fisicamente. Isso mesmo, o total disponível em moedas e cédulas no mesmo mês foi de R\$ 230,8 bi; isso significa dizer que há nove vezes mais dinheiro no Brasil transitando somente no sistema financeiro virtualmente. Desses R\$ 230,8 bi em dinheiro físico, R\$ 180,4 bi estão com os consumidores e R\$ 50,4 bi com os banqueiros. Engraçado é que se todo aquele crédito inicial fosse usado, não teria como ser pago com dinheiro físico, por isso ele só existe nos computadores. A explicação sobre como todo esse crédito foi criado você deve imaginar: multiplicador bancário.

Até aqui nenhuma surpresa: temos um sistema bancário que representa 11% do PIB nacional, e que “cria” 9 vezes mais crédito do que há em moeda física no país. Agora vamos ao próximo ponto, a quantidade de bancos.

De acordo com dados da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) finalizamos 2011 com 160 bancos no país. Deste total, 89 são privados nacionais com e sem participação estrangeira, 62 são privados estrangeiros e com controle estrangeiro e somente 9 são públicos federais e estaduais, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Total de Bancos no Brasil



Dados: Febraban. Elaboração do autor.

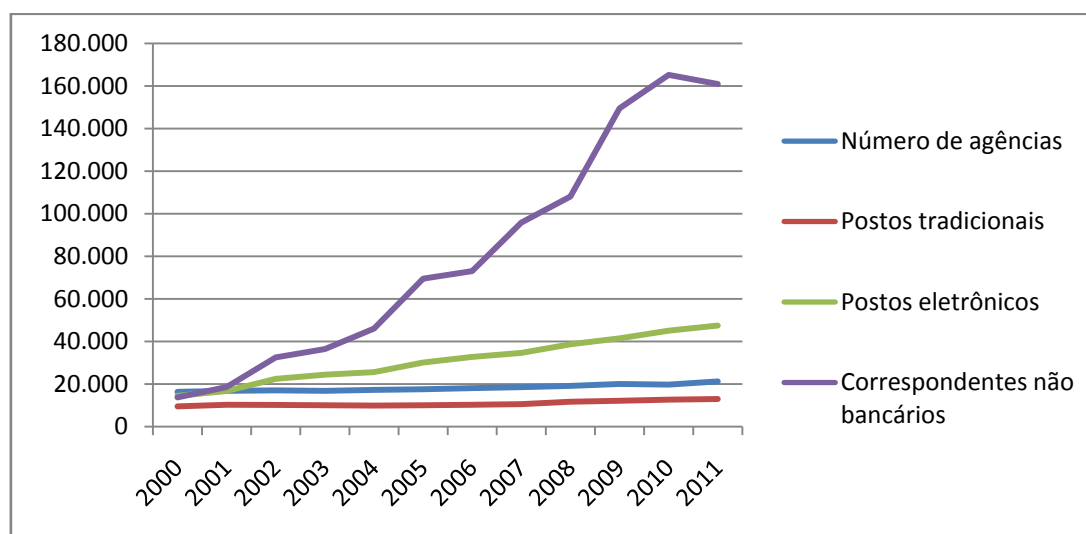
Pode parecer muito, mas há um evidente decréscimo no número de bancos quando comparamos com a história bancária nacional. Dados do BC ratificam isso:

Ano	Número	Ano	Número	Ano	Número
1964	336	1982	115	1995	242
1966	313	1984	110	1996	231
1968	231	1986	105	1997	217
1970	178	1988	106	1998	203
1972	128	1989	179	1999	193
1974	109	1990	216	2000	192
1976	106	1992	234	2001	182
1978	107	1993	243	2002	167
1980	112	1994	246	2003	164

Fonte: Banco Central do Brasil

Mais ao contrário do número de instituições, o número de agências e correspondentes não bancários tem crescido no país justamente para seguir a lógica da bancarização da economia. É o que podemos constatar por esse outro gráfico.

Gráfico 3: Número de filiais bancárias

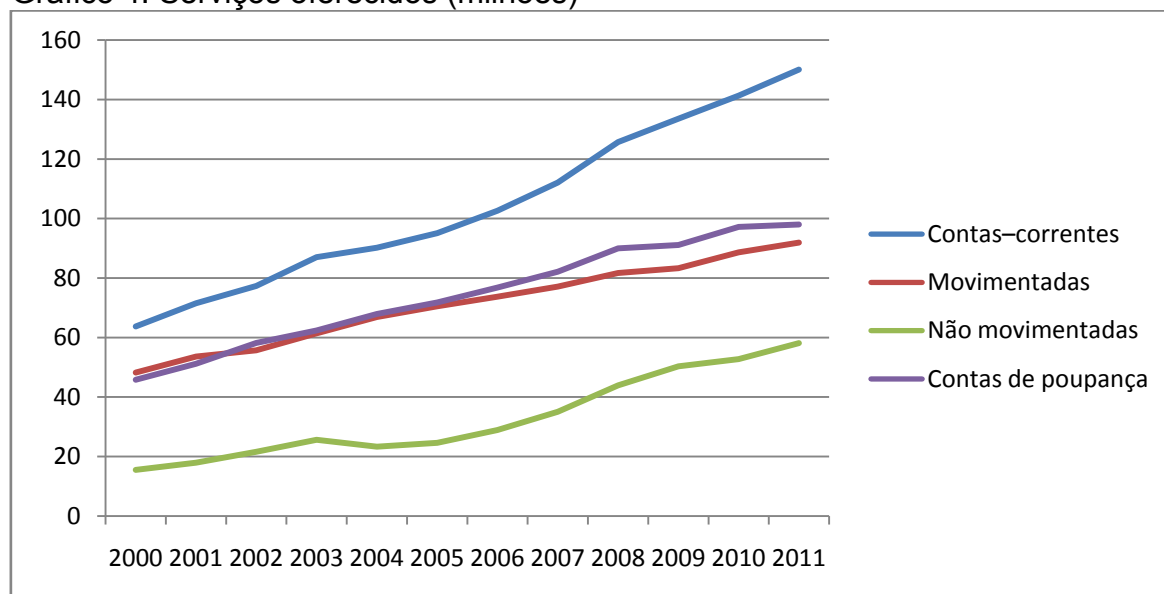


Dados: Febraban. Elaboração do autor.

Agora perceba como esses dois gráficos podem nos ajudar a desvendar muito sobre o nosso sistema bancário. No segundo gráfico podemos ver que o número de instituições bancárias diminuiu, o que revela a maior concentração do setor nas mãos de poucas instituições. Tratarei disso mais adiante, mas antes podemos crer que o efeito da bancarização está em processo, pois o

número de correspondentes não bancários<sup>34</sup> aumentou de 13 mil em 2000 para 160 mil em 2012, ou seja um crescimento de 123% em pouco mais de 10 anos. O resultado dessa expansão na rede bancária é facilmente percebido no gráfico abaixo, que trata sobre as variações no aumento dos serviços oferecidos no período.

Gráfico 4: Serviços oferecidos (milhões)



Dados: Febraban. Elaboração do autor.

Retas disformes ascendentes em todos os índices, isso é bancarização. A Febraban explica que esse crescimento só foi possível graças ao momento macroeconômico favorável. “A estabilidade da economia, a ampliação de prazos de financiamentos e a redução das taxas de juros e spread, assim como a expansão do mercado de trabalho e a mobilidade social, são fatores que explicam o comportamentocrescente do número de brasileiros com conta corrente e caderneta de poupança.”<sup>35</sup> A Federação também estima que o número de brasileiros que tenham acesso a serviços bancários atualmente seja de 54 milhões e que 100% dos municípios nacionais tem pelo menos um canal de acesso bancário.

Depois dessa informação de que há bancos em todos os lugares vamos voltar ao assunto do gráfico 2: a concentração nesse setor.

## Concentração Bancária

<sup>34</sup>Casas lotéricas, supermercados, padarias e até farmácias, que podem receber pagamentos bancários e, em alguns casos, até efetuar serviços de abertura de contas de depósito, emissão de cartão de crédito e até a análise de crédito e cadastro. É regulamentada pela Resolução 3.954/11 doBC.

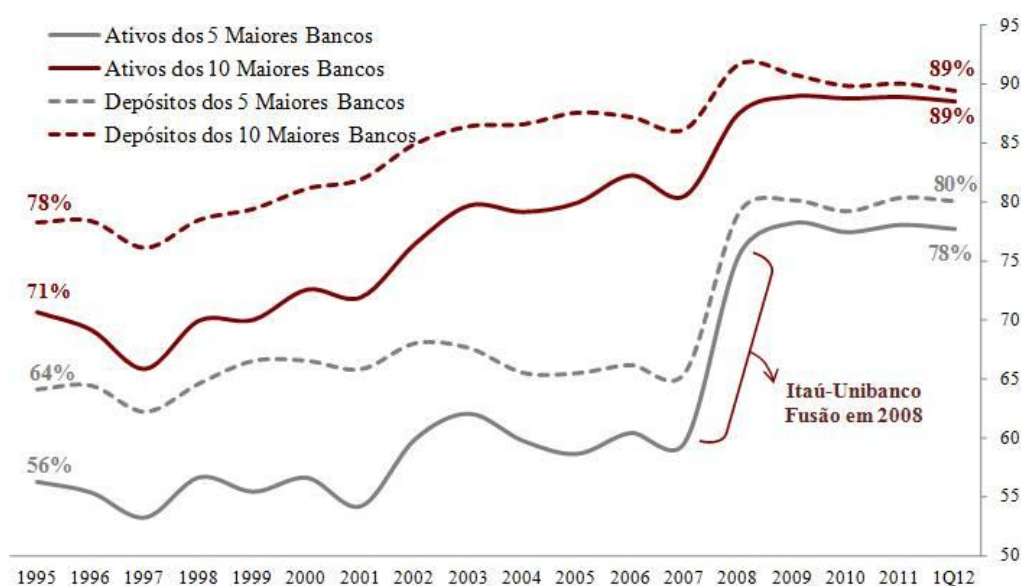
<sup>35</sup>FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. Relatório anual 2010. São Paulo: FEBRABAN, 2010.



O sonho de todo capitalista é conseguir monopólio sobre o produto ou serviço que comercializa/fabrica. Hoje, com a competição maximizada pela globalização fica cada vez mais impossível isso acontecer. Por esse motivo (e sempre pensando na manutenção e aumento dos lucros), a máquina capitalista se preocupa mais em personalizar os produtos, vender sob medida e assim fidelizar o cliente. Melhor isso do que gastar todo o dinheiro comprando os oponentes (apesar de ainda acontecer). Mas mesmo que não se consiga monopolizar o setor, pode-se pelo menos diminuir a quantidade de *players*, e é isso que está acontecendo no Brasil.

Um levantamento de 2012 do BC mostra que os ativos dos 5 maiores bancos nacionais (Banco do Brasil, o Itaú-Unibanco, o Bradesco, a Caixa Econômica Federal e o Santander) correspondem a 78% do total de todo o sistema bancário nacional. E quando falamos dos ativos dos 10 maiores bancos, o valor sobe para 89% do total. Já os depósitos dos 5 maiores bancos correspondem a 80% do total do setor, enquanto dos 10 maiores o número também chega a 89% do total. Confira a evolução desses valores no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Ativos e depósitos entre os maiores bancos nacionais



Dados: Banco do Brasil.

Para o BC essa tendência de concentração do setor bancário tem raízes macroeconômicas e microeconômicas advindas do período logo após a implantação do Plano Real. O BC<sup>36</sup> enumera e explica cada causa.

### Fatores Macroeconômicos

<sup>36</sup>Notas técnicas do Banco Central do Brasil, nº 11, novembro/2011

Estabilização inflacionária: Ao contribuir para a eliminação de grande quantidade de instituições (pois haviam perdido as receitas inflacionárias), a estabilização favoreceu o aumento da concentração;

Problemas no setor entre 1995 e 1996: Ao provocar o desaparecimento de concorrentes, a crise bancária redistribuiu clientes entre os bancos remanescentes, aumentando sua participação no mercado. A reestruturação, que geralmente envolve fusões e aquisições, incentivadas ou não, potencializa os efeitos concentradores sobre o setor. As medidas macroeconômicas restritivas sobre juros e crédito, somadas à falta de cultura de crédito e de sistema de avaliação de riscos, já começavam a provocar efeitos sobre a inadimplência no período após a implantação do Plano Real. Foi esse o contexto da intervenção do Banco Central no Banco Econômico e, posteriormente o Proer, incentivando fusões e aquisições, com bancos insolventes sendo assumidos por outras instituições;

Ingresso de bancos estrangeiros e privatizações: A abertura aos bancos internacionais está incluída no conjunto de medidas para evitar a crise bancária no país, pois os ingressos deveriam estar relacionados a privatizações ou aquisições de instituições em dificuldades. Ou seja, as medidas do Proer, ao causarem a diminuição no número de bancos, também resultaram em um crescimento das medidas de concentração, proporcional ao tamanho da instituição. Como consequência da abertura, a participação dos bancos com controle estrangeiro nos ativos totais do setor bancário passou de 8,35% em 1993, para 27,41% em 2000. Aumentos similares ocorreram no patrimônio, de 7,28% para 28,31%; nas operações de crédito, de 6,56% para 25,16%; e nos depósitos, de 4,83% para 21,14%, de acordo com o BC.

### **Fatores microeconômicos**

Aprimoramento da regulação no setor: No período posterior ao Plano Real houve a adoção de medidas prudenciais mais restritivas, visando consolidar a solidez do setor bancário. Exemplo disso é a adoção do "Acordo de Basileia", que exige, entre outras coisas, a exigência de capital mínimo, ponderado pelo risco das operações ativas do banco, de 8%; logo após aumentado para 10% (Resolução 2.399, de 25 de junho de 1997) e depois para 11% (Resolução 2.784, de 27 de novembro de 1997) e o aumento do capital inicial para a autorização de funcionamento de bancos (Resolução 2.212, de 16 de abril de 1995). Essas medidas aumentaram a proteção do consumidor, mas também estimularam a concentração do setor;

Surgimento de novos produtos e tecnologias: As inovações financeiras aumentariam os serviços oferecidos pelas instituições que, considerando o crescimento em escala, indicam uma tendência à consolidação bancária;

Reação defensiva dos bancos nacionais: A abertura do setor bancário ao capital externo criou uma necessidade para os bancos nacionais manterem sua liderança no mercado nacional. Ao estimular essas fusões e aquisições

dos líderes domésticos, a abertura bancária contribuiu para uma maior concentração.

É interessante entender que todas essas características estão intimamente ligadas ao período de estabilização de meados dos anos de 1990. Como explicado nos capítulos anteriores, a perda do capital inflacionário com a instalação do Real retirou muito dinheiro dos bancos, o que refletiu em uma onda de inadimplência entre pequenos, médios e até grandes grupos. Essa conjuntura levou aos projetos de apoio governamental (Proer e Proes) e concomitantemente estimulou as fusões e aquisições no período. Diante disso podemos dizer que o tiro do governo saiu pela culatra também, pois ao mesmo tempo em que ele colocou ordem no país e passou a ser mais fiscalizador no sistema bancário, as instituições, para sobreviverem, iniciaram medidas que levaram à concentração.

Dentre outras razões, a tendência à concentração bancária se explica pela disputa do cliente.

Basicamente quando um banco empresta dinheiro para uma pessoa e esse capital é depositado em um concorrente a instituição inicial sai perdendo. A lógica desse processo é que quando o dinheiro sai de um banco e entra no outro é a segunda instituição que vai aumentar seus depósitos, seus ativos e consequentemente seu poder de criar dinheiro através do multiplicador bancário. Some isso ao fato de que quando um banco recebe mais depósitos que outros ele pode emprestar mais dinheiro para seus concorrentes e assim faturar também no mercado interbancário. Por esses motivos é preferível para os bancos que o cliente retire o crédito de uma instituição e o deposite em uma filial da mesma. Para facilitar esse processo, e também para evitar que o dinheiro engorde o patrimônio do concorrente, os grandes compram bancos menores (ou fundem-se, como foi o caso da fusão Itaú-Unibanco em 2008). Sem falar é claro que quanto maior o banco, maior é o seu poder de negociação com o Governo e os políticos.

Do ponto de vista do consumidor o principal problema com a concentração bancária é a prática de tarifas semelhantes ou iguais em todas as instituições. Para fiscalizar e impedir que isso (entre outras coisas) ocorra a legislação brasileira opera através da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

O SBDC é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Esses órgãos fiscalizam todos os segmentos econômicos brasileiros, sempre combatendo o que os legisladores entendem como “posição dominante em um mercado”, como explicado pela lei a seguir<sup>37</sup>: “Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando

---

<sup>37</sup> Conteúdo extraído de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm#art127](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm#art127) em 20 de abril de 2013

controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.”

Mas o que seria exatamente 20% ou mais do “mercado relevante”?

Aliás, o que é “mercado relevante”?

Agora começa o problema: comercialmente determina-se um mercado relevante<sup>38</sup> estabelecendo-se primeiramente o mercado relevante de produto (no caso dos bancos, serviços bancários) e o mercado geográfico relevante (que levaria em conta a localização das filiais e sedes). Acontece que tentar estabelecer uma fronteira única para os serviços e a localização de filiais dos agentes bancários (para depois investigar se há deslealdade competitiva) é uma tarefa muito difícil economicamente, o que a torna quase impossível juridicamente. O problema de se estabelecer esse limite é que as instituições tornaram-se internacionais, com serviços e filiais em todos os continentes. Diante dessa dificuldade, definir um “mercado relevante” para a atividade bancária nacional pode significar responder “Terra” ao invés de “Brasil”.

Pois bem, o fato desse termo ser difuso juridicamente tem sido utilizado como brecha legislatória para as empresas condenadas pelo Cade protelarem o pagamento de multas e não atenderem completamente as normas de competitividade.

Mas se deixarmos a parte retórica aos juristas e nos atermos aos dados físicos das instituições com sede ou atuação no Brasil (e que estão sob a supervisão do BC), podemos descobrir que em alguns casos os “20% do mercado relevante” já foram ultrapassados ou serão brevemente.

Recolhendo dados do Banco Central sobre os bancos no Brasil no período entre 2009 e 2011 e analisando quatro características de interesse fundamental na investigação da concentração bancária (ativos totais, disponibilidade de crédito, patrimônio líquido e lucro líquido) podemos ver como se comporta o nosso “mercado relevante”, ou Brasil.

Para critérios de análise com a lei que impede a concentração bancária estudei os dados dos cinco maiores bancos brasileiros e os comparei com o sistema bancário total.

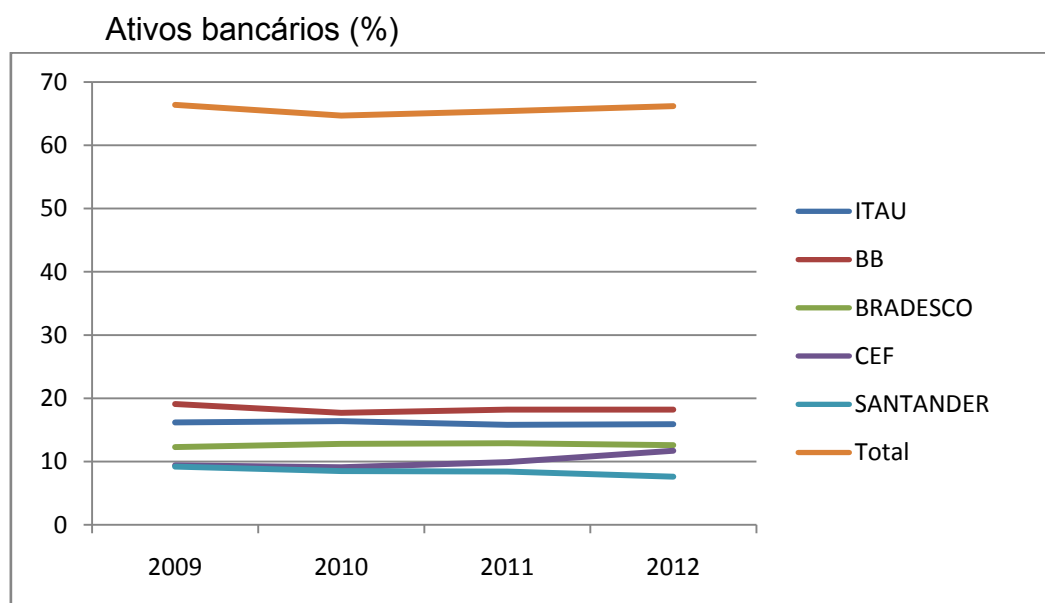
#### Os ativos bancários totais

Ativos totais	(R\$)			
	2009	2010	2011	2012
ITAÚ	585.603.098	720.313.868	815.220.206	951.222.533
BB	691.968.417	779.303.944	935.009.463	1.087.268.923
BRABESCO	444.396.778	562.601.430	666.320.079	755.467.474
CEF	341.831.823	401.412.490	511.031.048	702.939.666
SANTANDER	334.069.363	376.062.156	431.759.588	458.329.044
TOTAL	2.397.869.479	2.839.693.888	3.359.340.384	3.955.227.640

<sup>38</sup> Conteúdo extraído de

[http://www.iadb.org/Tradedictionary/term\\_desc.cfm?language=Portuguese&id=628](http://www.iadb.org/Tradedictionary/term_desc.cfm?language=Portuguese&id=628) em 20 de abril de 2013

Total do SFN	3.610.296.275	4.385.828.730	5.135.488.660	5.966.747.604
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------



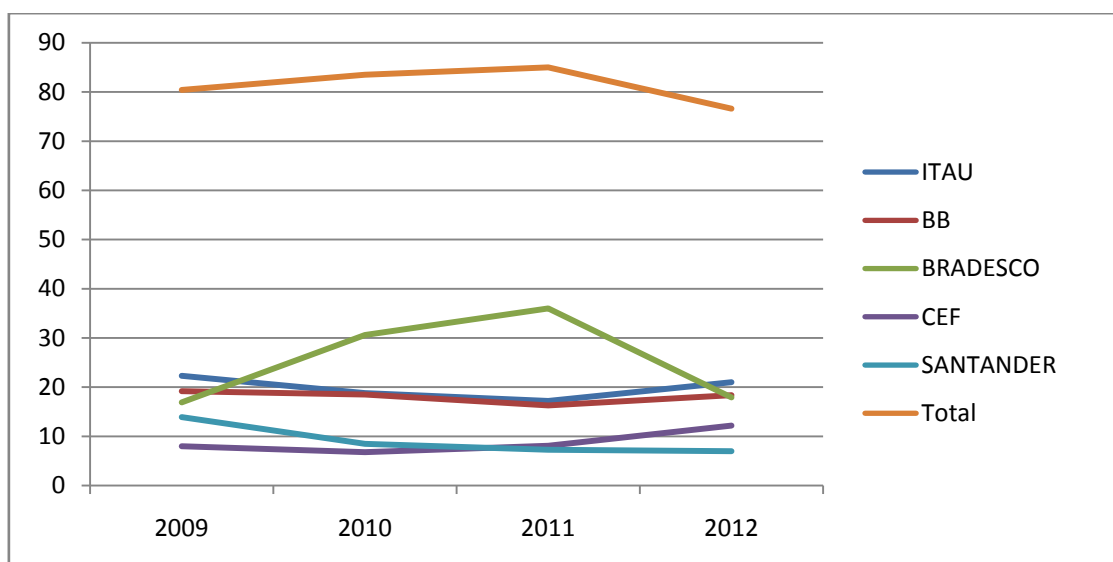
Dados: BC. Elaboração do autor.

Por esse último gráfico nota-se que o Banco do Brasil concentra sozinho quase 20% de todos os ativos do Sistema Financeiro Nacional, o que o tornaria alvo do Cade. Logo atrás vem o Itaú, com 15,9% do total de ativos. Vale destacar o fato desses 5 bancos serem responsáveis em 2012 por 66,2% de todos os ativos SFN.

#### Disponibilidades de crédito

Disponibilidades de crédito	(R\$)			
	2009	2010	2011	2012
ITAU	8.977.873	9.628.595	10.534.897	13.825.782
BB	7.741.969	9.468.055	9.950.307	12.119.819
BRADESCO	6.829.931	15.625.619	21.984.707	11.839.530
CEF	3.234.702	3.490.993	4.942.335	8.035.967
SANTANDER	5.598.113	4.375.315	4.458.506	4.656.170
TOTAL	32.382.588	42.588.577	51.870.752	50.477.268
Total do SFN	40.227.965	50.949.124	60.983.621	65.832.058

#### Disponibilidades de crédito (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Para se calcular a capacidade de o banco oferecer crédito levam-se em conta os seguintes dados: passivos<sup>39</sup> em poder do banco, Índice de Basiléia, taxa de alavancagem bancária (ligada ao multiplicador bancário) e nível de compulsórios.

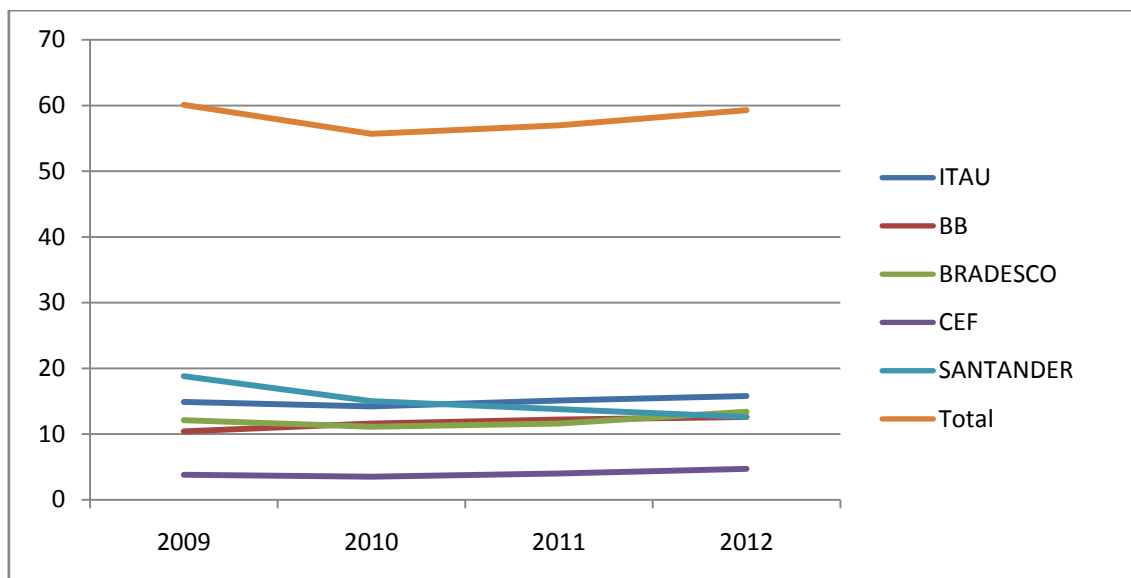
Por essa tabela percebemos que o Bradesco em 2011 chega a ofertar 36% do crédito disponível no mercado financeiro para depois cair para 17,9% em 2012; perde assim a liderança nesse quesito para o Itaú, que finalizou 2012 com 21%. Podemos perceber também que o Itaú e o Banco do Brasil tinham o índice de 20% em 2009, mas declinaram nos dois anos posteriores. Nesse gráfico há a maior disparidade entre os 5 grandes bancos e as outras 155 instituições financeiras do Brasil. Sozinhos esse quinteto detinha 85% de todo o crédito do setor em 2011, mas sofreu uma “queda” para 76,6% em 2012. Como se observa no gráfico, a tendência é que essas três instituições (Itaú, Bradesco e BB) fiquem perto ou sobrepujando os 20% do total do setor.

#### Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	(R\$)			
	2009	2010	2011	2012
ITAÚ	51.589.860	61.802.220	72.528.414	82.825.221
BB	36.119.381	50.495.589	58.592.586	66.350.927
BRADESCO	41.917.596	48.218.521	55.767.699	70.236.524
CEF	13.143.767	15.436.950	19.561.381	25.056.944
SANTANDER	64.936.705	65.322.455	66.122.836	66.470.355
TOTAL	207.707.309	241.275.735	272.572.916	310.939.971
Total do SFN	345.064.817	432.934.035	477.831.990	523.789.039

#### Patrimônio Líquido (%)

<sup>39</sup> Total das dívidas e obrigações de uma empresa. In PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

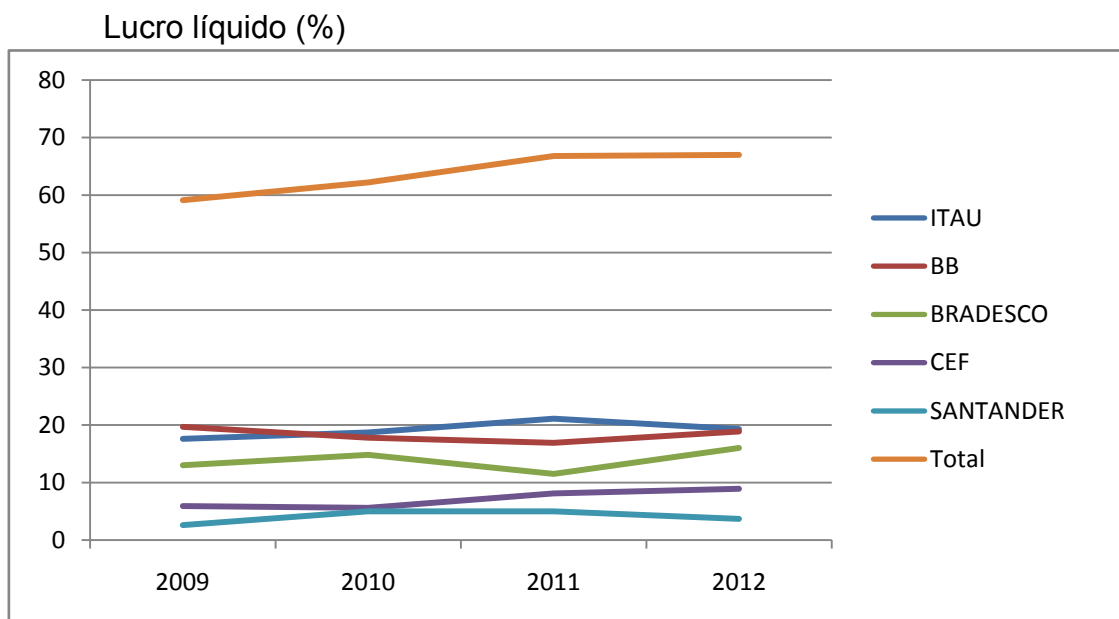


Dados: BC. Elaboração do autor.

Como esse quesito leva em consideração a disponibilidade física de filiais e sedes do SFN, é de se esperar que nenhum integrante desse grupo supere os 20% do total. Nota-se um sensível aumento no patrimônio do Bradesco entre 2011 e 2012 e uma constância em relação ao patrimônio da Caixa Econômica Federal. Mais uma vez essas cinco instituições chegam a quase 60% de todo o patrimônio líquido do SFN.

#### Lucro líquido

Lucro Líquido	(R\$)				
	2009	2010	2011	2012	
ITAU	5.480.997	6.955.703	7.530.018	6.948.886	
BB	6.133.961	6.626.909	6.050.743	6.835.222	
BRADESCO	4.042.608	5.526.841	5.549.595	5.763.247	
CEF	1.842.183	2.096.727	2.908.217	3.219.706	
SANTANDER	826.641	1.883.717	1.783.676	1.347.324	
TOTAL	18.326.390	23.089.897	23.822.249	24.114.385	
Total do SFN	31.000.010	37.094.141	35.644.043	35.977.901	



Dados: BC. Elaboração do autor.

Aqui vemos que o BB e o Itaú namoram o limite de 20% imposto pela lei nacional. Na verdade o Itaú ultrapassou a meta, com 21,1% em 2011 e depois recuou para 19,3% em 2012; o BB partiu de 19,7% em 2009, perdeu 2% nos outros 2 anos e fechou 2012 com 18,9%. Mais uma vez o Bradesco é destaque ao aumentar de 5p.p. de 2011 para 2012, refletindo assim o aumento patrimonial do gráfico anterior. Nessa característica o quinteto consegue deter quase 70% de todo o lucro do SFN.

Finda a demonstrações de tabelas podemos dizer que se a lei nacional estipulasse que os 20% do “mercado relevante” dizem respeito ao mercado brasileiro, os bancos Bradesco e Itaú estariam violando a legislação nos quesitos Disponibilidade Bancária (Bradesco, 36% em 2011 e Itaú, 21% em 2012) e Lucro Líquido (Itaú, 21,1% em 2011).

É fundamental mencionar uma importante peculiaridade do nosso sistema financeiro: entre os cinco maiores bancos, dois (o Banco do Brasil e a CEF), são instituições públicas. Essas duas instituições, apesar de serem públicas, muitas vezes não tem um comportamento próprio a instituições dessa natureza, atuando praticamente como instituições privadas. Isso pode explicar o fato de você ter visto as duas em todas as tabelas acima.

O Banco do Brasil (como explicado no primeiro capítulo) atualmente é o quinto que existe com esse nome e propósito, mas com uma mudança em suas funções. Apesar de o Estado controlar 68,7% das ações do BB, as taxas de juros praticadas por ele não são exatamente as mais baixas do mercado, como talvez a lógica imaginasse. Para se ter uma ideia<sup>40</sup>, no ranking das taxas de juros entre os bancos o BB apresenta somente a 32ª taxa mais barata no quesito de crédito para pessoa física, a 18ª em capital de giro para pessoa

<sup>40</sup><http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/000000000.asp>



jurídica e o melhor resultado é um 5º lugar no desconto de duplicatas para pessoa jurídica. Além dessas taxas de juros o mesmo banco também não abre mão do *spread* bancário, mantendo-se na mesma faixa de seus concorrentes nacionais. Nesse caso, levando em conta a estabilização macroeconômica nacional e a maior segurança que os brasileiros têm em aplicar seu dinheiro, o Banco do Brasil trata apenas de ser geralmente a primeira instituição que promove uma ligeira queda nos juros quando é possível, e mesmo assim nunca de forma abrupta.

A Caixa Econômica Federal, por sua vez, é um órgão do Ministério da Fazenda com patrimônio próprio e autonomia administrativa, sujeita apenas às fiscalizações do BC. Ela é mais uma instituição que se associa às políticas públicas para serviços de natureza social e algumas funções bancárias, previamente autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em termos de taxas de crédito, a CEF<sup>41</sup> é a 13ª mais barata na concessão para pessoa física, 9ª no quesito capital de giro para pessoa jurídica e a melhor colocação é um 3º lugar em no crédito para aquisição de bens para pessoas jurídicas. Colocações um pouco melhores que o BB.

---

<sup>41</sup><http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/00360305.asp>

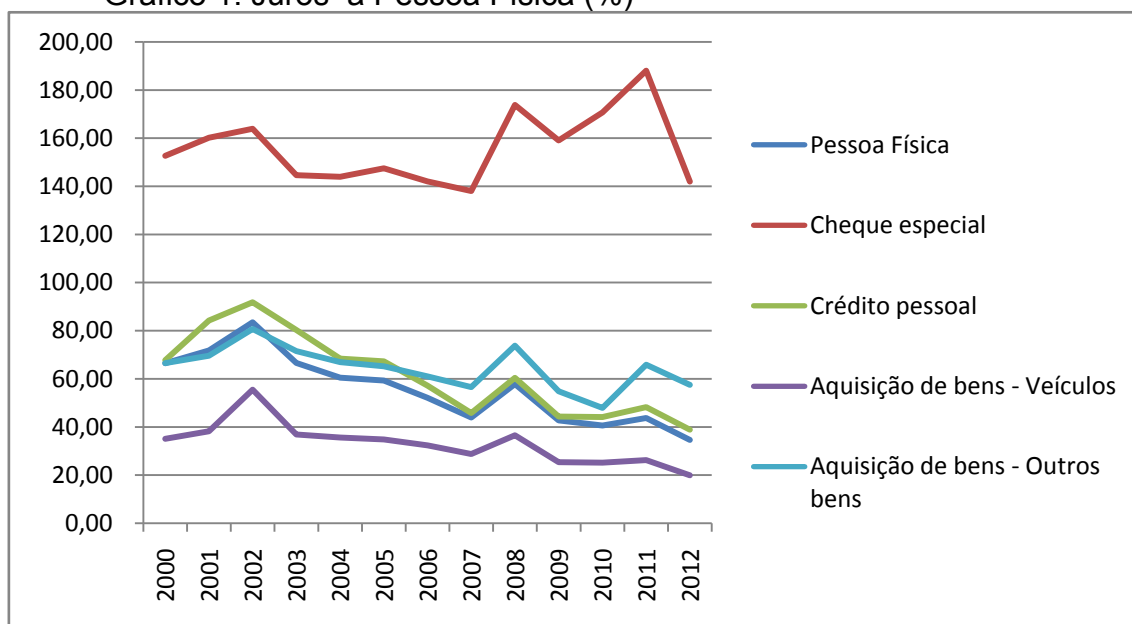
## Capítulo5: Formação do lucro bancário

Bancos formam suas receitas a partir de quatro principais atividades: oferecendo serviços de empréstimo ao consumidor, spread bancário e comprando e administrando Dívida Pública nacional. A seguir a análise de cada atividade.

### Juros à Pessoa Física

Cobrar juros talvez seja uma das práticas mais velhas na história da humanidade. Juro é definido como a remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do dinheiro emprestado<sup>42</sup>. É o dinheiro a mais que você deve pagar a quem te ajudou inicialmente, com taxas pré-estabelecidas. Se isso leva ao inferno a alma de quem o pratica ou não, como se achava na Idade Média, ou ainda se juros podem ser pagos com a própria carne, como o exigiu Shylock, o banqueiro de Shakespeare, não temos como saber, mas os níveis que os bancos brasileiros praticam, isso sim, se podem medir.

Gráfico 1: Juros à Pessoa Física (%)



Dados: Banco Central. Elaboração do autor.

No gráfico acima podemos perceber que as taxas de juros praticadas nas linhas de crédito para pessoa física no Brasil nos últimos 12 anos tendem a um tímido decréscimo, mantendo ainda seus altos níveis. No início do período estudado, o juro médio praticado à pessoa física, entre as 150 instituições analisadas pelo BC, era de 66%, caindo para 34% no final de 2012. Isso

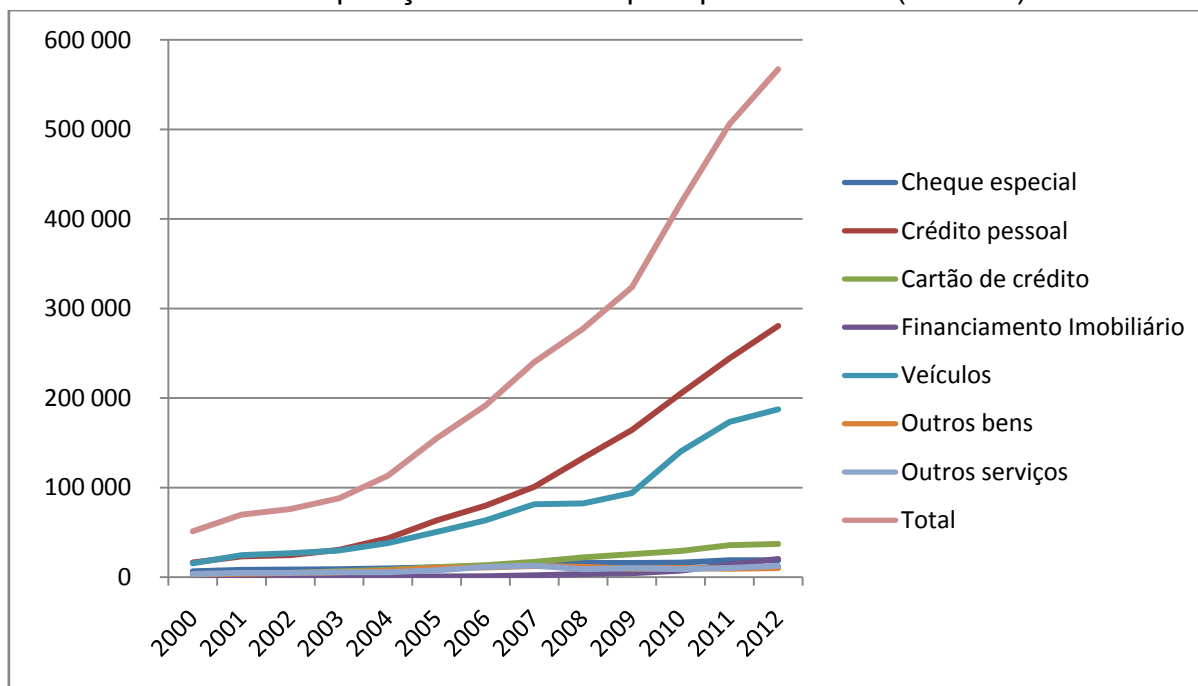
<sup>42</sup>PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

significa que a cada R\$ 1.000 tomados como empréstimo bancário o consumidor irá pagar em média, em um ano, o total de R\$1.340. Cabe destacar o visível absurdo que é a taxa na linha de cheque especial, que em 12 anos mantém quase a estabilidade nos juros cobrados, saindo de 152% em 2000, para finalizar o período em 141% ao ano em 2012.

Repare que em dois momentos, 2002 e 2008, as taxas de juros elevaram-se acima do esperado. Tais flutuações podem ser entendidas como “medidas de cautela”. Em 2002 o mercado elevou as taxas de juros por causa da troca presidencial (a saída de Fernando Henrique Cardoso para a posse de Luís Inácio “Lula” da Silva), pois os banqueiros não tinham certeza de como a economia seria conduzida com aquela mudança política. Para se “protegerem” os bancos aumentam as taxas de juros e esperam a contrapartida do governo para retomarem a tendência anterior. Já em 2008 as taxas ascenderam por causa da crise bancária americana. De fato a crise de lá acendeu o sinal amarelo em nossa economia, pois, embora tivéssemos muita reserva em moeda americana (o suficiente para aguentar por um bom tempo o impacto de uma crise generalizada), a insegurança ainda era muito forte. Existia um medo dos bancos e do governo sobre como seria conduzida aquela crise pelas autoridades americanas. A situação só mudou quando o FED (banco central americano) entrou com o capital bilionário de ajuda ao seu sistema bancário, recuperando instituições “*too big to fail*” e restituindo a confiança no sistema econômico bancário globalizado.

Agora uma comparação interessante: a partir daquela tabela de juros praticados pelos bancos vamos contrastar com o volume das operações no período.

Gráfico 2: Volume de operações de crédito para pessoa física (milhões)



Dados: Banco Central. Elaboração do autor.

Adam Smith, filósofo e economista escocês do séc. XVIII, tornou-se notável por sua contribuição à economia ao afirmar em seu livro “A riqueza das Nações”, existir uma “mão invisível” que promove o bem estar da sociedade ao regular de forma justa todo o mercado. Bem, se você comparar o pouco declínio das taxas de juros praticados pelos bancos nacionais e o gigantesco consumo de crédito para pessoa física você pode perceber que essa “mão invisível” foi no mínimo atada por aqui. Os dados não mentem. Enquanto as taxas de juros caíram em média 10% em 12 anos, os negócios para pessoa física aumentaram vertiginosamente, liderados pelo crédito simples e pelo que financia veículos. Parece que não é possível entender a lógica dos banqueiros à luz das teorias de Adam Smith.

### **Juros à Pessoa Jurídica**

Os serviços prestados a essa modalidade de crédito visam atender o empresário em momentos diferentes de falta de capital. Abaixo os serviços avaliados pelo BC, bem como suas taxas.

Hot Money: Uma operação de empréstimo a curtíssimo prazo (entre 1 e 29 dias) para atender as necessidades imediatas de crédito;

Desconto de duplicatas: É um adiantamento de recursos feito pelo banco, sobre os valores de duplicatas (uma espécie de título de crédito que prova a compra e venda de uma mercadoria). Neste tipo de operação o cliente recebe do banco o valor correspondente às suas operações a prazo e transfere suas obrigações à instituição financeira;

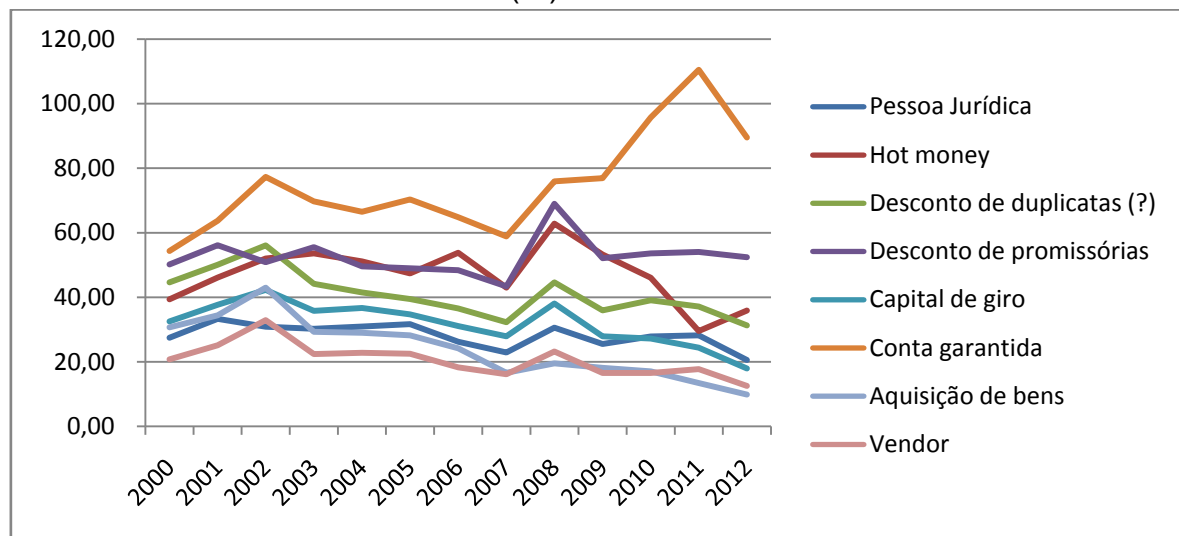
Desconto de promissórias: Funciona como o desconto de duplicatas, mas atua sobre promissórias, um título monetário em que o criador assume pagar ao detentor o valor correspondente fixado. Nesse serviço o cliente recebe o valor antecipado da promissória e a transfere para o banco;

Capital de giro: É o dinheiro utilizado cotidianamente para manter todas as operações de uma empresa. Geralmente é mais uma reserva de dinheiro físico para atender as necessidades cotidianas;

Conta garantida: É uma conta de empréstimo separada da conta corrente da empresa. Tem limite de crédito de utilização definida de acordo com a capacidade de pagamento da empresa e é destinado a suprir eventuais necessidades de capital de giro;

Vendor: É uma forma de financiamento em que o vendedor recebe à vista do banco o valor da venda e o comprador paga ao banco a prazo.

Gráfico 3: Juros à Pessoa Jurídica (%)

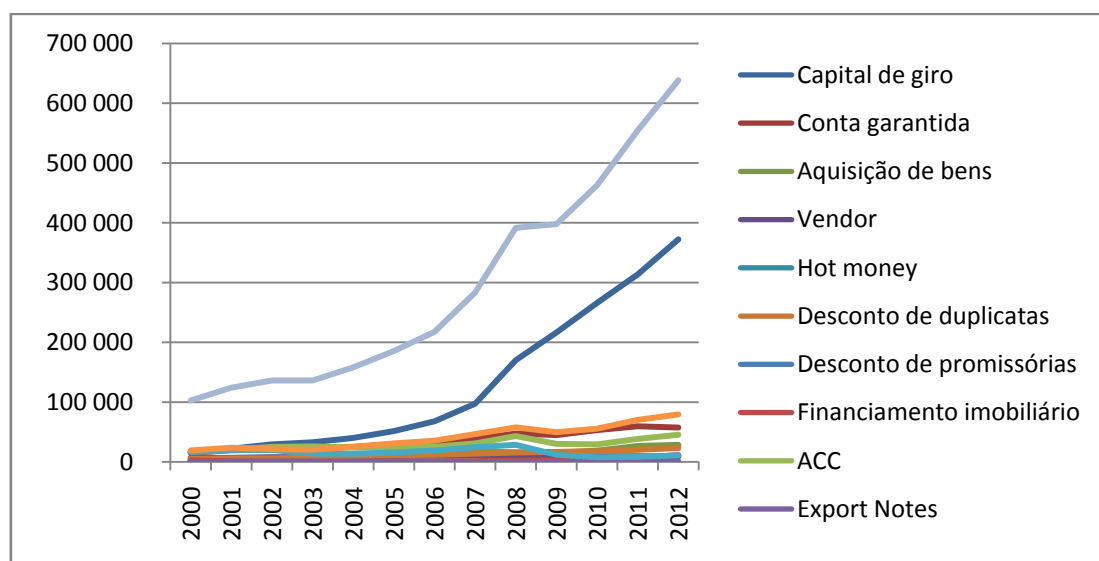


Dados: Banco Central. Elaboração do autor.

A princípio notamos que a maioria das taxas manteve seus juros do início do século ou diminuíram em média 5% nesses 12 anos. O único destaque é no quesito Conta Garantida, que aumentou 35% nos anos estudados. Perceba que como os juros praticados à Pessoa Jurídica nos anos de 2002 e 2008 apresentaram uma alta destoante de sua tendência normal.

Agora vamos comparar essa tabela com o volume de operações do período.

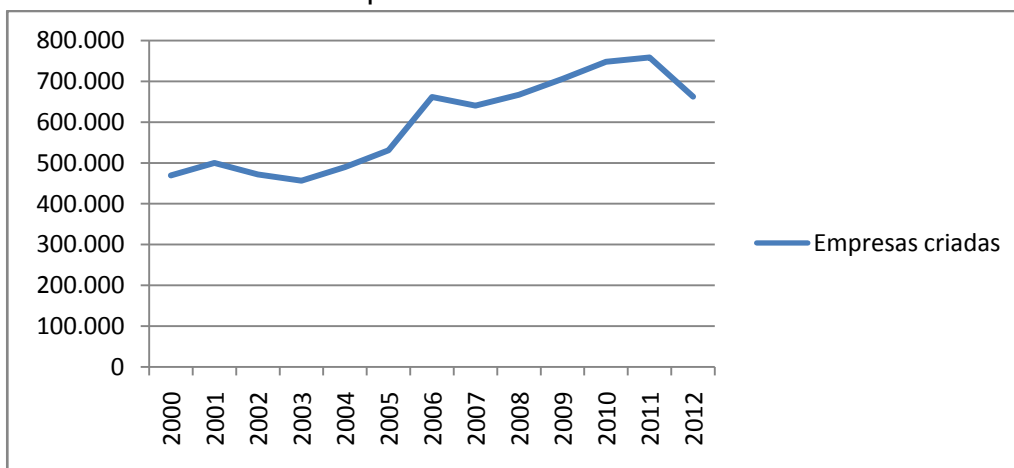
Gráfico 4: Volume de operações de crédito para pessoa jurídica (milhões)



Dados: Banco Central. Elaboração do autor.

Mais uma vez nos parece que a teoria da mão invisível pode não representar exatamente o que acontece. Note que o volume das operações desse segmento chega a ser maior que os de pessoa física, puxada principalmente pelo volume do crédito para capital de giro. Esse aumento de volume em todas as linhas vai refletir positivamente no número de empresas criadas no Brasil nesse período, como mostram os dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

Gráfico 5: Número de empresas criadas



Dados: IBPT. Elaboração do autor.

Como se observa, o número de empresas no país vem aumentando desde 2003, mas sofreu uma queda brusca em 2012. Para o presidente do Conselho Superior e coordenador de estudos do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral, essa queda demonstra uma desconfiança do empresário. “Em 2012 a redução nos novos negócios ocorreu em todos os estados brasileiros, revelando o ceticismo dos empreendedores, mesmo com todas as medidas de estímulo que o governo tem apresentado.”

### Spread Bancário

Spread bancário é uma taxa arbitrada pelos bancos a partir da diferença entre a taxa de juros cobrada aos clientes que vão pegar crédito e a taxa de juros paga aos clientes que depositam recursos. Ou seja, é a diferença entre o valor que banco capta e o que ele empresta dinheiro. Segundo os cálculos do Banco Mundial, o spread brasileiro foi o segundo mais alto do mundo, com 28,73%, em 2012, perdendo apenas pelos praticados em Madagáscar (49,5%). Comparando aos BRICS (excetuando-se a Índia), o spread brasileiro é quase dez vezes maior ao praticado nos outros países do grupo.

Tabela 6: Spread nos BRICS e no Mundo (%)\*

Nome do País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	36,88	33,14	35,59	35,37	31,12	32,89	28,73
Mundo	6,33	6,54	6,22	6,20	6,19	6,14	6,19
Rússia	6,35	4,89	6,47	6,72	4,81	4,02	3,57
África do Sul	4,03	4,01	3,51	3,17	3,37	3,33	3,31
China	3,60	3,33	3,06	3,06	3,06	3,06	3,00

\* O Banco Mundial não tem os dados da Índia.

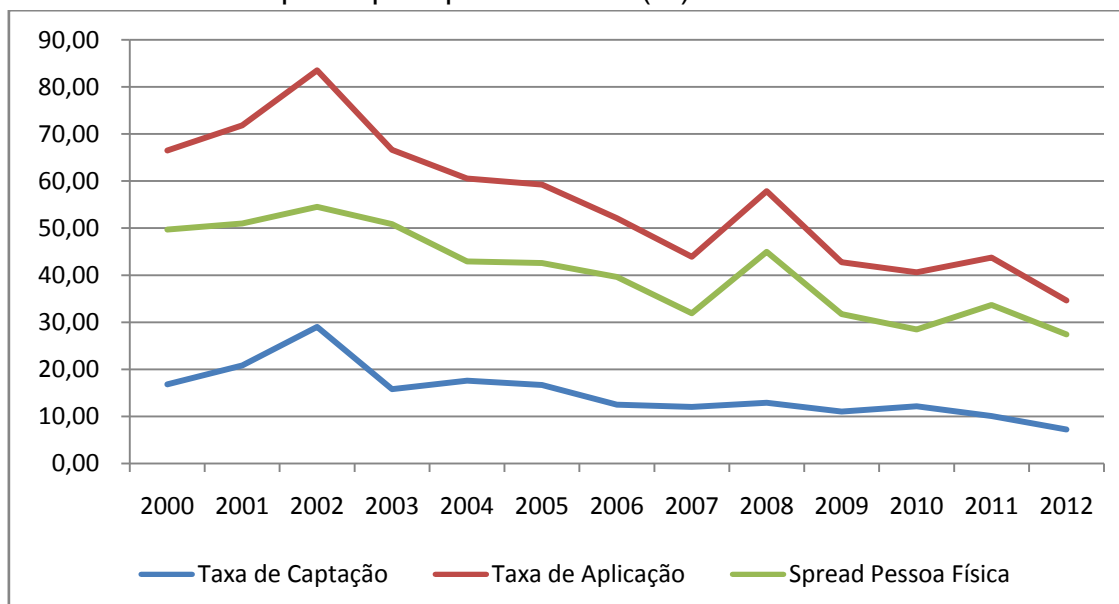
Dados: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Os dados do Banco Mundial são condensados, por isso vamos analisar cada um dois casos: spread para pessoa física e spread para pessoa jurídica.

### Spread para Pessoa Física

A taxa de captação dos bancos (remuneração paga ao cliente que deposita dinheiro no banco, em poupança ou outra aplicação) caiu de 16,81% em 2000 para 7,22%, uma queda de 9,58p.p. em 12 anos. Já a taxa de aplicação para o crédito do consumidor caiu mais, ela saiu dos surpreendentes 66,49% em 2000 para finalizar 2012 em 34,65%, uma queda de 31,84 p.p. no período. A diminuição pode até impressionar a primeira vista, mas ainda é cinco vezes maior que a taxa de captação do banco. O gráfico abaixo nos mostra toda a variação nesses 12 anos.

Gráfico 15: Spread para pessoa física (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

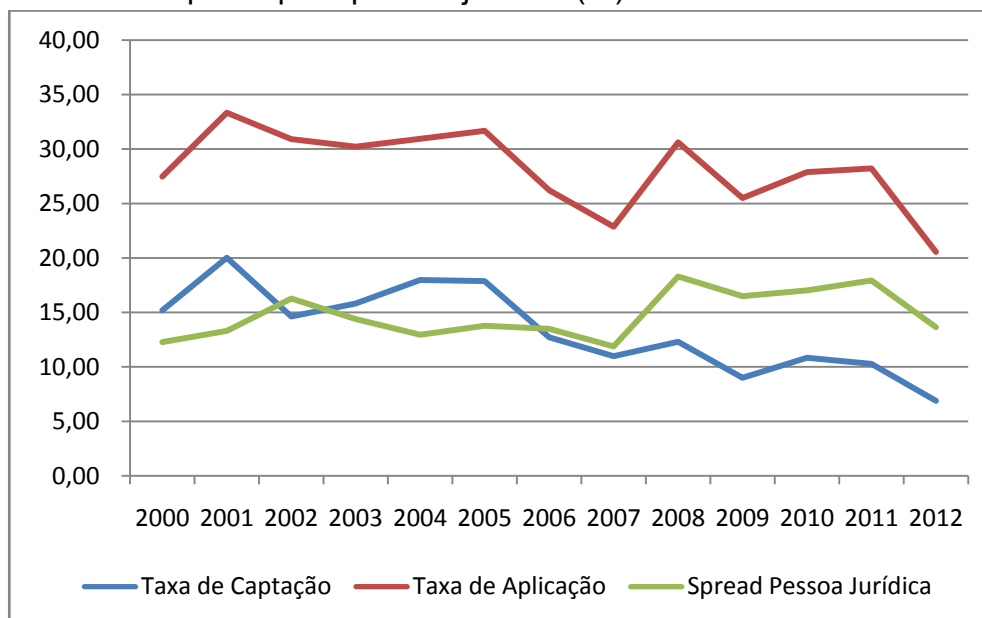
Podemos notar que o spread é constantemente duas ou três vezes maior que a taxa de captação em todo o período. Em alguns casos (2002 e 2008), os picos no spread demonstram a insegurança dos banqueiros frente às

questões macroeconômicas que estavam acontecendo no país e no mundo: em 2002 a troca presidencial no Brasil, e em 2008 a crise financeira americana e mundial. Isso acontece porque o spread também reflete a confiança ou não dos bancos à situação macroeconômica nacional, ou seja, o spread aumenta ou diminui quando outras taxas tais como inflação, câmbio, risco de crédito, nível de depósitos bancários, sofrem mudanças. Por isso podemos concluir que quando o spread aumenta entendemos que os bancos estão se protegendo de algo, e se a diminuem, então estamos com maior estabilidade financeira. Na prática, entretanto, tal raciocínio é uma incoerência, pois o Brasil é a sexta maior economia do mundo (com previsão de ser a quinta em 2016) de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas mantém um alto spread somente compatível com países como Paraguai (25,18%), Malawi (21,25%), República Democrática do Congo (20,72%), Tajikistão (17,51%) e Peru (16,78%)<sup>43</sup>.

### Spread para Pessoa Jurídica

Os índices de captação e aplicação para pessoa jurídica caíram quase o mesmo valor em 12 anos: os juros de captação caíram de 15,19% em 2000 para 6,89% em 2012, uma queda de 8,3 p.p.; e para aplicação os bancos diminuíram de 27,47% para 20,55% no mesmo período, uma queda de 6,92 p.p. Nesse caso a taxa de aplicação só é três vezes maior do que a de captação. Abaixo o gráfico com a oscilação do período.

Gráfico 16: Spread para pessoa jurídica (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

<sup>43</sup> Dados do Banco Mundial encontrados em <http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LNDP>.



Um grande impacto negativo para as empresas brasileiras é que o alto spread influencia diretamente o nível de competitividade do país. Essa constatação foi feita pelo Fórum Econômico Mundial, que, ao analisar o spread brasileiro, colocou na posição de número 137 de um total de 142 países em 2012.

Semelhante pesquisa feita pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), coloca o Brasil na 37ª posição entre 42 países. Na pesquisa da Fiesp o nosso spread bancário ganha destaque por ser mais de doze vezes maior do que a média dos países que utilizam semelhante metodologia para calcular a taxa (Chile, Itália, Japão e Malásia). O estudo também consegue medir o custo final para a indústria: “A despeito da positiva redução no nível da taxa básica de juros da economia (SELIC), a taxa brasileira é a 4ª mais elevadas do mundo; somando-se o abusivo spread bancário, o custo financeiro do capital de giro responde por 7,5% do preço do produto da indústria doméstica.”<sup>44</sup>

Para entender um pouco mais o motivo de os bancos brasileiros praticarem esse valor, temos que conhecer também os determinantes do spread bancário, são eles<sup>45</sup>: a estrutura competitiva dos mercados; o custo médio operacional do banco; o grau de aversão ao risco do banco; a volatilidade da taxa de juros dos empréstimos interbancários; o risco de crédito; a covariância entre o risco de crédito e o risco de taxa de juros; e o tamanho médio das operações de crédito e de depósitos do banco. Segundo os pesquisadores, esses fatores endossam a afirmação de que o alto spread bancário é fruto da instabilidade macroeconômica do país:

Quanto mais instável for a economia de um dado país – por exemplo, quanto maior for a variabilidade da taxa de inflação e da taxa de câmbio –, maior será a volatilidade resultante da taxa básica de juros e, por conseguinte, maior deverá ser o spread bancário.(...) A instabilidade macroeconômica pode afetar o spread bancário por mais dois outros canais. O primeiro deles é o grau de aversão ao risco. Com efeito, a aversão ao risco dos bancos deve, em alguma medida, refletir a própria instabilidade do ambiente de mercado no qual eles operam. Sendo assim, um país que possua um histórico de grande instabilidade macroeconômica deverá possuir bancos que tenham um elevado grau de aversão ao risco. O segundo canal é a covariância entre o risco de taxa de juros e o risco de crédito. (...) Daqui se segue que a instabilidade macroeconômica se reflete não apenas numa alta volatilidade da taxa de juros, mas também num elevado risco de crédito, ou seja, essa instabilidade gera uma grande

---

<sup>44</sup> COELHO, J. R. R. Índice Fiesp de Competitividade das Nações (IC-Fiesp). São Paulo: Fiesp, 2012.

<sup>45</sup> Oreiro, José Luis da Costa; Paula, Luiz Fernando Rodrigues de; Silva, Guilherme Jonas Costa da; Ono, Fabio Hideki. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente In: Economia aplicada : EA. - São Paulo, ISSN 1413-8050, ZDB-ID 20134617. - Vol. 10.2006, 4, p. 609-634

covariância entre o retorno dos empréstimos e o retorno das aplicações no mercado interbancário.<sup>46</sup>

Para os banqueiros, então, somente ao se praticar as taxas atuais se obtém a correta correspondência com os problemas macroeconômicos nacionais. Outras linhas de estudos dos determinantes do spread são feitas anualmente pelo Banco Central e pela Febraban. Estes trabalham com a decomposição do spread bancário, discriminando as despesas e lucros oriundos da taxa. Utilizarei a pesquisa da Febraban como referência porque contempla o valor distribuído aos acionistas dos bancos.

Tabela 7: Decomposição do Spread bancário 2001-2011(R\$ mil)

	2001	2002	2003	2004
<b>Recursos humanos</b>	28.004	29.078	31.458	33.984
Salários e honorários	16.116	16.777	18.014	19.643
Encargos sociais (30%)	8.58	8.389	9.007	9.496
Benefícios (10%)	2.686	2.796	3.002	3.165
Participações (funcionários e minoritários)	1.145	1.116	1.434	1.680
<b>Governo</b>	11.198	15.729	18.294	20.060
Despesas tributárias	84.207	5.439	6.187	7.721
Imposto de Renda e Contribuição Social	947	3.999	5.352	5.217
INSS sobre salário (22,5%)	6.043	6.291	6.755	7.122
<b>Líquido para acionistas</b>	1.458	23.311	22.774	23.288
Dividendos distribuídos	11.725	6.291	5.887	6.055
Lucro retido	11.725	18.874	17.660	18.166
<b>Prejuízo</b>	-14.157	-1.855	-773	-933
Valor Adicionado Bruto (não contabiliza o prejuízo)	40.660	68.118	72.526	77.332
Amostragem	127 bancos	127 bancos	127 bancos	127 bancos

	2005	2006	2007	2008
<b>Recursos humanos</b>	32.779	36.661	45.510	51.978
Salários e honorários	18.302	20.180	24.620	27.094
Encargos sociais (30%)	9.289	10.090	12.310	13.052
Benefícios (10%)	3.096	3.363	4.103	4.350
Participações (funcionários e minoritários)	2.092	3.027	4.476	7.480
<b>Governo</b>	21.885	23.976	33.211	26.137
Despesas tributárias	7.915	9.135	12.014	10.944
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.003	7.273	11.964	5.403
INSS sobre salário (22,5%)	6.967	7.567	9.232	9.789
<b>Líquido para acionistas</b>	32.306	31.850	58.175	61.559

<sup>46</sup> Idem.

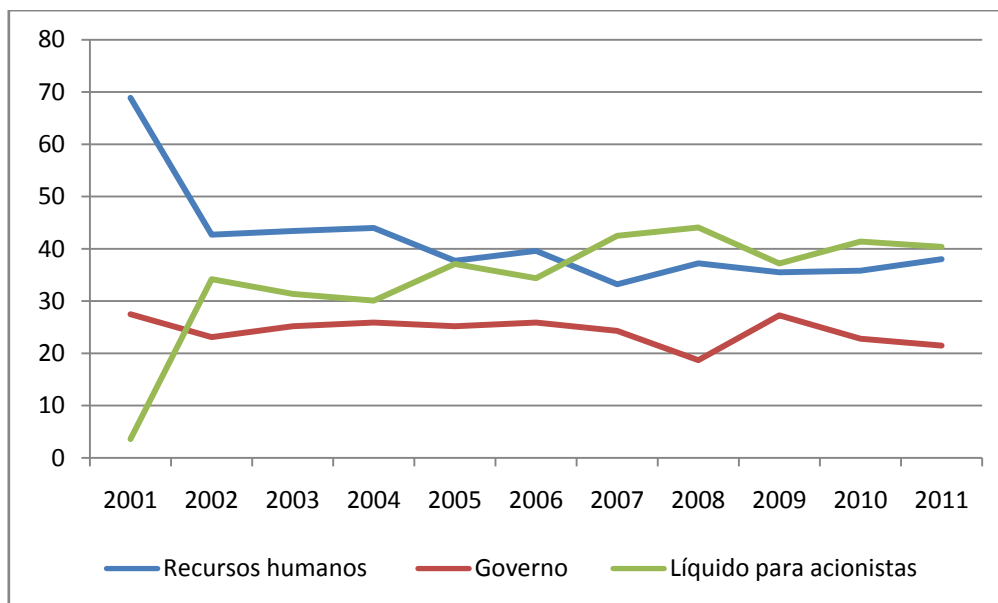
Dividendos distribuídos	8.292	8.256	14.626	15.723
Lucro retido	24.877	24.768	43.880	48.266
<b>Prejuízo</b>	-863	-1.173	-331	-2.430
Valor Adicionado Bruto (não contabiliza o prejuízo)	86.970	92.489	136.897	139.675
Amostragem	127 bancos	146 bancos	150 bancos	150 bancos

	2009	2010	2011
<b>Recursos humanos</b>	50.995	60.697	72.140
Salários e honorários	27.950	34.912	42.705
Encargos sociais (30%)	13.309	15.694	18.135
Benefícios (10%)	4.436	5.231	6.045
Participações (funcionários e minoritários)	5.299	4.858	5.254
<b>Governo</b>	39.267	38.652	40.810
Despesas tributárias	13.564	14.792	16.653
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.720	12.089	10.555
INSS sobre salário (22,5%)	9.981	11.771	13.601
<b>Líquido para acionistas</b>	53.441	70.167	76.657
Dividendos distribuídos	14.171	17.541	19.164
Lucro retido	40.664	53.070	59.460
<b>Prejuízo</b>	-1.394	-444	-1.967
Valor Adicionado Bruto (não contabiliza o prejuízo)	143.705	169.517	189.607
Amostragem	157 bancos	151 bancos	154 bancos

Dados: Febraban. Elaboração do autor.

Para facilitar a visualização e entendimento desses dados, podemos transformá-los em porcentagens de acordo com o destino do spread, subdividindo em três grandes áreas: Recursos humanos, governo e líquido para acionistas. O resultado é o gráfico a seguir.

Gráfico 17: Decomposição do Spread bancário (%)



Dados: Febraban. Elaboração do autor.

Com essas tabelas podemos constatar que: o ano de 2001 apresenta um cenário particularmente ruim para os banqueiros. Naquele ano o gasto com recursos humanos consumiu quase 70% do spread, e por outro lado o dinheiro retido como lucro aos acionistas foi de 3,6% somente. O cenário muda completamente em 2011, o gasto com pessoal cai quase 30% enquanto os lucros para acionistas sobem 31% ao longo dos dez anos. Logo após percebe-se que os gastos com pessoal tendem a ficar em menos de 40% enquanto o lucro deve ficar acima dessa barreira. Os gastos com o governo não mudam, pois é baseado em taxas fixas.

Outro objeto de análise é o total de dinheiro que entra bruto nos cofres dos bancos por causa do spread. Em 2001 a quantia era de R\$ 40,6 bilhões, com crescimentos anuais em torno entre R\$ 10 e 5 bilhões a cada ano até 2007, quando o setor conseguiu lucrar com spreads R\$ 44 bilhões a mais que 2006, saindo de R\$ 92 bilhões para R\$ 136 bilhões, um aumento de 32% naquele ano. Após 2007 os bancos mantiveram o valor adicionado entre 5 e 10 bilhões por ano até finalizarem 2011 com R\$ 189,6 bilhões. Tudo isso foi pago pelo consumidor em apenas 10 anos. O próximo capítulo é sobre outra fonte de renda bancária: Dívida Pública.

## Cap. 6: Dívida Pública Nacional

Como bem aconselhavam os antigos gregos, antes de qualquer debate sobre um tema sempre se faz necessário definir os conceitos que serão empregados. Seguindo esse eficaz aviso, vamos primeiro definir os diferentes termos que circundam o assunto para depois entrarmos nos fatos numéricos.

### Conceitos básicos

Dívida Pública Bruta é uma definição geral para tratar das obrigações de pagamento em posse do setor público nacional. Quando se fala em Setor Público temos que imaginar a administração direta nacional, as autarquias<sup>47</sup> e as fundações das três esferas de governo(federal, estadual e municipal) e suas respectivas empresas estatais, o Banco Central e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Justamente por abranger as três esferas do governo, a Dívida Pública pode ser classificada quanto à origem, abrangência e natureza.

1) Origem:A dívida pública pode ser classificada em interna (dívida em que se utiliza a moeda do país) ou externa (feita em outras moedas que não sejam a moeda corrente do país);

2) Abrangência:A dívida pode ser caracterizada como dívida do governo central (Tesouro Nacional, INSS e BC), governo federal (Tesouro Nacional e INSS), do governo geral (governo federal e governos regionais), dos governos regionais (governos estaduais e municipais) e das empresas estatais (empresas estatais federais, estaduais e municipais);

3) Natureza:A dívida pública pode ser classificada em contratual ou mobiliária. No primeiro tipo a dívida se origina a partir de um contrato que estipula as características da mesma; no segundo dívida origina-se a partir da emissão de um título, que possui autonomia em relação ao fato que o originou.No último caso o título tem uma legislação específica que o regula.

No caso da Dívida Mobiliária Interna (DPMFi, ou seja, dívida emitida através de títulos que devem ser pagos em Real) ela pode ser classificada quanto à forma de emissão, à forma de negociação e de seus detentores.

4) Forma de emissão: A dívida é classificada como em oferta pública quando os títulos são emitidos sob a forma de leilão e seus valores de custo são formados competitivamente; e sob a forma de direta, quando emitidos para atender a contrato específico ou determinação legal. É no ramo das “ofertas públicas” que vão aparecer os títulos mais comumente estudados no assunto: Letras Financeiras do Tesouro (LFT), as Letras do Tesouro Nacional (LTN) e as Notas do Tesouro Nacional (NTN). (Eles serão explicados melhor nas próximas páginas.);

---

<sup>47</sup> Serviço estatal descentralizado e com autonomia econômica, embora tutelado pelo poder público.  
In PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999.

- Quanto à forma de negociação, os títulos podem ser classificados como negociáveis e inegociáveis. No último caso não é permitido, por questões legais ou operacionais, de que se transfira a posse dos títulos de um negociador para outro;

- Na linha de detentores, os títulos podem pertencer ao Banco Central (não tendo efeito sobre a Dívida Líquida do Setor Público) ou em poder do público. Este último é o que nos interessa, pois é a forma mais confiável de acompanhar os riscos e os custos da Dívida Pública Federal.

O termo utilizado acima, Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), é o conceito mais utilizado para critérios de estudo e de sustentabilidade fiscal de um país. Calcula-se a DLSP a partir da diferença entre a Dívida Bruta e os ativos financeiros possuídos pelo Estado junto aos agentes privados não financeiros e aos agentes financeiros, públicos e privados.

Guarde essas duas informações, DLSP e dívida em poder do público, pois elas serão investigadas após uma explicação sobre como a Dívida Pública formou-se no Brasil.

### **História da Dívida Pública no Brasil**

Conforme explica Pedras<sup>48</sup> existem quatro objetivos básicos para a existência de Dívida Pública: financiar o déficit público; favorecer instrumentos adequados à realização da política monetária; criar capital de longo prazo para financiamento do setor privado; e otimizar a distribuição de recursos entre gerações, na medida em que (a depender do prazo dos instrumentos de financiamento) à geração futura caberá o pagamento das despesas realizadas no presente com recursos oriundos do endividamento.

No caso brasileiro a dívida nacional tem duas fases distintas: na primeira fase não havia mercado definido de títulos públicos, por isso os papéis da dívida tinham pouca credibilidade junto aos capitalistas e o motivo das emissões tinha diversas finalidades. Foi a fase desregrada onde o governo não conseguia trabalhar corretamente essa forma de investimento; na segunda fase, iniciada em 1964, criou-se um mercado de títulos públicos através da emissão das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), que eram indexadas à inflação do período. Essa característica trazia segurança ao investidor e consequentemente desenvolveria o potente mercado de dívida pública. Agora vamos aprofundar mais um pouco essas teorias.

Tudo começou ainda no período colonial. Desde os séculos XVI e XVII governadores da Colônia faziam empréstimos pessoais e colocavam na conta do proto Brasil. No início essas dívidas não eram conhecidas totalmente, cabendo a Luiz de Vasconcelos e Souza, o “vice-rei da idade de ouro do Brasil

---

<sup>48</sup>PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 ate os dias atuais. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Publica: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

colonial”, entre 1761 a 1780, apurar o montante devido. Bolças<sup>49</sup> informa que “a escrituração oficial acusava déficits anuais superiores a 100 contos, tendo-se elevado a dívida pública, naquele último ano, a mais de 1.200 contos, provenientes de soldos e fardamentos às tropas, fornecimentos de gêneros, salários e até dinheiro de que o governo, sob promessa formal de futura restituição, se apoderara em tempos de guerra”.

Para pagar essa dívida foram necessários mais 19 anos; somente em 1799 D. João VI determinou o pagamento da dívida através de apólices com juros de 5% que deveriam ser pagos pela colônia. Como esse movimento o rei Português criava a dívida de Portugal no Brasil e antevia também a necessidade de se construir um banco para financiar os débitos da Coroa Portuguesa, conforme depois se concretizará com a criação do Banco do Brasil em 1808.

Depois de criado o Banco do Brasil toda dívida portuguesa caía imediatamente na carteira colonial brasileira. Para piorar o cenário Portugal ainda combatia Napoleão, intensificando os gastos da Coroa com exércitos e repassando tudo para o banco colonial. Como explicado no primeiro capítulo, o Banco do Brasil, entre 1810 e 1828, emitiu \$ 28,8 bi de réis, o que representaria R\$1,6 tri(segundo a conversão de Gomes<sup>50</sup>) para financiar os gastos portugueses. O resto da história você lembra: a Coroa voltou para Portugal, o banco quebrou e ficamos como maus pagadores no entendimento mundial.

O passo seguinte foi dado por D. Pedro I em 20 de setembro de 1825, ao criar uma comissão para investigar os débitos nacionais e institucionalizar a dívida pública interna no Brasil. A partir dessa medida a dívida passou a ser legalmente nacional, como explica Neto<sup>51</sup>. “Pela primeira vez na história do país executava-se uma medida com a finalidade de institucionalizar a dívida pública interna, dar-lhe caráter de dívida nacional, pela qual toda a Nação é responsável, desvinculando-a do caráter de dívida pessoal do governante”.

A comissão expediu a Lei de 15 de novembro de 1827 que estabeleceu a legislação básica para o endividamento no Brasil. A nova lei, entre outras coisas, cria o primeiro órgão responsável pela administração da dívida, a Caixa de Amortização, conforme explica Silva<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup>BOLÇAS (1950) *apud* SILVA, Anderson Caputo .Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

<sup>50</sup>GOMES, Laurentino. . **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo (SP): Planeta do Brasil, 2009. 367 p.

<sup>51</sup>NETO (1980) *apud* SILVA, Anderson Caputo .Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

<sup>52</sup>SILVA, Anderson Caputo .Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

A nova lei, em seus 75 artigos, distribuídos em quatro Títulos, dentre outros: i) reconhece dívidas passadas até 1826 (à exceção daquelas que se achavam prescritas pelo Alvará de 9 de maio de 1810); ii) estabelece regras para a inscrição de todas as dívidas reconhecidas, via registro no Grande Livro da Dívida do Brasil, e, no caso de dívidas provinciais, no respectivo Livro Auxiliar do Grande Livro, “rubricado e encerrado pelo presidente da província respectiva” (art. 5º) – estes livros foram instituídos e criados também por esta lei; iii) trata da “fundação” da dívida pública – já lançando os primeiros títulos da dívida interna fundada, no montante de 12 mil contos de réis (inscrita automaticamente no Grande Livro); e iv) cria o primeiro órgão responsável pela administração da dívida pública interna e externa.

A Caixa de Amortização era um órgão independente da Caixa do Tesouro Público e administrada por um conselho composto de cinco empresários nacionais, de membros regionais da Inspetoria-Geral da Caixa e do ministro e do secretário dos negócios da Fazenda, como presidente. Em alguns casos as leis de proteção da Caixa eram bem específicas, tais como: “o cofre da Caixa de Amortização terá três chaves, uma das quais será guardada pelo inspetor-geral e as outras pelo contador e pelo tesoureiro [...] igual número de chaves terá o cofre de cada uma caixa filial [...] Nunca se abrirá cofre algum sem que estejam presentes os três claviculários”.

A Caixa de Amortização deixou de ser responsável pela administração da dívida em 1945, com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que depois se tornaria o BC.

Quanto à dívida, ela tinha duas origens: interna e externa.

Para pagar a dívida interna, a lei de 1827 emitiu títulos no valor de 12 mil contos de réis. A lógica é a mesma de hoje: o Estado liberava os contos de réis através de títulos que posteriormente seriam recomprados com os juros estabelecidos. Leão<sup>53</sup> faz um resgate numérico desse período.

---

<sup>53</sup> LEÃO (2003) *apud* SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) *Dívida Pública: a experiência brasileira*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.



**Tabela 1. Evolução da dívida interna fundada no Império**  
(em contos de réis)

Período	Emissão	Resgate	Saldo
1827	12.000	-	12.000
1828-1840	23.500	3.800	31.700
1841-1860	32.000	-	63.700
1861-1880	340.000	-	403.700
1881-1889	46.000	11.300	435.500

Fonte: Leis do Império do Brasil – Rio de Janeiro: Tipographia Nacional (reproduzida de Leão (2003))

No caso da Dívida Externa tudo começou com o empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas feito à Grã-Bretanha para o pagamento da independência brasileira. A partir disso, entre os anos de 1824 e 1888, foram contraídos mais 15 empréstimos, principalmente pelo intermédio da casa britânica dos Srs. Rotshchild& Sons ou de seus representantes.

Um resgate dos valores daquele período foi feito por Leão<sup>54</sup> para melhor explicarmos as nuances do endividamento público nacional. Confira abaixo os valores.

**Tabela 2. Serviços da dívida interna e externa nos orçamentos brasileiros 1828-1889**  
(em contos de réis)

Serviço da dívida				
Lei nº	Data	Orçamento	Externa	Interna
	08/10/1828	1829	1.178	381
	15/12/1830	1831/32	856	1.003
	15/11/1831	1832/33	2.988	1.046
	24/10/1832	1833/34	2.425	1.241
58	08/10/1833	1834/35	1.640	1.529
38	03/10/1834	1835/36	480	1.348
99	31/10/1835	1836/37	2.125	1.500
70	22/10/1836	1837/38	2.111	1.490
106	11/10/1837	1838/39	2.069	1.600
60	20/10/1838	1839/40	2.055	1.970
108	26/10/1840	1840/41	2.168	2.170
243	30/11/1841	1842/43	3.020	3.120
317	21/10/1843	1843/44	3.088	2.449

<sup>54</sup> *Idem.*

Serviço da dívida				
Lei nº	Data	Orçamento	Externa	Interna
369	18/09/1845	1845/46	3.026	3.909
396	02/09/1846	1847/47 e 47/48	3.026	3.473
514	28/10/1848	1849/50	2.797	3.391
555	15/06/1850	1850/51	2.798	3.479
668	11/09/1852	1853/54	4.213	3.447
719	28/09/1853	1854/55	3.823	3.447
779	06/09/1854	1855/56	3.823	3.462
840	15/09/1855	1856/57	3.823	3.461
884	01/10/1856	1857/58	3.787	3.461
939	26/09/1857	1858/59	3.787	3.460
1.040	14/09/1859	159/60	3.787	3.460
1.114	27/09/1860	1861/62	3.648	3.460
1.177	09/09/1862	1863/64	3.683	4.174
1245	28/06/1865	1865/66	3.646	4.817
1507	26/09/1867	1867/68 e 68/69	8.277	6.338
1836	27/09/70	1871/72	8.056	15.785
2670	20/10/1875	1876/77	12.535	17.551
2940	31/10/1879	1879/80 e 80/81	14.374	24.904
3017	05/11/1880	1881/82	12.499	26.338
3141	30/10/1882	1882/83 e 83/84	20.887	20.276
3349	20/10/1887	1888	22.383	19.090

Fonte: Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional (reproduzida de Leão, 2003)

A explicação dos especialistas é que o endividamento nacional nesse período está ligado aos fatores socioeconômicos do Brasil Imperial. Conforme informa Silva<sup>55</sup> o período entre 1827 e 1839 foi marcado por emissões de títulos com destinação quase exclusiva à cobertura de déficits e de despesas com pacificações de províncias. Na época os juros para pagamento da dívida era de 6% a.a. e logo pesou no bolso nacional. Em outubro de 1939 o resgate de títulos foi suspenso, mas ainda sim novos títulos eram postos à venda no mercado. “As emissões entre 1840 e 1860 alcançaram 32 mil contos de réis, e os recursos delas provenientes foram utilizados para finalidades diversas, desde a cobertura de déficits até o pagamento do dote e do enxoval da princesa de Joinville”, reitera Silva. Percebemos também que a dívida externa seguiu pelo mesmo caminho no volume de emissões e, sobretudo nos anos de

<sup>55</sup> *Ibidem*.

1860, efeitos como a Guerra do Paraguai e a aparente facilidade de se conseguir crédito no exterior inflaram mais os gastos brasileiros com os juros da dívida. Até que veio nosso primeiro crash.

A situação pouco antes da virada para o séc. XX estava preocupante, conforme explicita Abreu<sup>56</sup>.

Caiu o saldo da balança comercial, aumentou o serviço da dívida, diminuiu a entrada de novos empréstimos. O resultado foi uma vertiginosa queda da taxa de câmbio, de um nível por volta de 27 *pences* por mil réis em 1889 para 7 *pences* em 1898. A crise financeira do Brasil havia estimulado a busca de soluções que atenuassem a crise cambial.

A saída brasileira foi promover uma suspensão do pagamento da dívida nacional e conseguir um refinanciamento da mesma; dessa vez tínhamos que arrumar um plano melhor de pagamento de juros, afinal éramos o tipo de cliente que tentaria limpar o bom nome na praça mundial sempre retornando para o mesmo credor. Esse foi o primeiro *fundingloan*, negociado pelo presidente Campos Sales e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, em 1898, e deu bons resultados assim como um desfibrilador ajuda uma vítima de ataque cardíaco. Silva<sup>57</sup> enumera as características.

O *fundingloan* de 1898 consistiu da emissão gradual de £ 8,6 milhões para fazer face ao serviço de juros dos empréstimos externos federais, do empréstimo interno em ouro de 1879 e de todas as garantias ferroviárias. Além disso, suspendiam-se as amortizações de todas as dívidas incluídas na transação (inclusive as provenientes dos novos títulos) por um período de 13 anos, ou seja, até 1911. Os novos títulos foram lançados ao par, com taxas de juros de 5% e amortização em cinquenta anos, iniciados após o período de suspensão descrito.

Logo depois, durante os 13 primeiros anos do séc. XX, a dívida externa quadruplicou, passando de £43,9 milhões para £166 milhões. Em 1914 o país, mais uma vez, passou a estudar novas condições para a execução de outro *fundingloan*, dessa vez com mais capital e mais prazo para pagamentos.

O segundo *fundingloan* teria um capital nominal máximo de £ 15 milhões e, conforme o primeiro, novos títulos foram emitidos gradualmente ao par, com taxa de juros de 5% e 63 anos de prazo de amortização, com início de resgate em 1927. Também ficavam suspensas as amortizações de todos os

---

<sup>56</sup> ABREU, M de. Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador? Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 1999 (Texto para discussão, n. 403).

<sup>57</sup> SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

empréstimos federais denominados em libras ou francos franceses até 01/08/1927 e os juros destes empréstimos que vencessem entre 01/08/1914 e 31/07/1917.<sup>58</sup>

Em 1931 a mesma história se repetiu: rápido crescimento da dívida externa, dessa vez a partir de 1925, e fatores que desconcertaram a nossa balança de pagamentos (diferença entre o que o país compra e o que o país vende) a partir de 1928. Abreu<sup>59</sup> informa como seria o novo acordo.

O *funding* foi lançado em duas séries, ambas com taxa de juros de 5%, que previam resgate em vinte e quarenta anos, dependendo da garantia de cada empréstimo, cujos juros estavam sendo refinanciados. Para os empréstimos em dólares, foram lançados apenas títulos de 20 anos. O total do lançamento estava limitado a cerca de £ 18 milhões para refinar os juros dos empréstimos federais que vencessem a partir de outubro de 1931 por três anos.

Esse terceiro *fundingloan*, conforme descrevem Cardoso e Dornbusch<sup>60</sup>, foi o primeiro passo para o acordo permanente de 1943 que consolidou toda a dívida externa brasileira, alongando seu prazo entre quarenta a sessenta anos e reduzindo tanto a dívida principal quanto os juros. Esse acordo implicou na redução de 50% do saldo da dívida externa em circulação.

Em seguida ao acordo passamos por mais duas décadas de explosão da dívida externa. No início dos anos de 1950 déficits comerciais elevados após o relaxamento de controles sobre importação durante a Guerra da Coréia fez a dívida total externa (pública e privada) dobrar entre 1946 e 1953, alcançando mais de US\$ 1 bilhão. Logo depois vieram as políticas de infraestrutura e industrialização de Juscelino Kubitschek, financiadas por importações e empréstimos de fornecedores com garantias do governo. Ao final de 1961 a dívida externa total já alcançava o dobro dos níveis de 1955, e a situação do balanço de pagamentos seguia insolúvel. Após ele foi a vez de Jânio Quadros, mas sua pouca permanência no poder só serviu para aumentar a pressão na conta corrente nacional. João Goulart assumiu, mas os mesmos problemas econômicos (inflação, baixo crescimento econômico e crise no balanço de pagamentos) só intensificaram a preparação do Golpe Militar de 1964.

---

<sup>58</sup> *Idem.*

<sup>59</sup> ABREU, M de. Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador? Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 1999 (Texto para discussão, n. 403).

<sup>60</sup> CARDOSO e DORNBUSCH (1989), *apud* SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

Com o intuito de modernizar a economia e se legitimar no poder o governo militar do presidente Castello Branco criou o Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo), e uma de suas atribuições era criar um mercado voluntário para os títulos públicos. Isso significava redimensionar a dívida nacional, apresentá-la ao público de forma unificada e oferecer garantias constitucionais que o país honraria suas dívidas (contanto que a inflação não fosse maior que três dígitos).

Naquela época a inflação estava em torno de 30% ao ano, então, para começar a mostrar as garantias que o mercado exigia, instituiu-se o mecanismo da correção monetária. Essa característica dava ao investidor a segurança de não mais ter seus lucros corroídos pela inflação que existia e ao mesmo tempo o estimulava a apostar nesse novo formato de país. Com essa qualidade foi instituída legalmente, pela Lei nº 4.357/64 e pelo Decreto nº 54.252/64, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), o novo título público nacional.

O que ocorreu depois foi uma reação simples: a dívida pública aumentou tanto em volume absoluto quanto em percentual do PIB. Enquanto a DPFi (Dívida Pública Federal Interna) representava cerca de 0,5% do PIB em 1965, ela terminou o ano de 1969 próxima a 4%<sup>61</sup>.

O passo seguinte foi a criação de outro título para o mercado da dívida, as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), editadas no Decreto-Lei nº 1.079, de 29/01/1970 e na Resolução nº 150 do CMN de 22/07/1970, para atuar na política monetária nacional. Esse título tem finalidades diferentes das ORTNs. Primeiro as LTNs são títulos pré-fixados, ou seja, você sabe o quanto vai ganhar, pois os juros são definidos anteriormente (as ORTNs pagavam juros pós-fixados). Segundo, as LTNs eram um instrumento de política monetária; esses títulos eram o medidor e o influenciador de emissão de mais ou menos moeda física no país. Tecnicamente esses títulos são mais favoráveis ao governo, pois como é um valor pré-fixado o Estado consegue trabalhar melhor com as expectativas de reservas monetárias que precisa manter e ao mesmo tempo terá menos perdas se os juros saírem do controle. Para nosso bem o título foi um sucesso no início da década de 1970, assim ratifica Pedras<sup>62</sup>.

Ainda, nos primeiros anos da década de 1970, a participação das LTNs experimentou um vigoroso aumento no total da dívida, reflexo do maior uso desse instrumento na execução da política monetária, associado ao fato de que ele passou a ser mais ativamente usado por meio de operações de mercado aberto. De fato, enquanto ao final de 1970 as LTNs representavam apenas 5% do estoque da dívida, em 1972 já

---

<sup>61</sup>Andima, Séries históricas – dívida pública, 1993

<sup>62</sup>PEDRAS. Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

representariam 33,6% (e sua participação continuaria a crescer até a segunda metade da década). Nesse período, agora sim, a dívida pública passou a ser não somente um instrumento de financiamento do governo, como também uma importante aliada na condução da política monetária.

Mas como toda boa história tem um efeito externo que dilui a felicidade experimentada, fomos sacudidos pela crise do petróleo de 1973 e 1979. As crises do petróleo explodiram em um contexto de falta de oferta dos países produtores; em 1973 a Guerra de YomKipur fez o preço do barril de petróleo aumentar 400% entre outubro de 1973 e março de 1974, e em 1979 a Guerra Irã-Iraque fez os preços subirem de US\$20 (em 1973) para US\$ 60 no fim daquela década. O efeito por aqui não poderia ter sido pior, conforme avalia Pedras<sup>63</sup>.

Em 1974, as taxas de inflação foram duplicadas em relação ao ano anterior, assim como as taxas de crescimento interromperam o padrão até então verificado para algo em torno de 5% a.a. À medida que a inflação ia aumentando, os investidores voltavam a preferir as ORTNs, que possuíam correção monetária, em detrimento das LTNs. Dessa forma, a participação dos instrumentos prefixados, que havia chegado a 52% em 1977, ao terminar a década encontrava-se em 41%, e cairia ainda mais nos anos seguintes. Na década de 1980 a inflação atingiu patamares sem precedentes, alcançando a barreira dos três dígitos, e as taxas de crescimento da economia começaram a enveredar para o terreno negativo. Iniciava-se a chamada “década perdida”.

A solução adotada a princípio foi a colocação no mercado da dívida de títulos com vencimentos menores que os normais e principalmente pós-fixados. Infelizmente essas medidas não foram eficazes no combate à inflação da dívida pública e as soluções tomadas posteriormente não são muito bem lembradas na história nacional. Em 28 de fevereiro de 1986 o Governo instituiu o Plano Cruzado, que congelou preços, decretou o fim da correção monetária e reduziu as taxas reais de juros. Como não havia mais o fator indexador da economia as LTNs tinham uma dificuldade de penetrar no mercado e havia uma impossibilidade na colocação de novas ORTNs. Por esse motivo o Banco Central acabou por emitir seu próprio título, a Letra do BC (LBC). Esse novo título era remunerado pela taxa Selic (taxa básica de juros), com indexação diária, ou seja, ao valor do dia anterior era acrescido a taxa de juros daquele dia. Mais uma vez eram juros sobre juros para o país pagar.

A aceitação no mercado foi tão boa que o Tesouro Nacional criou, pelo Decreto-Lei nº 2.376/87 as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), que também

---

<sup>63</sup> *Idem.*

remunerava pela variação da Selic, mas destinava-se ao pagamento do déficit orçamentário nacional.

Mas mais uma vez a situação ficou insustentável, até que em 1987 o governo do presidente José Sarney decretou a moratória nacional, o Brasil interrompeu o pagamento dívida pública. Renegociada, o governo Sarney conseguiu um decréscimo de 30% do valor total da dívida.

Iniciou-se a década de 1990, o novo presidente Fernando Collor de Melo assumiu a faixa presidencial e juntamente com isso uma dívida pública que consumia a marca histórica de 15% do PIB nacional. A inflação do período? Mil por cento ao ano. Era preciso medidas drásticas. Foram feitas.

O Plano Collor em 1990 entre outras, determinou o congelamento de 80% dos ativos financeiros do país, representando, para a dívida pública, impacto sem precedentes. Pedras<sup>64</sup> completa.

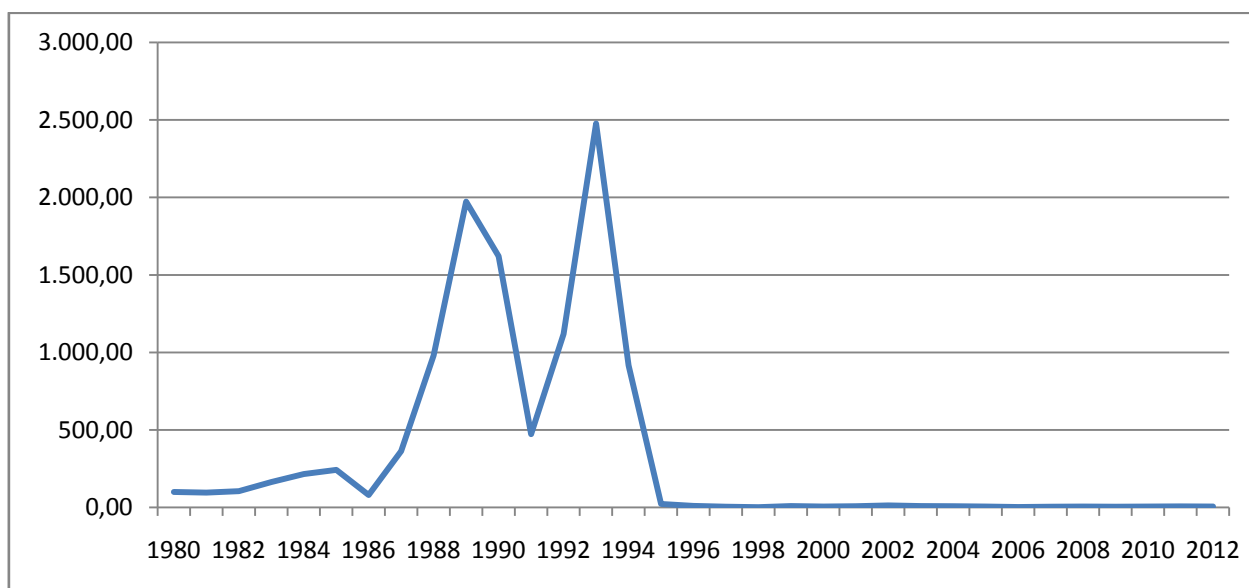
Com esse artifício, o governo promoveu a troca compulsória da dívida em poder do mercado por outra, retida por 18 meses no Banco Central, rendendo BTN [novo título público que pagava a variação do Índice de Preços do Consumidor calculado pelo IBGE] + 6% a.a. Ou seja, o estoque, antes remunerado pela taxa Selic, passou a ser remunerado a uma taxa muito inferior, gerando ganhos consideráveis para o governo. Além disso, a medida causou uma profunda redução na liquidez da economia, de forma que o BC se viu forçado a recomprar as LFTs ainda em mercado. Esses dois fatos, aliados ao superávit primário obtido no primeiro ano do novo governo (mais de 4% do PIB), acabaram por conduzir a uma queda histórica no estoque da dívida em poder do público, de 82,5% em 1990.

Ao longo daqueles anos o governo tentava frear a hiperinflação do período (que já ultrapassava os 1.000% ao ano) enquanto as taxas de crescimento nacionais estavam negativas em média em 1,3% entre 1990 e 1993. Em 1994 mais um plano pretendia dar um choque na inflação e controlá-la, o Plano Real. Não vou me estender com uma nova explicação sobre as características do Plano Real, por isso apenas demonstro no gráfico a seguir que o nível da inflação retornou para o mesmo patamar dos anos anteriores à década de 1980.

---

<sup>64</sup> *Ibidem.*

Gráfico 1: Variação da Inflação 1980-2012 (%)



Dados: Ipeadata. Elaboração do autor.

Com o Real chegamos então nos anos 2000 e encontramos uma nova configuração da dívida, que será mostrada nos capítulos a seguir. Por enquanto temos que abrir um parêntese para explicar melhor como é o mercado da dívida.



## **Cap. 6.1: Mercado da Dívida Pública**

Esse assunto parece hermético, mas não é. Em síntese podemos entender o mercado da Dívida Pública como uma relação comercial entre o governo (que oferta títulos públicos para seu autofinanciamento) o comprador (que paga ao governo para receber com juros após um determinado tempo) e, na maior parte das vezes, um agente financeiro (que intermedia a transação e retira sua parte). Tudo isso é uma relação clássica de comércio; a particularidade (e complicação) nesse segmento é a grande quantidade de índices econômicos e governamentais que são analisados antes que uma compra seja efetuada. Em um mercado normal você apenas verificaria se o preço está dentro do seu orçamento e efetua ou não a compra, mas no mercado de títulos públicos é necessário entender o comportamento econômico do governo, do mercado e dos fatores internacionais, pois tudo isso influencia antes da escolha. (É óbvio que você pode pagar alguém para fazer isso.) Ou seja, é preciso ter muita informação antes de uma incursão nesse mercado. Para facilitar a compreensão vamos começar pela dívida.

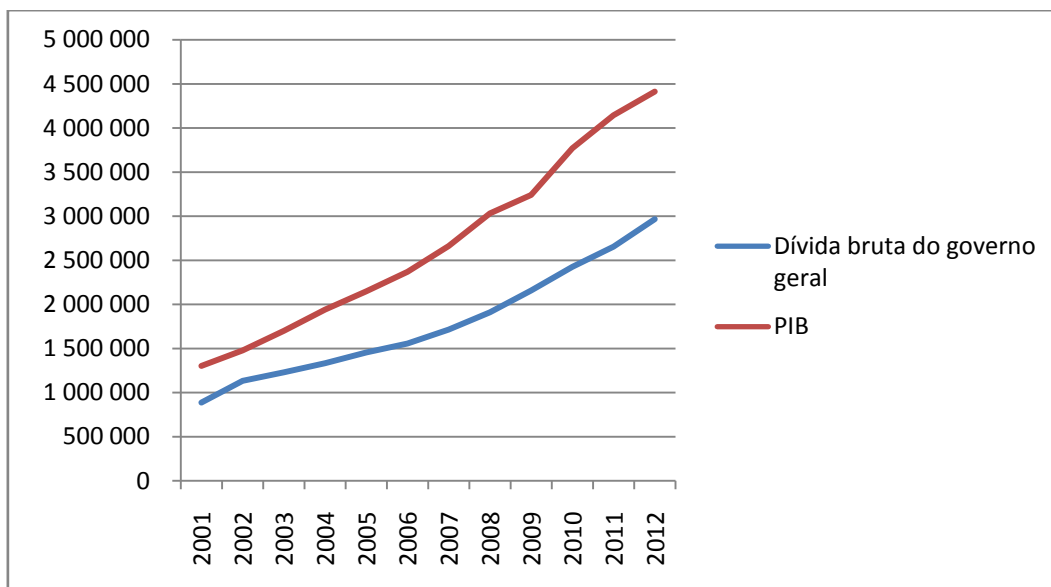
### **Valor da Dívida Pública**

Conforme explicamos no capítulo anterior, a Dívida Pública tem várias formas de ser conceituada e, por isso, tem várias formas de ser avaliada pelo governo. Nesse livro-reportagem vou utilizar os conceitos que mais amparam os relatórios de endividamento no país: a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi).

A DBGG é calculada pelo BC e relaciona o débito do Governo Geral, ou seja, contabiliza as esferas federal, estadual e municipal (deixa de fora as empresas estatais e o BC). Por uma característica brasileira os títulos públicos emitidos para fins de política monetária são originários do Tesouro Nacional, portanto integram o cálculo da DBGG (isso não acontece em países em que a emissão é tarefa do banco central).

Segundo o BC, o Brasil finalizou 2012 com R\$ 2,99 tri de DBGG, que corresponde a 64,5% do PIB do mesmo ano, que foi de R\$ 4,44 tri. A análise mais temporal no gráfico a seguir indica a tendência desse indicador para o futuro do país.

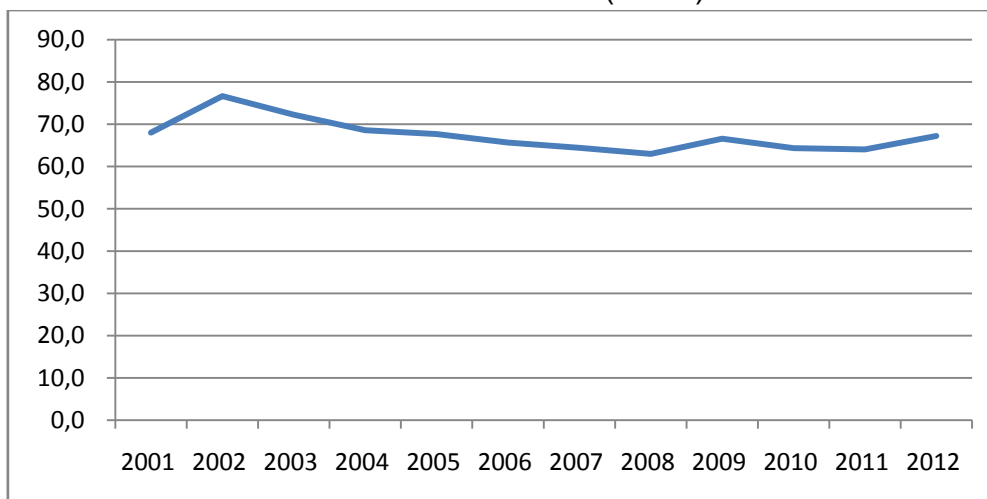
Gráfico 1: DBGG e PIB entre 2001 e 2012 (R\$ milhões)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Como podemos perceber estamos em uma curva ascendente desde o início do século XXI. Saímos de uma DBGG de R\$ 885,90 bi em 2001 para alcançarmos os quase R\$ 3 tri em 2012, um crescimento de 30,8% em 11 anos. Um dado interessante é que a DBGG segue a sombra do PIB no mesmo período, e, analisando a curva de correspondência entre os dois indicadores, percebemos que faz parte do plano governamental que o índice da DBGG fique entre 60 e 70% do PIB nacional, como demonstrado pelo gráfico abaixo.

Gráfico 2: Dívida Bruta do Governo Geral (%PIB)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Ainda sobre a DBGG, os dados do BC nos ajudam a entender a lógica de desenvolvimento atual do Brasil ao nos fornecer a composição da dívida bruta. Observe a tabela a seguir.

Tabela 1: Composição da DBGG entre 2001 e 2012 (%PIB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Dívida bruta do governo geral</b>	<b>68,0</b>	<b>76,7</b>	<b>72,3</b>	<b>68,6</b>	<b>67,7</b>	<b>65,7</b>
<b>Dívida interna</b>	<b>54,1</b>	<b>57,4</b>	<b>58,1</b>	<b>57,2</b>	<b>58,8</b>	<b>59,3</b>
Dívida mobiliária em mercado	36,6	36,0	39,6	39,5	44,1	45,3
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional	36,7	36,1	40,0	39,6	44,3	45,2
Dívida mobiliária na carteira do Bacen	14,5	19,1	16,3	15,6	13,0	12,5
<b>Dívida externa</b>	<b>13,9</b>	<b>19,2</b>	<b>14,2</b>	<b>11,4</b>	<b>8,9</b>	<b>6,4</b>
Governo federal	12,9	17,8	13,1	10,4	8,2	5,7
Governos estaduais	0,9	1,2	1,0	0,8	0,6	0,5
Governos municipais	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Dívida bruta do governo geral</b>	<b>64,4</b>	<b>63,0</b>	<b>66,6</b>	<b>64,4</b>	<b>64,0</b>	<b>67,2</b>
<b>Dívida interna</b>	<b>60,0</b>	<b>58,2</b>	<b>63,1</b>	<b>61,4</b>	<b>61,4</b>	<b>64,3</b>
Dívida mobiliária em mercado	45,3	40,8	42,3	41,6	42,2	42,4
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional	45,1	41,1	42,7	42,2	42,7	43,2
Dívida mobiliária na carteira do Bacen	13,5	16,3	19,7	18,7	18,1	20,5
<b>Dívida externa</b>	<b>4,4</b>	<b>4,8</b>	<b>3,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,6</b>	<b>2,9</b>
Governo federal	3,9	4,2	2,9	2,3	1,9	2,0
Governos estaduais	0,4	0,5	0,4	0,5	0,6	0,8
Governos municipais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Dados: BC. Elaboração do autor.

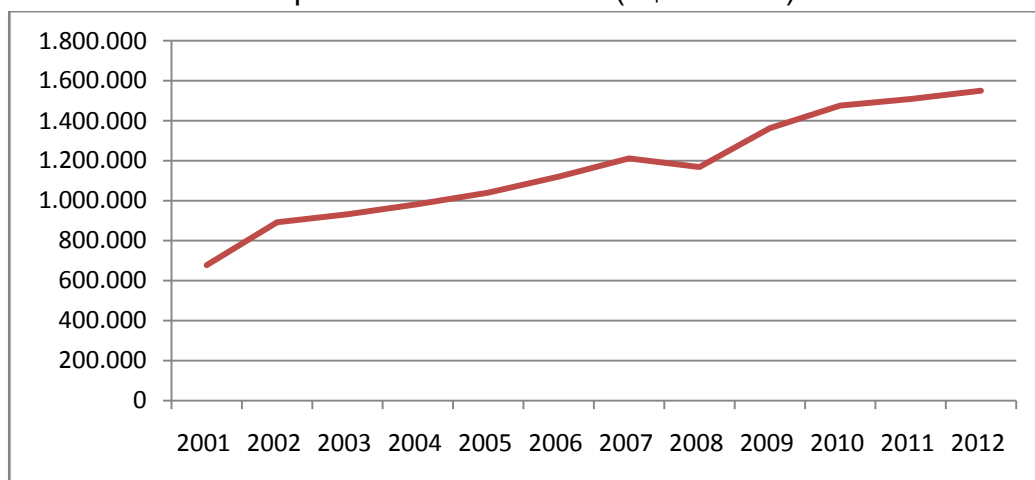
Através desses dados reforçamos a idéia que o Brasil desenvolve-se também por dívida interna, através da venda dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) disponíveis pelo Tesouro Nacional. Diferentemente da forma de financiamento anterior ao Plano Real, baseada no investimento estrangeiro, a primeira década do séc. XXI mostra que o país reformulou sua política econômica ao confiar mais no mercado interno como credor nacional. Funciona assim: quando o Real foi emparelhado com o dólar em 1995 o governo começou a comprar moeda estrangeira para conter uma futura depreciação da nossa moeda e também nos proteger de qualquer problema internacional. Essa estratégia gerou uma emissão maior de títulos públicos, para que o BC os utilizasse em suas operações e honrasse seus débitos. Na sequência o governo também apostou no crescimento por meio da expansão do crédito público e do investimento em empresas estatais, mais uma vez financiadas pelas emissões do Tesouro Nacional. Para finalizar acrescente aquele plano anterior do país que pretendia transformar o mercado de títulos públicos em algo altamente eficiente; isso quase impossibilita a redução do estoque da dívida pública e força o manejo adequado desse canal de financiamento. Essa tática coloca o Tesouro Nacional na vanguarda do crédito nacional, sendo responsável por 43,2% dos títulos da DPMFi do país (assunto que será retomado adiante).

### Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

Como explicado em um capítulo anterior a DLSP é a diferença entre a Dívida Bruta e os ativos financeiros possuídos pelo Estado junto aos agentes

privados não financeiros e aos agentes financeiros, públicos e privados. Ou seja, a dívida líquida desconsidera o “crédito” do governo adquirido com a venda de seus títulos de dívida. Outra característica nossa é o fato do conceito de dívida líquida utilizado no Brasil considerar os ativos e passivos financeiros do Banco Central, incluindo assim a base monetária como componente da dívida. Um exemplo para melhorar a compreensão da diferença dos dois conceitos é imaginar o Estado com uma dívida de R\$ 10.000,00 e um crédito de R\$ 6.000,00 (ativo). Por essa configuração a dívida líquida do Estado será de R\$ 4.000,00, enquanto que sua dívida bruta são os R\$ 10.000,00. Agora vamos à nossa realidade.

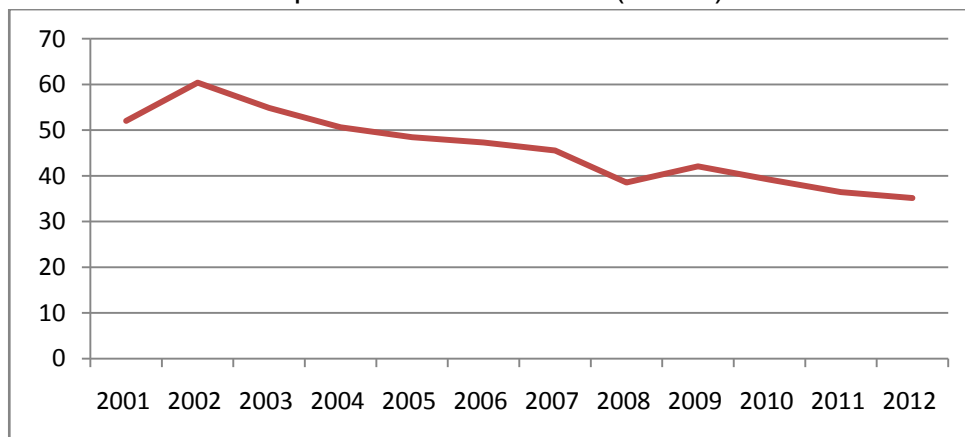
Gráfico 1: Dívida Líquida do Setor Público (R\$ milhões)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Nesse gráfico percebemos que houve um aumento nominal no valor da DLSP de R\$ 880 bi em 11 anos; saímos dos R\$ 670 bi em 2001 para os R\$ 1.550 bi em 2012. De fato o aumento é significativo, mas se analisarmos isso em comparação com o PIB do período veremos que a seta muda de direção.

Gráfico 2: Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Como os dados indicam o valor da DLSP em relação ao PIB caiu 17% em 11 anos. Os números do primeiro gráfico que mostram uma curva crescente em relação ao valor da DLSP somem quando comparamos com o crescimento do PIB no período. Para responder à pergunta natural sobre os motivos dessa queda vamos recorrer aos dois fatores principais: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as reservas internacionais.

O BNDES é uma ex-autarquia brasileira criada em junho de 1952; atualmente o banco é um componente indireto do governo, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e, como o nome sugere, tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento nacional. A partir de 2008 esse banco passou a ter um papel muito importante para a DLSP porque começou a receber quantias bilionárias do Tesouro Nacional, para impedir que o *crash* bancário daquele ano empacasse a nossa economia. A explicação é do próprio Tesouro Nacional.<sup>65</sup>

Após a quebra do banco Lehman Brothers em setembro de 2008, os efeitos da crise se propagaram de maneira mais intensa no mundo e atingiram o Brasil de maneira muito peculiar. Em síntese, o país estava com sua atividade doméstica aquecida, com aumento da renda real, do investimento e do crédito ao setor privado, com os bancos atuando fortemente em vários segmentos do mercado. Abruptamente, a crise fez com que a aversão ao risco aumentasse rapidamente e que o fluxo de crédito fosse interrompido ou diminuído em grande escala. (...) Nesse contexto, o Governo Federal enfrentou o problema por meio de várias medidas, dentre elas o envio de Medida Provisória ao Congresso Nacional para abertura de empréstimo ao BNDES, no valor de até R\$ 100 bilhões, por meio da emissão de títulos do Tesouro Nacional. A contrapartida a este empréstimo foi um conjunto de contratos com o BNDES com prazos variados. O governo teve sucesso em realinhar as expectativas de investimento e reavivar a confiança dos agentes e decidiu intensificar esse instrumento em 2010, com o empréstimo de R\$ 80 bilhões. Além de auxiliar na recuperação da economia, este segundo empréstimo teve por objetivo garantir ao BNDES recursos para financiar diversos projetos de médio e longo prazo, com foco em infraestrutura, importantes para manter as taxas de crescimento econômico esperadas para os próximos anos.

---

<sup>65</sup> Conteúdo extraído de <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/divida-publica/gestao-da-divida> acessado em 07 de abril de 2013.

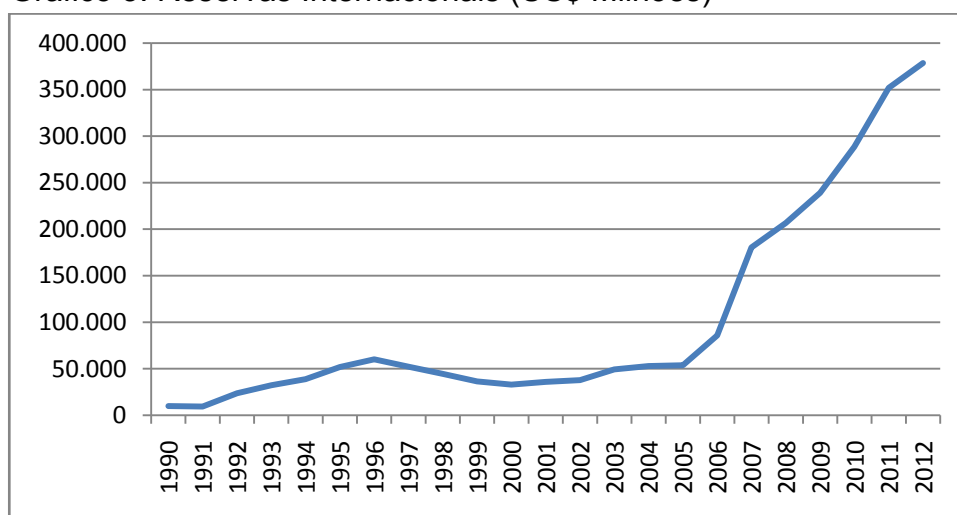
Tal política não se restringiu somente aos dois primeiros anos daquela crise, pois entre 2009 e 2012 o BNDES recebeu R\$ 235,2 bi em recursos do Tesouro Nacional para dar continuidade aos seus projetos. As seguintes leis (com seus respectivos valores) concederam crédito ao banco:

- Lei nº 11.948 de 2009: crédito de R\$ 100 bi;
- Lei nº 11.948 de 2009: crédito de R\$ 80 bi;
- Lei nº 12.397 de 2011: crédito de R\$ 50,2 bi;
- Lei nº 12.453 de 2011: crédito de R\$ 55 bi.

Com essa manobra o governo conseguiu diminuir os encargos que recairiam na DLSP e ao mesmo tempo intensificou seus esforços no gasto público para continuar o estímulo do setor privado nacional.

No quesito reservas internacionais, o seu acúmulo a partir de 1994 foi pré-requisito para que o Plano Real funcionasse na economia brasileira. O salto quantitativo começou em 2005, com nossas reservas aumentando consideravelmente, nos protegendo dos impactos negativos repentinos de qualquer crise econômica internacional.

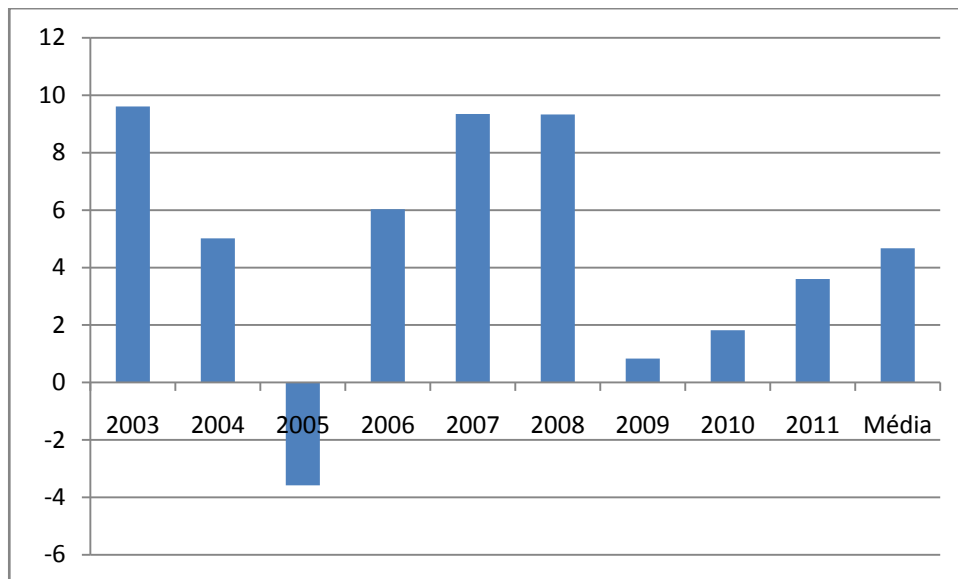
Gráfico 3: Reservas Internacionais (US\$ Milhões)



Dados: Ipeadata. Elaboração do autor.

Pelo gráfico percebemos que no ano de 2012 acumulamos um valor recorde de reservas internacionais, US\$ 378 bi, cifra quase impensável há 15 anos. E mesmo há pouco tempo, comparando o resultado de 2012 com os US\$ 53 bi de 2005, crescemos 613% em sete anos. A rentabilidade média das nossas reservas internacionais segue na casa dos 4%.

Gráfico 4: Rentabilidade das Reservas Internacionais (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

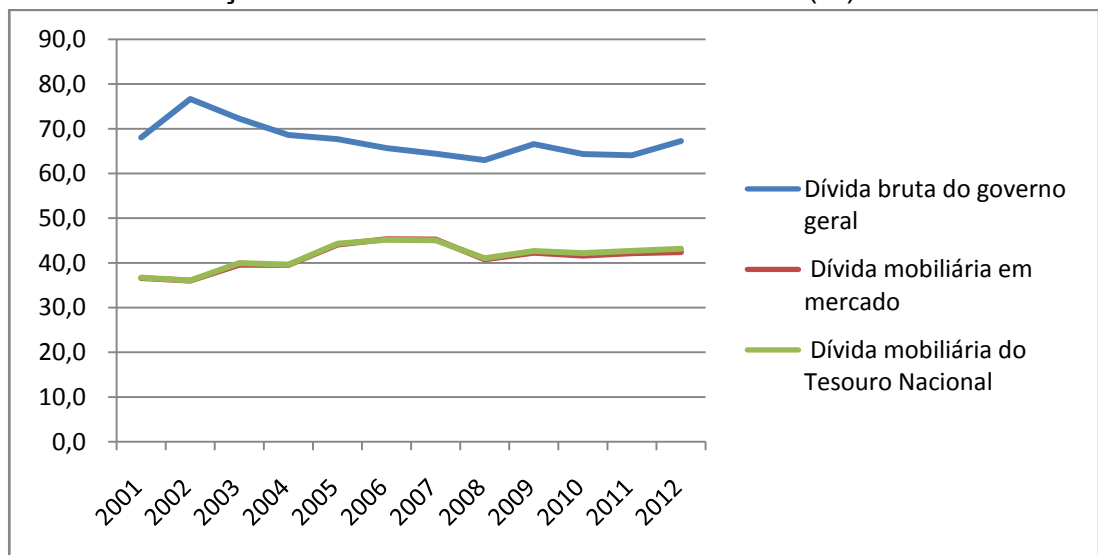
Em 2009 a crise internacional diminuiu o ritmo dos lucros das nossas reservas internacionais, mas os resultados posteriores indicam uma retomada do ritmo anterior. Embora a rentabilidade seja interessante para o Brasil (além da proteção internacional) o custo de manutenção dessas reservas internacionais é bem caro. Para se ter uma ideia do gasto, entre 2004 e 2010 o custo de manutenção das reservas foi de R\$ 68 bi, esse mesmo valor equivale a três vezes o que o Governo gastou em 2012 com o programa Bolsa Família, que atende 13,9 milhões de famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Após definidos e estudados os principais indicadores de dívida pública vamos nos ater mais profundamente à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que são os títulos do Governo disponíveis para compra no mercado interno; a principal forma de financiamento do Brasil atualmente.

## Cap. 7: Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)

A importância da DPMFi perpassa pelo seu tamanho. Desde 2004 ela corresponde a pouco mais de dois terços da Dívida Bruta do Governo e em pouco mais de 40% do total do nosso PIB; conforme ilustrado pelo gráfico a seguir.

Gráfico 1: Relação das dívidas selecionadas com o PIB (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

A DPMFi pode ser entendida como as “ações<sup>66</sup>” do Brasil. Explico. Vamos considerar que o Brasil é uma grande empresa e quer se expandir através da abertura de capital para outros investidores. Quando o Brasil fosse à Bolsa de Valores ele ofertaria ações (no caso de um Estado seriam títulos de dívida) que poderíamos chamar de DPMFi. Ou seja, cada título de dívida mobiliária significa um pedacinho da “empresa” Brasil. Esses títulos são colocados no mercado pelos três níveis de governo (mas principalmente pelo governo federal) junto a bancos, fundos de investimento, empresas e pessoas físicas por meio de leilão.

Mas, diferentemente de uma empresa, o Brasil dispõe de uma série de títulos diferentes para vender no mercado e cada um deles tem uma forma e um prazo de pagamento diferente do outro. Atualmente os títulos ofertados pelo Tesouro Nacional em seus leilões são as LTN (Letras do Tesouro Nacional), as NTN-B (Notas do Tesouro Nacional – Série B), as NTN-F (Notas do Tesouro Nacional – Série F) e as LFT (Letras Financeiras do Tesouro). Outro título, as NTN-C (Notas do Tesouro Nacional – Série C), embora não

<sup>66</sup> Ação: documento que indica ser seu possuidor proprietário de certa fração de determinada empresa. In PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.



sejam mais emitidas em leilão, ainda continuam no mercado. Confira as características de cada uma a seguir<sup>67</sup>.

Título	Indexador	Prazos de Emissão (Regra Geral)	Resgate do Principal	Juros	Custodiante
LTN	Não há - Título Prefixado	Até 4 anos	No vencimento, pelo valor nominal.	Não Há.	SELIC
NTN - B	IPCA	Até 40 anos	No vencimento, pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento desde a data-base do título.	6% ao ano, pagos semestralmente.	SELIC
NTN -F	Não há - Título Prefixado	Até 10 anos	No vencimento, pelo valor nominal.	10% ao ano, pagos semestralmente.	SELIC
LFT	Selic	Até 5 anos	No vencimento, pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento desde a data-base do título.	Não Há.	SELIC
NTN - C	IGP-M	Não são mais emitidas em leilões regulares.	No vencimento, pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento desde a data-base do título.	6% ao ano, pagos semestralmente <sup>1</sup> .	SELIC

<sup>1</sup> À exceção da NTN-C 2031, cujo cupom de juros é de 12% ao ano, pago semestralmente.

Cada título é uma aposta que determinado índice valorizará mais que outro; algo como um cassino legalizado do Governo. Mas vamos à explicação da tabela.

Primeiramente convém dividir os títulos acima em duas grandes características relacionadas à data de pagamento, os pré-fixados e pós-fixados. Como o nome sugere, nos pré-fixados estabelece-se o valor do pagamento final do título antecipadamente. Nesse caso o fator contrário à valorização desse título é a inflação medida pela Selic. Ou seja, se no momento da compra o governo vender o título com promessa de pagar 10% no final de um ano e a inflação nesse período for de 7%, você ganhará 3% sobre o valor inicial pago ao título. A exceção nesse caso, por sua duração maior, são as NTN-F que cobram juros de 10% ao ano ao detentor do título.

Os outros títulos são pós-fixados, ou seja, paga-se ao final do período escolhido a diferença entre o indexador escolhido e o cobrado de juros pelo governo. Vamos exemplificar: as NTN-B, por exemplo, são títulos que podem ser leiloados com um prazo de vencimento de até 40 anos e pagam a variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Isso significa que se você comprar uma NTN-B estará apostando que a variação do

<sup>67</sup> Dados do Tesouro Nacional em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/mercado-interno/titulo-da-divida-interna> acessado em 7 de abril de 2013.

IPCA no período de retenção do seu título será maior que os 6% ao ano cobrado pelo governo. Os outros indicadores seriam o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas e a nossa tradicional Selic.

Antes de demonstrarmos a composição da DMPFi de acordo com seus indicadores, primeiro temos que conhecer a Composição Ótima da Dívida da Dívida Pública Federal.

### **Composição Ótima da DPF**

O Banco Central define o objetivo da DPF como “suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de riscos”<sup>68</sup>.

Para atender esses preceitos o Plano Anual de Financiamento, PAF, documento elaborado pelo Banco Central e que contém os dados de planejamento da dívida bem como os resultados anuais, indicou, em 2007, que o melhor modelo de financiamento “seria aquela que levaria a um aumento da proporção de títulos prefixados e dos remunerados por índices de preços, em detrimento da dívida a taxas flutuantes ou vinculada à taxa de câmbio”. Ou seja, a gestão eficiente da dívida pública envolve diminuir a participação dos títulos mais vulneráveis a distúrbios internacionais (as taxas flutuantes e o câmbio), pois estes agregam ao valor pago qualquer intempérie criada pelo mercado mundial. Aumentando a proporção de títulos prefixados o governo consegue contabilizar antecipadamente o quanto irá gastar para a manutenção da dívida e não precisará se preocupar com qualquer distúrbio do mercado. A composição desejada para a DPF é a seguinte:

Tabela 1: Composição da DPF Desejada no Longo Prazo (%)

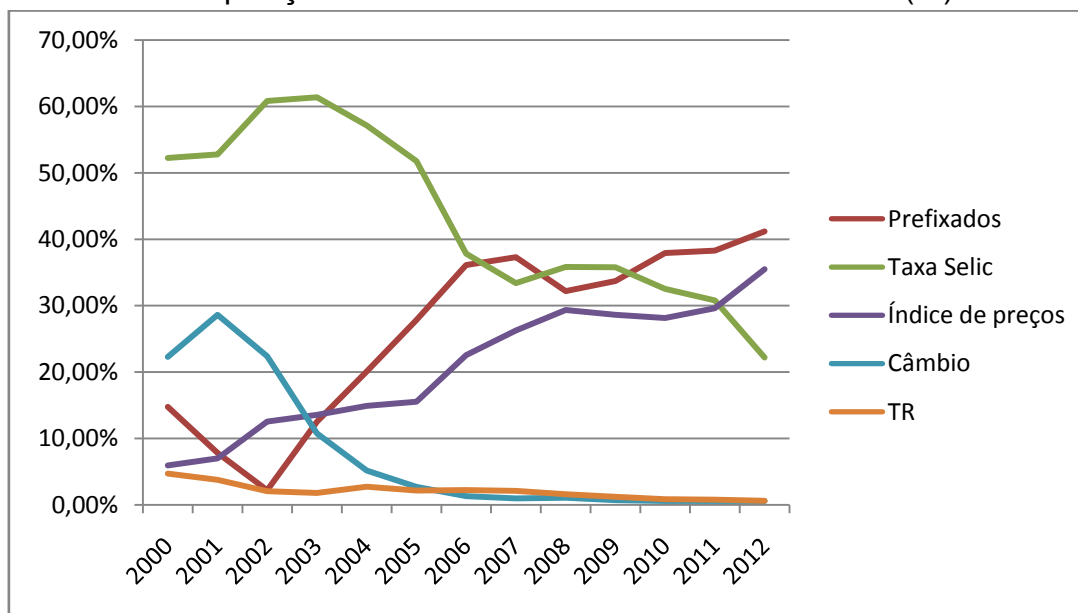
	Inferior	Superior
Prefixados	40%	50%
Índices de Preços	30%	35%
Taxa Flutuante	10%	20%
Câmbio	5%	10%

Fonte: Tesouro Nacional

A partir desse conhecimento podemos analisar a evolução dos indicadores da DMPFi.

<sup>68</sup>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Composição Ótima da Dívida Pública Federal: Definição de uma Referência de Longo Prazo. Brasília, 2011.

Gráfico 1: Composição da DPMFi através de seus Indicadores (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Esse gráfico é muito informativo porque fornece três observações sobre o momento atual da economia brasileira:

- Títulos prefixados: Como se pode perceber a curva dos títulos prefixados (desejáveis ao governo) conseguiu evoluir positivamente 25% em 12 anos. O período ruim da curva fica no ano de 2002, quando esses títulos foram totalmente preteridos, pois o dólar pressionou os preços ao consumidor, levando a inflação alcançar 12,53% naquele fim de ano (para se ter uma ideia do desconcerto nacional, a meta era de 3,5% com limite máximo de 5,5%). A troca presidencial também influenciou a prudência dos investidores, por isso os títulos preferíveis eram os atrelados à Taxa Selic. Esse índice estava na casa dos 19% ao longo do ano e acabou fechando mais alta ainda: 25% em dezembro de 2002.

- Taxa Selic: Como explicado anteriormente o índice da Selic vem caindo veementemente desde 2002 e por isso é natural que os investidores também fujam dos títulos atrelados a ela. O gráfico acima mostra que a procura pelos títulos que pagam a variação da Selic caiu 30% em 12 anos.

- Índice de preços: Papeis com a maior variação positiva, 30%, na preferência dos investidores. Esses títulos demonstraram ser a saída para os investidores, pois como são papeis atrelados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estão de certa forma na sombra da inflação nacional e por isso, no mínimo preservam o dinheiro investido. É um título extremamente seguro e com rendimentos que podem atender tanto investidores iniciais quanto *players* mais antigos.

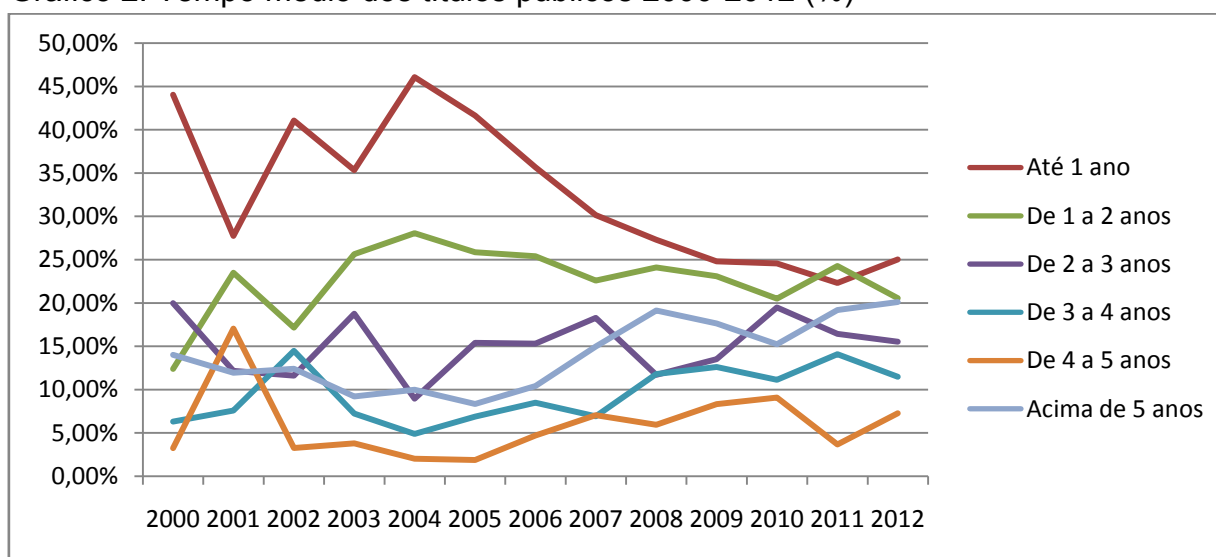
Após essas observações podemos perceber que o governo canaliza esforços para manter as taxas dentro das metas desejadas; seja tentando derrubar a Selic, seja incentivando mais os títulos prefixados. Mas enquanto

nesse aspecto as coisas parecem se encaixar no quebra-cabeça do governo, em outro quesito deixamos a desejar: o tempo de vencimento da dívida.

Tão importante quanto a composição da dívida é o tempo que se tem para pagar esses títulos. O gerenciamento ótimo da Dívida Pública estipula que é necessário um longo prazo para se aproveitar de melhor forma os rendimentos dos papéis públicos. A lógica é a seguinte: quando o governo vende seus títulos ele necessita de um tempo adequado para reinvestir esse capital em melhorias, colher os juros e só depois ressarcir o investidor. Mas esse é o grande problema dos títulos brasileiros; em 2012 os títulos com vencimento de um ano eram a maior porcentagem 25,03%, superando a quantidade de títulos com resgate acima de cinco anos, 20,12%. Títulos com um ano de vencimento são considerados de curtíssimo prazo, o que significa que o governo vende e logo tem que recomprar esse título. Papéis desse porte não percorrem todo o ciclo de investimento imaginado pelo governo. Em média o prazo médio de vencimento dos títulos da dívida em 2012 foi de 4 anos<sup>69</sup>.

Abaixo a evolução do tempo médio dos títulos públicos.

Gráfico 2: Tempo médio dos títulos públicos 2000-2012 (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

O gráfico mostra que o governo tem tido êxito, principalmente depois de 2004 em remodelar a dívida pública. Naquele ano mais de 45% dos papéis nacionais venciam em somente 12 meses; mudanças como uma queda na Selic e um câmbio mais equilibrado (com o colchão das reservas internacionais) têm ajudado na reordenação do tempo médio dos papéis nacionais.

<sup>69</sup> Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2012. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Fevereiro, 2013, número 10.

O aumento do prazo médio do estoque da Dívida Pública é somente uma das melhorias desejadas pelo PAF de 2007; este plano também estipula as seguintes metas:

- Suavização da estrutura de vencimentos, com especial atenção para a dívida que vence no curto prazo;
- Substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa de juros Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços;
- Aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa (DPFe), por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmarks*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas;
- Desenvolvimento da estrutura a termos de taxas de juros nos mercados interno e externo e o aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário;
- Ampliação da base de investidores.

O próximo capítulo trabalhará com o interesse das duas últimas metas: os donos da dívida.

## Cap. 8: Os donos da dívida nacional

Bancos. Claro. Não só de juros e *spread* vivem nossas instituições financeiras, mas de também de todo título público que for emitido pelo governo.

No final de 2012 o montante de dívida pública em poder do mercado foi de R\$ 1,8 tri, 42,9% do PIB do país. Desse total, os títulos na carteira do Tesouro Nacional representaram 29%, R\$547bi, estes são os papéis que podem ser usados em leilão pelo órgão nacional; outros R\$ 235bi, foram o valor dos títulos vinculados, letras que são dadas como garantia de empréstimo monetário; e R\$ 1,1 tri estavam em poder dos clientes.

Bancos gerenciam de duas formas os títulos da dívida brasileira: controlando fundos de investimentos e comprando os próprios títulos para lucrar. Os fundos de investimento finalizaram 2012 com 70% dos títulos públicos disponíveis, R\$ 777,87 bi; em adicional, os títulos em posse dos bancos alcançaram R\$ 148,95bi, 13,5%. Juntas essas duas funções (gerenciamento e posse), os bancos acumulam 83,5% do total de títulos disponíveis aos clientes da Dívida Pública. Esse valor equivale a um fluxo contínuo de R\$ 926,83bi passando pelos cofres bancários, ou seja, 21% de todas as riquezas produzidas em 2012.

Bittencourt<sup>70</sup> assim explica essas instituições e sua relação com a DPF.

Entendidos como conglomerados financeiros, os bancos, além das tesourarias, incluem corretoras, gestoras de ativos, seguradoras e administradoras de planos de previdência, dentre outras instituições, e, desse ponto de vista, pode-se dizer que estão por trás das decisões de investimento de uma parcela muito maior da dívida. Se a participação dos bancos, como detentores finais [dos títulos], não supera a verificada em outros países, somando-se a esse percentual a participação dos fundos de investimento (FI), também historicamente elevada, em que os gestores de ativos de bancos respondem pela principal parcela, fica claro que, ainda hoje, os conglomerados financeiros detêm uma posição estratégica nas decisões sobre demanda por títulos públicos.

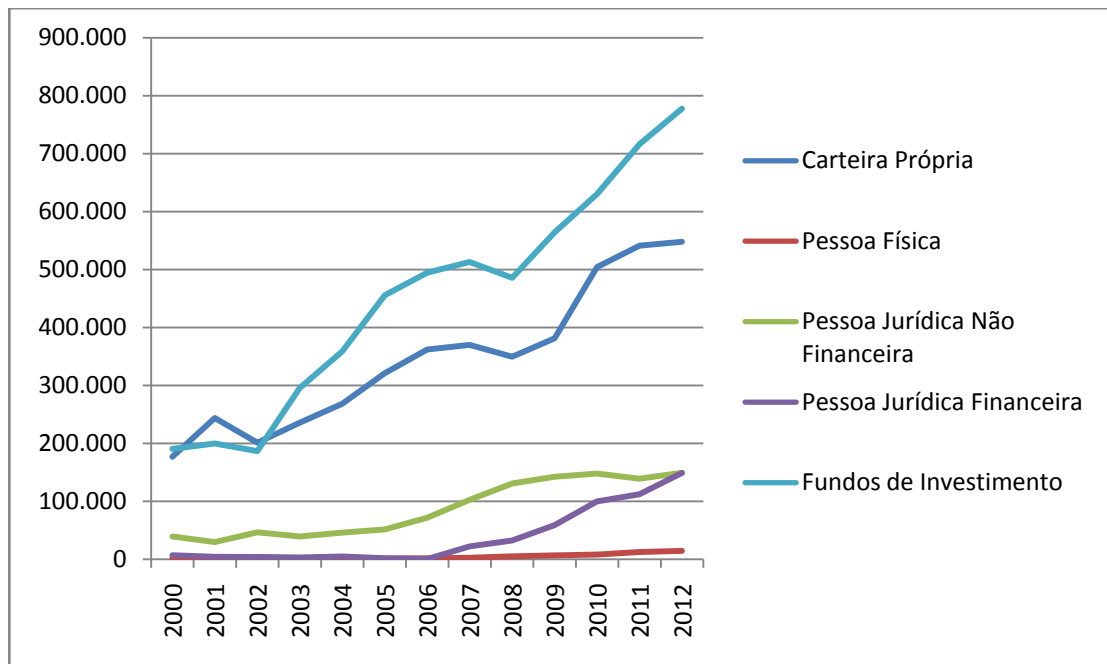
O resultado surpreendente de 2012 é parte de uma estratégia iniciada traçada após os anos 2000, pois, como veremos no gráfico abaixo, essa é

A representação gráfica abaixo demonstra que o resultado.

Gráfico 1: Detentores dos títulos públicos (milhões)

---

<sup>70</sup>BITTENCOURT, Jeferson Luis. A base de investidores da Dívida Pública Federal no Brasil. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Publica: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.



Dados: Tesouro Nacional. Elaboração do autor.

A verdade é que o esforço do governo em estimular o mercado de títulos públicos criou um oligopólio bancário entre os detentores desses papéis, pois as mesmas instituições que bancarizam a economia nacional ratificam sua influência controlando os títulos públicos. São poucas, pois como vimos em um capítulo anterior, a concentração bancária criou titãs no mercado nacional, onde apenas os ativos dos 5 maiores bancos nacionais (Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander) correspondem a 78% do total de todo o sistema; e quando falamos dos ativos dos 10 maiores bancos, o valor sobe para 89%.

Por conseguinte, se o sistema bancário trabalha com um fluxo de quase 85% dos títulos públicos, essas mesmas instituições também serão as mais influentes na gestão e manejo desses papéis. Logo são as que mais se beneficiarão financeiramente e politicamente.

Otávio Ladeira de Medeiros, atual coordenador-geral da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública (COGEP), não tem essa visão. Para ele os títulos públicos estão bem distribuídos entre seus detentores.

“Tanto por uma decisão de governo como pelo tamanho do governo exige-se uma tributação e uma dívida desse tamanho. Isso não quer dizer que a dívida esteja na mão dos bancos, o dinheiro que compra esses títulos vem do consumidor, utilizado pelos bancos. Os nossos títulos estão relativamente bem distribuídos, cada ente desses não é um ente isolado, não é um oligopólio. Cada gestor de investimento tem uma visão de mundo, nós agrupamos em grupos porque eles tendem a ter movimentos semelhantes”.

Os “movimentos semelhantes” podem ser percebidos no anexo desse trabalho, onde você encontra a evolução da carteira dos Títulos de Valores Imobiliários das 10 melhores instituições brasileiras desde 2000 até setembro de 2012.

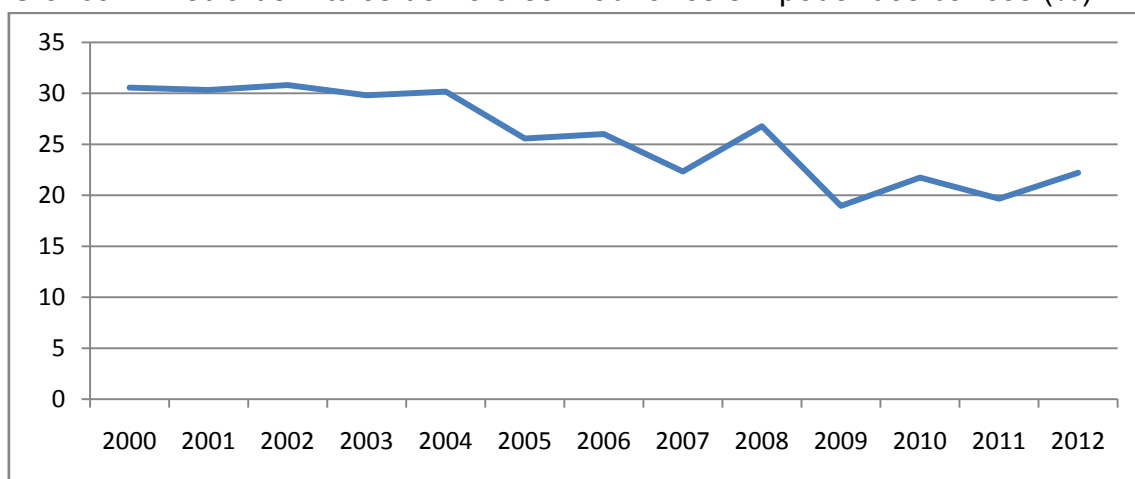
Vimos em um capítulo anterior, que devido à sua qualidade os Títulos Públicos são o meio mais sólido de o investidor (nesse caso os bancos) protegerem seu patrimônio e ainda lucrar com a operação. Está claro pelos dados em anexo que uma estratégia bancária eficiente é deixar uma parcela segura de seus ativos ancorados em títulos públicos, dessa forma as instituições bancárias podem manter seus privilégios conquistados, apostar em aplicações de alto risco e seguir no canibalismo de instituições menores.

Quanto ao nível ótimo de títulos em relação ao ativo bancário, cada instituição estudaria uma quantidade que melhor a beneficiaria em cada ano. O maior exemplo dessa gangorra é o da Caixa Econômica Federal.

Em 2000 a Caixa Econômica Federal tinha 7% dos ativos em títulos mobiliários, em 2001 ela pulou para 42%; ela continuou mantendo uma média de 45% dos ativos em títulos públicos até 2008. Em 2009 ela diminuiu para 34%, no ano seguinte foi para 27%, depois 23% e em 2012, 19% de ativos em títulos de valores mobiliários.

Em termos médios, a decisão da CEF de ir gradualmente diminuindo a dependência dos títulos públicos também é uma possível tendência entre os dados das 10 instituições previamente expostos. A constatação está no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Média de Títulos de Valores Mobiliários em poder dos bancos (%)



Dados: BC. Elaboração do autor.

Em 12 anos, a quantidade de Títulos de Valores Mobiliários caiu de 30 para 22% entre as 10 maiores instituições bancárias. Lembrando que a oscilação em 2008 é fruto também de regras mais rígidas impostas ao sistema mundial e brasileiro para que o setor não quebre e não provoque um colapso generalizado em outras atividades.



Outra vertente de estudo são as instituições que mais dependem de Títulos Mobiliários. Nesse sentido há uma constatação interessante: bancos internacionais veem na aquisição de títulos públicos brasileiros uma forma segura de começar as atividades no nosso país. Isso mesmo, algumas instituições utilizam de poucos funcionários ou agências no Brasil, mas mesmo assim negociam títulos públicos nacionais e aguardam os lucros desses resultados para melhor estruturarem-se no mercado nacional.

Veja as tabelas abaixo:

Ranking 2009	Instituições	Ativo	TVM e Instrumentos derivados	%	Nº de funcionários	Origem
1	BOC	139.443	137.267	98,43	17	China
2	BBVA BR	100.553	96.943	96,40	0	Espanha
3	CLASSICO	4.849.050	4.323.509	89,16	6	EUA
4	NATIXIS	104.161	91.989	88,31	21	França
5	JBS BANCO	273.384	233.301	85,33	66	Brasil
6	KDB BRASIL	946.725	733.151	77,44	16	Koreia do Sul
7	JP MORGAN CHASE	7.568.628	5.816.647	76,85	381	EUA
8	GOLDMAN SACHS	1.116.713	849.578	76,07	153	EUA
9	LA REPUBLICA	48.936	34.997	71,51	14	?
10	BES	4.215.707	2.955.529	70,10	0	Brasil

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2010	Instituições	Ativo	TVM e Instrumentos derivados	%	Nº de funcionários	Origem
1	BBVA BR	105.909	102.661	96,93	0	Espanha
2	JBS BANCO	588.616	541.594	92,01	122	Brasil
3	NATIXIS	106.999	98.319	91,88	15	França
4	CLASSICO	5.229.038	4.593.959	87,85	6	EUA
5	GOLDMAN SACHS	1.966.049	1.653.317	84,09	211	EUA
6	BES	6.007.793	4.920.603	81,90	0	Brasil
7	BRSCAN	712.859	575.832	80,77	69	Brasil
8	DBB BM	524.110	419.551	80,05	63	?
9	STANDARD CHARTERED BI S.A.	386.388	305.058	78,95	0	África do Sul
10	KDB BRASIL	782.467	603.584	77,13	18	Koreia do Sul

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2011	Instituições	Ativo	TVM e Instrumentos derivados	%	Nº de funcionários	Origem
1	BCO CLASSICO S.A.	5.247.574	4.819.083	91,83	6	?
2	NATIXIS BRASIL S.A. BM	116.954	105.929	90,57	18	França
3	WESTERN UNION	55.317	47.532	85,92	14	EUA
4	BRASCAN	708.558	583.013	82,28	58	Brasil
5	SCOTIABANK BRASIL	425.094	346.694	81,55	73	Canadá
6	CRUZEIRO DO SUL	11.481.863	8.972.743	78,14	797	Brasil
7	FATOR	1.859.585	1.439.891	77,43	97	Brasil
8	BCO REP ORIENTAL URUGUAY BCE	56.139	42.880	76,38	13	Uruguai
9	GOLDMAN SACHS	2.560.065	1.831.075	71,52	240	EUA
10	BCO MODAL S.A.	1.496.283	1.011.750	67,61	158	Brasil

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2012	Instituições	Ativo	TVM e Instrumentos derivados	%	Nº de funcionários	Origem
1	BCO CLASSICO S.A.	5.629.766	5.389.989	95,74	6	Brasil
2	NATIXIS BRASIL S.A. BM	123.953	116.155	93,70	14	França
3	BCO WOORI BANK DO BRASIL S.A.	42.645	36.227	84,95	13	Koreia do Sul
4	BRASCAN	134.248	100.350	74,74	33	Brasil
5	WESTERN UNION	52.072	36.493	70,08	34	EUA
6	BRASIL PLURAL	106.257	71.839	67,60	1	Brasil
7	FATOR	1.240.096	763.616	61,57	182	Brasil
8	OPPORTUNITY	207.659	125.680	60,52	7	?
9	SCOTIABANK BRASIL	519.408	273.207	52,59	79	Canadá
10	BCO DA AMAZONIA S.A.	10.517.798	5.452.136	51,83	3.915	Brasil

Dados: BC. Elaboração do autor.

A comparação pertinente para esses bancos que vem ao mercado brasileiro a partir da aquisição de títulos mobiliários é o de uma pessoa

entrando em um mar frio. Primeiro a pessoa põe a perna ou o braço, depois mede a temperatura da água, espera ficar agradável e só no final decide se entra ou se espera outra oportunidade. Da mesma forma os bancos estrangeiros primeiro investem pouco, contratam poucas pessoas, compram títulos mobiliários e fazem extensas pesquisas sobre as condições legislatórias, econômicas e de mercado consumidor antes de decidir entrar mais forte no mercado brasileiro. Outro grande fator a se considerar é a condição de oligopolização do mercado nacional, o que torna a vinda de um novo *player* um desafio mais árduo.

Agora vamos para o outro fator fundamental para a manutenção dos privilégios bancários: a política.

## Capítulo9: A Política dos banqueiros

Conforme aconselha Minella<sup>71</sup>, as análises bancárias devem considerar o amplo contexto de poder das instituições financeiras no capitalismo contemporâneo, incluindo em suas características a existência dos conglomerados e grupos financeiros, o controle sobre o fluxo de capitais e a participação no processo político e nos aparatos de decisão do Estado. Por essas afirmações podemos entender que Política é a esfera de influência complementar natural de todo grande conglomerado financeiro. Esse processo é o que alguns autores intitulam “hegemonia financeira”.

O fator fundamental para entender o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Através deste controle são capazes de impor constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e das decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como “hegemonia financeira”<sup>72</sup>.

A relação entre bancos e política é sempre incestuosa. Por um lado os bancos constituem uma importante fonte de capital de financiamento às – cada vez mais caras campanhas políticas –, e em contrapartida os banqueiros ficam simpáticos com as causas que atingem as instituições financeiras.

Podemos medir o nível de “hegemonia financeira” ao avaliar os últimos dois pleitos eleitorais nacionais: 2010 e 2012.

Nas eleições de 2012, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, os bancos doaram R\$ 16,3bi para os políticos que disputaram os cargos de vereador e prefeito ao redor do Brasil. Ao todo beneficiaram-se da ajuda bancária 455 políticos: 162 não foram eleitos; 195 foram eleitos e 98 assumiram como suplentes. Com 64,3% de beneficiados nacionalmente ocupando cadeiras políticas, podemos dizer que do ponto de vista estratégico os bancos sabem avaliar cuidadosamente quem recebe as doações.

(No anexo desse trabalho você encontra todos os vereadores e prefeitos do Brasil que receberam doação de bancos nas eleições de 2012.)

Mas e entre os bancos, quem são os maiores instigadores da política?

---

<sup>71</sup>MINELLA, A. C. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. Civitas, Porto Alegre, v. 3, nº 2, 2003.

<sup>72</sup>*Idem.*

Os cinco maiores doadores em 2012:

Instituição	Valor Dado	Relação com o total doado de todos os bancos (%)	Candidatos que receberam doação
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 10.202.591,40	62%	284
BANCO BMG	R\$ 4.958.000,00	30,20%	110
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	R\$ 450.000,00	2,70%	4
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 340.000,00	2,07%	13
BANCO DO BRASIL	R\$ 67.409,68	0,40%	20

Dados TSE. Elaboração do autor.

Itaú Unibanco, como a maior instituição brasileira em termos de lucro (R\$ 6.948 bi em 2012) é também a instituição que mais doou para políticos nas eleições em 2012. Para complemento, dos 284 que receberam doação daquele banco, 138 foram eleitos, 43 assumiram por suplência e 103 não se elegeram.

No segundo lugar temos um caso inusitado. O Banco BMG teve lucros em 2010 no valor de R\$ 253 mi, depois conseguiu quase duplicar seu lucro em 2011 (finalizou aquele ano em R\$ 561 mi), ficando em os 10 maiores bancos nacionais em termos de lucro, mas em 2012 fechou com prejuízo de R\$ 133 mi. Será que gastar quase R\$ 5 mi em doações políticas deu o retorno esperado? Naquele ano, dos 110 políticos que receberam doações do BMG, 39 foram eleitos, 29 assumiram em suplência e 42 não foram eleitos.

### Eleições de 2010

Mudando os cargos eletivos, o valor doado aumenta consideravelmente.

Nas eleições de 2010 os bancos doaram R\$ 49,4 mi para deputados federais, estaduais, senadores e presidenciáveis. Ao todo 275 políticos receberam ajuda extra, entre eles 104 não foram eleitos, 170 foram eleitos e 1 foi impugnado. Dessa vez a margem de acerto dos banqueiros foi de 61% na escolha dos políticos beneficiados.

Nas eleições daquele ano, mais uma vez o Itaú Unibanco e o Banco BMG são os campeões no volume de dinheiro doado. Confira a tabela abaixo.

Os cinco maiores doadores de 2010:

Instituição	Valor Dado	Relação com o total doado de todos os bancos (%)	Candidatos que receberam doação
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 23.620.000,00	47,79%	123
BANCO BMG	R\$ 15.498.500,00	31,35%	110
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 3.172.485,00	6,41%	11
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 1.630.000,00	3,29%	12
BANCO RURAL S/A	R\$ 1.330.000,00	2,69%	8

Dados TSE. Elaboração do autor.

No caso do Itaú, naquele ano foram beneficiados 123 políticos. Deste total 43 não foram eleitos e 80 conseguiram uma cadeira política. O BMG fez doações para 110 candidatos, 65 foram eleitos, 44 não conseguiram e 1 foi impugnado.

(No anexo desse trabalho você encontra todos os deputados federais, estaduais, senadores e presidenciais do Brasil que receberam doação de bancos nas eleições de 2010.)

Mas a maior diferença entre os dois anos eleitorais é principalmente o nível de cargo dos políticos que foram eleitos. As eleições de 2010 são mais expressivas, politicamente falando, pois os cargos em jogo influenciam uma parcela significativa do interesse nacional. São cargos mais poderosos.

O problema é que definir os políticos que claramente beneficiam uma ou outra classe econômica nacional não é uma tarefa fácil. Para ajudar nessa busca, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) divide a atuação dos políticos nacionais nas chamadas “bancadas”. Entende-se por “bancada” uma organização suprapartidária (congrega um ou mais partidos aliados ou não) de políticos que defendem o ponto-de-vista de determinados grupos econômicos ou sociais. Entre as análises do DIAP pode-se apontar, por exemplo, a bancada ruralista, feminina, sindical, empresarial e da saúde na Câmara e/ou Senado. Definir, entretanto, a “bancada dos banqueiros” é tentar enxergar na neblina. O Departamento reconhece que há uma bancada agindo em favor dos banqueiros nacionais, mas não consegue definir quais sejam porque eles misturam-se entre os políticos da bancada empresarial na Câmara e no Senado. Em linhas gerais o DIAP assim enumera a bancada empresarial:

A bancada empresarial eleita em 2010 representa mais de 45% do Congresso Nacional, e separadamente, representa 47.95% da Câmara e 1/3 ou 33.33% do Senado. É formada por donos de grandes, médias ou pequenas empresas, acionistas ou quotistas de conglomerados econômicos, comerciantes ou produtores rurais além de parlamentares que se auto intitulam empresários. Eles estão presentes em todos os partidos e têm como agenda prioritária a redução da carga tributária, especialmente os tributos que incidem no setor produtivo, a eliminação dos encargos sobre a folha de salários, além da flexibilização dos direitos trabalhistas.<sup>73</sup>

Mesmo que os trabalhos do DIAP não consigam reconhecer a “bancada dos banqueiros”, podemos recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para

---

<sup>73</sup> Conteúdo extraído de [http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14656&Itemid=298](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14656&Itemid=298) em 9 de junho de 2013

enumerar no Senado (escolhido nesse caso por seu grau de importância) os políticos que foram eleitos com doações bancárias. Foram eles:  
(Os políticos que receberam doações de mais de um banco tem o símbolo \*)

Doador	Valor R\$	Espécie do Recurso	Nome do Candidato	Número do Candidato	Candidatura	Partido	UF
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	AÉCIO NEVES DA CUNHA *	456	Senador	PSDB	MG
BANCO BMG S/A	R\$ 400.000,00	Transferência eletrônica	AÉCIO NEVES DA CUNHA *	456	Senador	PSDB	MG
BANCO BMG LTDA	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO DE CARVALHO MIRANDA	151	Senador	PMDB	TO
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WILSON SANTIAGO	151	Senador	PMDB	PB
ITAU UNIBANCO S A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	DELÍCIO DO AMARAL GOMEZ	138	Senador	PT	MS
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLYC*	133	Senador	PT	SP
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO (falecido em 2011) *	234	Senador	PPS	MG
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ AGRIPINO MAIA *	252	Senador	DEM	RN
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	GARIBALDI ALVES FILHO	154	Senador	PMDB	RN
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES *	251	Senador	DEM	GO
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO (falecido em 2011) *	234	Senador	PPS	MG
BANCO RURAL S. A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITO	151	Senador	PMDB	MS
BANCO BMG S/A	R\$ 130.000,00	Transferência eletrônica	DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES *	251	Senador	DEM	GO
BANCO BMG SA	R\$ 130.000,00	Transferência eletrônica	VALDIR RAUPP DE MATOS	151	Senador	PMDB	RO
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA *	451	Senador	PSDB	GO
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GLEISI HELENA HOFFMANN	131	Senador	PT	PR
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ AGRIPINO MAIA	252	Senador	DEM	RN
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLYC *	133	Senador	PT	SP
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	451	Senador	PSDB	SP
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	WALTER DE FREITAS PINHEIRO	130	Senador	PT	BA
ITAU UNIBANCO	R\$ 100.000,00	Transferência	FERNANDO DE SOUZA	456	Senador	PSDB	PA

S/A		eletrônica	FLEXA RIBEIRO				
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA *	451	Senador	PSDB	GO
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ANA AMELIA DE LEMOS	111	Senador	PP	RS
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE	123	Senador	PDT	DF
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO DE REZENDE FERRACO	156	Senador	PMDB	ES
BES INVESTIMENTOS DO BRASIL S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLYC *	133	Senador	PT	SP

Dados TSE. Elaboração do autor.

Ao todo os bancos beneficiaram 34 candidatos a senador. Destes, 21 foram eleitos (quadro acima), 12 não foram eleitos e 1 foi impugnado. A margem de acerto dos bancos nesse cargo foi de 61,7% e o total doado para eleger esses políticos foi de R\$ 4,47 mi.

Depois de esclarecido como os bancos mantêm e conquistam mais privilégios, podemos dizer as instituições financeiras assumem uma posição sem precedentes no *status quo* nacional: censores político-econômicos. Nesse nível os bancos tornam-se instituições privadas que devem ser ouvidas no momento em que o país passa por fases importantes do seu percurso de desenvolvimento. Mais que simples intermediadores entre o Estado e o consumidor (como sua visão romântica inicial idealizava), os bancos passam a representar atualmente um peso considerável na tomada de decisões dos líderes nacionais. E como instituições que merecem ser ouvidas e conquistadas, merecem a análise de uma situação especial envolvendo-as.



## **Capítulo 9.1: “Carta ao Povo Brasileiro”**

A eleição presidencial de 2002 trouxe um antigo conhecido do povo brasileiro ao pleito: Luís Inácio “Lula” da Silva. Na época era a sua quarta tentativa de conseguir o cargo máximo do Executivo nacional e, beneficiado pela má situação macroeconômica do Brasil (crise cambial), havia uma tendência de que Lula obtivesse boa votação popular. Mas uma classe não era favorável à sua candidatura, uma classe que tinha na memória o Lula que defendia a auditoria da Dívida Externa e do FMI: os banqueiros.

A solução encontrada pelo candidato e pela cúpula do PT foi a redação de uma carta supostamente endereçada ao povo brasileiro, mas que continha frases de interesse dos bancários nacionais.

A “Carta ao Povo Brasileiro” tornou-se pública em 22 de junho de 2002, mas fora concebida antes, em um jantar da alta cúpula do presidenciável Lula<sup>74</sup>.

Durante jantar da cúpula petista num restaurante em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, as coisas começaram a tomar o rumo de um manifesto escrito. Na ocasião, o deputado federal Aloizio Mercadante (eleito senador em 2002), fez um diagnóstico assustador da situação econômica, que se deteriorava rapidamente - nesta época Aloizio Mercadante mantinha contatos com Armínio Fraga, presidente do Banco Central. Segundo a análise, se os indicadores econômicos seguissem piorando naquele ritmo, o país entraria em colapso antes mesmo de o novo governo assumir. Nesse momento, a Carta deixou de ser mais um instrumento de campanha eleitoral e ganhou corpo como um compromisso oficial de governo. Os principais idealizadores do documento foram o futuro ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que coordenava o comitê eleitoral (ele substituíra Celso Daniel, prefeito de Santo André, assassinado no início de 2002), o próprio Mercadante e o economista Glauco Arbix (que presidiria o IPEA). A sua elaboração também fora defendida pelo marqueteiro de campanha, Duda Mendonça.

Luiz Gonzaga Belluzzo, que participou ativamente do grupo que formulou a política econômica do então candidato Lula, explica detalhadamente a conjuntura por trás da Carta.

Nós sabíamos que a transição ia ser muito difícil porque o risco-país chegou a 2400 em determinado momento e o dólar

---

<sup>74</sup>AGUIAR, Itamar. Eleições presidenciais de 2002 : partidos, elites e a perspectiva de mudança. Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

foi a quase quatro reais. A inflação começou a acelerar já que ela é muito sensível às indexações e também aos preços das commodities. Havia muita insegurança por parte da equipe que estava mais próxima do presidente a respeito do que poderia ser feito. No fundo, esses três fatores, quer dizer, a chantagem que os mercados fizeram mais a contração da liquidez e a insegurança levaram à publicação da Carta ao Povo Brasileiro. Ela tinha o objetivo de aplacar a angústia do mercado, uma espécie de “senta que o leão é manso”<sup>75</sup>.

Seguindo a recordação de Belluzzo, a Carta tinha dois objetivos: insuflar uma confiança para o setor financeiro de que o Lula de 2002 abandonara sua ideia de dar calote nos credores nacionais e responsabilizar o governo tucano de Fernando Henrique Cardoso dos problemas macroeconômicos brasileiros. Para argumentar essas ideias, a Carta se utilizava dos seguintes argumentos:

a) Responsabilizar o governo de Fernando Henrique Cardoso pelos problemas econômicos:

“É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores. Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições. Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil.”<sup>76</sup>

b) Promessa de não quebrar os contratos existentes:

“O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.”<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Entrevista extraída de <http://revistaforum.com.br/blog/2011/10/o-marco-foi-a-carta-ao-povo-brasileiro/> em 5 de junho de 2013

<sup>76</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao povo brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaopovobrasileiro.pdf>

<sup>77</sup> *Idem*.

Sobre isso Dias<sup>78</sup> comenta:

Percebemos que essa ideia de não “quebrar contratos” não é uma promessa específica de pagamento da dívida pública ou de manutenção das privatizações, mas sim um discurso genérico de compromisso com o regime de propriedade. Discurso coerente tanto com relação à proposta de atrair diferentes segmentos do empresariado, como com relação ao objetivo de fugir de temas polêmicos (um discurso direto de manutenção de privatizações poderia ter criado um conflito dentro da própria base eleitoral de Lula).

c) Necessidade de promover reformaprevidenciária, tributária, agrária e trabalhista:

(...) O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.<sup>79</sup>

d) Promessa de redução “sustentada” da taxa de juros seguida de um compromisso com a manutenção das taxas de inflação e do estabelecimento do objetivo de crescimento sustentável. Sobre esse tópico explica Dias<sup>80</sup>.

O texto tenta conciliar três variáveis a princípio contraditórias; a política de juros é um instrumento macroeconômico utilizado atualmente como forma de combate a inflação, mas é ao mesmo tempo uma variável que dificultaria o crescimento econômico. A promessa da carta seria a de estabelecer uma política de juros que, ao mesmo tempo que conteria a inflação, também permitiria o crescimento econômico.

e) Compromisso com a manutenção do superávit primário, entendido como instrumento para pagamento da dívida interna: “Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.”<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> DIAS, Rodolfo Palozzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Artigo apresentado no VII Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. SP. 2012.

<sup>79</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao povo brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaao povobrasileiro.pdf>

<sup>80</sup> DIAS, Rodolfo Palozzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Artigo apresentado no VII Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. SP. 2012.

<sup>81</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao povo brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaao povobrasileiro.pdf>

Finalizado o documento, a impressão, segundo Dias<sup>82</sup>, é que o candidato Lula continuaria a política neoliberal de Fernando Henrique; só haveria mudança nos nomes e no partido que lidera o governo.

Verifica-se, na “carta ao povo brasileiro”, não só uma tentativa de fuga de temas polêmicos com finalidade eleitoral, mas também um compromisso com a agenda de políticas burguesas em sentido genérico (respeito aos contratos) e de políticas neoliberais em sentido específico (reformas, juros como instrumento de controle da inflação, superávit primário), embora tenha incluído itens que não pertenciam originariamente à agenda neoliberal (um item mais conciliável, que seria o crescimento econômico, e outro mais contraditório, que seria a reforma agrária).

Outro argumento que sustenta essa avaliação foi a posse de Henrique Meirelles na presidência do Banco Central. Meirelles foi presidente do *Bank Boston Corporation* em 1984 e do *Global Banking* (área internacional) do *FleetBoston's Global and Wholesale Bank* em 1999. Em 2002 Meirelles candidatou-se pelo PSDB a deputado federal por Goiás e foi o candidato mais votado, mas não assumiu, pois aceitou o convite de Lula para a presidência do Banco Central. Entre os que já assumiram esse posto, Meirelles foi quem mais tempo ocupou a presidência do Banco Central, 8 anos, entre 2003 e 2011.

Aguiar<sup>83</sup> reitera o caráter contraditório da Carta:

Através deste instrumento o PT reafirmava, mais uma vez, à ruptura com as suas bandeiras clássicas de esquerda, de boicote ao pagamento da dívida externa e ao FMI. “Este documento é a maior testemunha de nossa coerência”, trataria de se apressar em afirmar o futuro homem forte da área de publicidade e comunicação do governo, Luiz Gushiken.

### **Reação dos banqueiros à Carta**

No geral muito positiva. A Carta transformou a aversão ao candidato Lula em uma condescendência em caso de vitória. Dias<sup>84</sup> resgata a reação dos empresários após o entendimento da Carta:

---

<sup>82</sup> DIAS, Rodolfo Palozzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Artigo apresentado no VII Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. SP. 2012.

<sup>83</sup> AGUIAR, Itamar. Eleições presidenciais de 2002 : partidos, elites e a perspectiva de mudança. Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

<sup>84</sup> DIAS, Rodolfo Palozzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Artigo apresentado no VII Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. SP. 2012.

Houve a mudança de uma aversão generalizada em relação à candidatura petista para uma aceitação da possibilidade de vitória de Lula. Essa diferença é ilustrada na comparação da fala de Mario Amato, então presidente da FIESP em 1989, que declarou que 800 mil empresários deixariam o país caso Lula fosse vitorioso nas eleições, e da fala de Raymundo Magliano Filho, presidente da Bovespa em 2002, respondendo à pergunta sobre como a bolsa reagiria caso Lula fosse eleito: Tranquilidade total. Repito uma frase de Norberto Bobbio [filósofo, jurista e escritor italiano]: o que é ser democrata? É aceitar a diferença, ser tolerante, é dar a possibilidade de que a minoria se torne maioria.

Os banqueiros nacionais declararam publicamente que a Carta mudou suas opiniões sobre Lula e entraram na campanha para o presidencial.

A declaração de Sérgio Werlang, então diretor do Itaú, é a de que: *"A carta não diminui totalmente a imagem de ambiguidade do partido [em relação à política econômica], mas resolve 80% do problema"*. Carlos Kawall, economista-chefe do Citibank, declara que a carta foi *"um passo positivo, na direção correta"*, deixando claro que não tinha dúvidas do compromisso do PT com a estabilidade, e reivindicando ainda o anúncio da possível equipe econômica do governo. (...) Roberto Setúbal, então presidente do banco Itaú, em discurso para investidores em Washington em setembro, chega a afirmar que *"Lula será o próximo presidente do Brasil, com certeza"*, buscando deixar claro que a transição partidária no governo não seria problemática devido aos compromissos assumidos pelo PT<sup>85</sup>.

Em seguida, o candidato Lula, beneficiado pela nova qualidade que a Carta lhe concedia, organizou um encontro histórico com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), no dia 20 de agosto de 2002, para criar um Grupo de Trabalho conjunto que se ativesse no desenvolvimento econômico brasileiro. Lula muniu-se dos economistas Guido Mantega e Aloizio Mercadante para uma reunião de duas horas a portas fechadas na direção da Febraban.

Participaram do encontro, além do candidato do PT e seus assessores, mais de cerca de 60 banqueiros, diretores e executivos de instituições financeiras, a exemplo de Roberto Setúbal (Itaú), Pedro Moreira Salles (Unibanco), Fábio Barbosa (ABN Amro/Real), Décio Tenerello (Bradesco), Gabriel Jaramillo (Banespa/Santander), Gustavo Marin (Citibank), além de Antoninho Marmo Trevisan, dono da Trevisan e Associados de Auditoria e Consultoria, membro do comitê eleitoral do PT, entre outros. O candidato petista recebeu muitos elogios dos presentes. Roberto Setúbal, por exemplo, reconheceu a franqueza do discurso de Lula e admitiu um aumento da

---

<sup>85</sup> *Idem.*

credibilidade do PT nos últimos tempos. O banqueiro lembrou que a Febraban, que tradicionalmente votava candidato do governo, estava mais aberta para ouvir as suas propostas. Seria uma coisa impossível há quatro anos e mais impossível ainda há oito anos”, reafirmou o banqueiro. O presidente da Febraban, Gabriel Jorge Ferreira, por sua vez, destacou o amadurecimento do candidato, ressaltando que “foi um discurso extremamente construtivo, aberto e maduro. Não saberia dizer se ele saiu com mais ou menos votos, mas acho que a impressão deixada foi das melhores<sup>86</sup>.”

O apoio dos banqueiros também pode ser visto através das doações feitas ao candidato Lula durante a campanha presidencial.

Doações dos bancos aos principais candidatos das eleições presidenciais de 2002 (R\$)

Bancos	Serra	Lula	Ciro Gomes
ABC do Brasil	100.000		
ABN Amro	650.000	650.000	
Alfa	200.000	200.000	
BBA	500.000	100.000	
Bradesco	500.000	500.000	
Credibel		250.000	
Crédito Real de Minas Gerais	1.500.000	500.000	1.000.000
Fator	15.000		
Honda		5.000	
Industrial e Comercial			100.000
Itaú	2.200.000	250.000	
Santander/Banespa	1.400.000	1.400.000	
Unibanco	300.000		200.000
Votorantim	1.300.000	500.000	400.000
Total	8.665.000	4.355.000	1.700.000
Total de receitas do candidato	28.540.261	21.072.475	13.942.876
Participação dos Bancos	30,36%	20,60%	12,19%

Fonte: Aguiar<sup>87</sup> Obs.: Os dados relativos a José Serra e Ciro Gomes referem-se apenas as receitas dos comitês financeiros de campanha (não há registro no TSE de lançamentos em nome dos respectivos candidatos, conforme já explicamos na Tese). Enquanto que no caso de Luiz Inácio Lula da Silva nos baseamos nas receitas do candidato propriamente dito. Utilizando as receitas totais do candidato petista, que inclui as doações ao comitê financeiro do PT, a participação dos bancos na campanha de Lula cai para 11%.

Com essa ajuda, depois de conciliado com os empresários e banqueiros, Lula conseguiu vitória nas urnas no primeiro e segundo turno das eleições de

<sup>86</sup> AGUIAR, Itamar. Eleições presidenciais de 2002 : partidos, elites e a perspectiva de mudança. Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

<sup>87</sup> *Idem*.

2002. Pouco após a notícia oficial, no dia 27 de outubro de 2002, a Febraban encaminhou uma carta ao novo presidente. A carta "A serviço do Brasil" ressalta que a entidade seria colaboradora do governo, justificando para isso um dever patriótico.

"A Febraban está pronta a colaborar com o governo em muitos de seus projetos, em especial na busca de soluções para o desenvolvimento sustentado. (...) Os desafios que o presidente eleito encontrará são efetivamente grandes e demandarão a conjugação dos esforços de todos os segmentos da sociedade brasileira"<sup>88</sup>

A entidade lembra também que os "compromissos com a política fiscal responsável, controle da inflação e respeito às instituições e aos contratos permitirão ao novo governo receber apoio interno e da comunidade financeira internacional"<sup>89</sup>, ou seja, seguir à risca os preceitos da "Carta ao Povo Brasileiro".

---

<sup>88</sup> Fragmentos extraídos de <http://www.valor.com.br/arquivo/322347/carta-da-febraban-diz-que-entidade-pretende-ajudar-lula#ixzz2VaTS8rg1> em 5 de junho de 2013.

<sup>89</sup> *Idem*.

## Conclusão

Ao final deste livro-reportagem, algumas questões merecem ser retomadas, na perspectiva de refletirmos, com especial atenção, sobre o poder e a influência dos banqueiros na cena política nacional:

(A) Legislação Flexível: A falta de rigor na lei de concorrência elaborada pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, cria liberdade na interpretação jurídica da expressão “mercado relevante”. Essa liberdade jurídica deixa mais difícil a constatação de que uma instituição está ferindo a lei de concorrência, e assim impede que os órgãos fiscalizadores percebam e punam a concentração e oligopolização do setor bancário;

(B) Taxa de Juros: Historicamente os juros do Brasil sempre foram altos. Mas desde os meados de 2010 o governo vem fazendo um esforço para manter a taxa básica de juros nacional (Selic) abaixo dos 9%. Essa diminuição na Selic, entretanto, não é acompanhada pelos bancos nacionais quando estes estipulam os juros cobrados aos tomadores de crédito. Aproveitando-se de uma ideia intrincada na mente dos brasileiros de que “juros são sempre altos”, os bancos apenas diminuem pouquíssimo suas taxas e vendem ao consumidor que cada um possui os menores índices do mercado.

(C) Dívida Pública: A posse dos títulos públicos na mão dos banqueiros é fonte de duas coisas principais: dinheiro e poder. O primeiro ganho advém do mercado da dívida que é alimentado com quase 48% do orçamento anual brasileiro. Pagamos muito porque nossos títulos são de curto prazo; o Governo põe seus títulos para gerar crédito, mas, antes que colha os dividendos da aplicação de seu dinheiro, logo tem que pagar os juros desses títulos. Acaba acontecendo que títulos no mercado pagam os juros do resgate de outros títulos. No segundo caso, os bancos se aproveitam da posse de muitos desses títulos para exercerem pressão financeira e política sobre os entes do Estado (Executivo Federal, Banco Central, ministérios da área econômica e Congresso Nacional).

Tal relação, contudo, obedece a um velho ditame dos banqueiros helvéticos: o melhor amigo do empresariado financeiro é o sigilo, as sombras dos gabinetes, bem longe da luz da informação jornalística e totalmente fora do alcance da cidadania. Assim, a chamada “bancada dos banqueiros” atua sob intensa e indevassável “neblina política”, no Congresso Nacional. Ela existe, mas ninguém assume à luz do dia. A tentativa de relacionar os políticos que atuam para os banqueiros perpassa pela análise das doações dos bancos para os políticos. Até mesmo uma análise não tão profunda consegue encontrar



casos inusitados, como o do Banco BMG nas eleições de 2012. No ano anterior o BMG estava entre os dez primeiros bancos nacionais que mais lucraram no país, mas naquela campanha eleitoral gastaram R\$ 5 milhões com doações políticas e acabaram fechando o ano com prejuízo de R\$ 133 mil. Uma situação dessas pode significar que em épocas eleitorais os bancos preferem investir nos políticos, pois sabem que depois irão colher outra forma de lucro.

(D) Política: A relação entre economia e política é tão antiga quando natural e em um mundo globalizado não seria diferente. A atividade política é uma esfera de influência natural de todo grande setor empresarial, pois um ramo precisa da estabilidade que o outro proporciona. Estabilidade política é o que mantém os mesmos grupos econômicos enchendo os bolsos. Em contrapartida há o financiamento de políticos que vão lutar por essa estabilidade e propor novas leis para beneficiamento desses banqueiros. Investigar as pessoas que participam desse círculo vicioso é fundamental para retirar esses *players* das incógnitas sombras que manipulam o Governo e a situação econômica brasileira.

Entre os políticos os bancos são os melhores financiadores de campanha. Analisando só a campanha presidencial de 2010, por exemplo, o Banco Itaú financiou os três principais candidatos daquele ano (Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva) com R\$ 8,750 milhões; R\$ 4 milhões para Dilma, R\$ 4 milhões para José Serra e R\$ 750 mil para Marina Silva. (Todos esses dados no Anexo). Na carreira do Senado, Aécio Neves, pré-candidato do PSDB para a presidência de 2014 recebeu de doações bancárias R\$ 900 mil; Marta Suplicy, que também disputou o Senado, mas é atual Ministra da Cultura do país, recebeu naquela eleição R\$ 420 mil. Enfim, todos os casos merecem ser estudados.

Acrescento, por fim, que é premente a necessidade de mais pesquisas e investigação jornalística sobre o tema para que esse jogo de privilégios acabe. Em uma nação democrática institucionalmente, o privilégio de uma ou outra classe econômica é uma afronta às condições de sobrevivência e trabalho de toda a população que não pertence a determinados grupos empresariais que estão no poder, representados por este ou aquele partido político.

A fim de verticalizar mais o estudo sobre esse tema se faz necessário uma pesquisa focada nas leis aprovadas em benefício dos banqueiros nos últimos 20 anos, por exemplo. Seria fundamental um estudo no Congresso que exponha as pessoas envolvidas diretamente nesse ciclo de influências.

Para continuação desse trabalho, todos esses dados serão publicados em um site que servirá como base na pesquisa dos políticos que recebem doações bancárias e acabam trabalhando para os banqueiros. A ideia é criar um banco de dados complementar ao [www.politicosdobrasil.com.br](http://www.politicosdobrasil.com.br) que é

mantido pelo jornalista Fernando Rodrigues, um dos diretores da Associação Brasileira de Jornalistas investigativos (Abraji). Enquanto o site de Rodrigues trabalha com a avaliação de patrimônio dos políticos brasileiros, eu desejo trabalhar com os que recebem doações bancárias. Outra característica do meu banco de dados é investigar em quais comissões ou projetos parlamentares esses políticos atuam, a fim de buscar em quais projetos atuam para o beneficiam os banqueiros. A expectativa é que em agosto já esteja na internet.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, M de. Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador? Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 1999 (Texto para discussão, n. 403).

AGUIAR, Itamar. Eleições presidenciais de 2002 : partidos, elites e a perspectiva de mudança. Florianópolis, SC, 2006. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BAER, Mônica. A internacionalização financeira do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986. *Apud* Costa, P. A. ; Videira, L. V. Território Bancário No Brasil: O Papel Dos Bancos Estrangeiros. Artigo. Departamento de Geografia - UNICENTRO – Guarapuava-PR.

BITTENCOURT, Jeferson Luis. A base de investidores da Dívida Pública Federal no Brasil. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Publica: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

BOLÇAS (1950) *apud* SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Publica: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

CASSIDY, John. Como os mercados quebram: a lógica das catástrofes econômicas / John Cassidy; tradução de Berilo Vargas. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011

CARVALHO, Carlos E.; Crise Bancária Questiona Independência do BCB. Economia em Perspectiva – carta de conjuntura n. 127 – janeiro/1996, Corecon/SP.

\_\_\_\_\_. Oliveira, Giuliano C. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Ciências Econômicas, Nova Economia, v. 12,1, p. 69-84, 2002.

\_\_\_\_\_. As dimensões do Sistema Bancário no Brasil. São Paulo em perspectiva. Julho/setembro de 2002.

CARVALHO, José Luiz. Bancos Comerciais no Brasil - Considerações Gerais. Rio de Janeiro: Tese de Mestrado, 1969.

COSTA, Fernando Nogueira da .Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012. v. 1.

Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2012. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Fevereiro, 2013, número 10.

COSTA, P. A. ; VIDEIRA, L. V. Território Bancário No Brasil: O Papel Dos Bancos Estrangeiros. Artigo. Departamento de Geografia - UNICENTRO – Guarapuava-PR.

DIAS, Rodolfo Palozzo. Carta ao povo brasileiro: recepção dos banqueiros à entrada do PT no poder. Artigo apresentado no VII Colóquio Internacional Marx Engels. Unicamp. SP. 2012.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. Relatório anual 2002. São Paulo: FEBRABAN, 2002.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. Relatório anual 2006. São Paulo: FEBRABAN, 2006.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. Relatório anual 2010. São Paulo: FEBRABAN, 2010.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE BANCOS. Relatório anual 2011. São Paulo: FEBRABAN, 2011.

FERRARI FILHO, Fernando. O legado do Plano Real: uma estabilização sem crescimento econômico? Disponível em: <[http://w.ufrgs.br/fce/rae/edicoes\\_antteriores/pdf\\_edicao35/artigo01.pdf](http://w.ufrgs.br/fce/rae/edicoes_antteriores/pdf_edicao35/artigo01.pdf)>. Acesso em: 26jan. 2013.

FERREIRA, Alceu Conceição. Os donos da dívida : um enfoque sóciopolítico da dívida pública interna durante o governo FHC. Florianópolis, SC, 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

FONTENLA *Apud* KHALIL, Zarif. Evolução dos padrões de localização das maiores redes bancárias estrangeiras no Brasil: 1996 a 2002. Florianópolis, 2004. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 380p.

GOMES, Laurentino. . 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo (SP): Planeta do Brasil, 2009. 367 p.

LEÃO (2003) *apud* SILVA, Anderson Caputo .Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.)

Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. Reestruturação bancária no Brasil: o caso do Proer. Brasília: DEPEC/Banco Central do Brasil. 2003.

MARX, Karl. A origem do capital; a acumulação primitiva.. São Paulo (SP): Global, 1977.

\_\_\_\_\_. O salário, o preço e o lucro.. Lisboa: Estampa, 1985.

MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

MINELLA, A. C. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. Civitas, Porto Alegre, v. 3, nº 2, 2003.

\_\_\_\_\_. Banqueiros: Organização e poder político no Brasil / Ary César Minella; tradução, Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

MOLINA, Wagner de Souza Leite. A Reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro nos anos 90: menos concorrência e mais competitividade? Intellectus – Revista Acadêmica Digital das Faculdades Unopec. Sumaré-SP, ano 02, nº 03, ago./dez. 2004. ISSN 1679 - 8902.

NETO *apud* SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

OREIRO, José Luís da Costa; PAULA, Luiz Fernando de; SILVA, Guilherme Jonas Costa dae ONO, Fábio Hideki. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. Econ. Apl. [online]. 2006, vol.10, n.4, pp. 609-634.

PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda. 1999, 650p.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta ao povo brasileiro. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>

PEDRAS. Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Pública: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA 2003. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2004, número 1.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA 2005. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2006, número 3.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA 2007. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2008, número 5.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA 2009. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2010, número 7.

RELATÓRIO ANUAL DA DÍVIDA PÚBLICA 2011. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2012, número 9.

SAES, F. A. M., A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira, 1986. *Apud* COSTA, Fernando Nogueira da .Brasil dos Bancos. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2012

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. Bancos Estaduais: dos Problemas Crônicos ao Proes. Banco Central do Brasil, 2004. 152p.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Composição Ótima da Dívida Pública Federal: Definição de uma Referência de Longo Prazo. Brasília, 2011.

SILVA, Anderson Caputo .Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: SILVA; CARVALHO; MEDEIROS (orgs.) Dívida Publica: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco Mundial. 2009.

SMITH, Adam. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. 3. ed Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. v. 2

## ANEXOS

### 1 - Evolução da carteira dos Títulos de Valores Imobiliários das 10 melhores instituições brasileiras desde 2000 até 2012

Ranking 2000	Instituições	Ativos (R\$)	Títulos de Valores Mobiliários (TMV) e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	138.363.406	51.115.838	36,94
2	CEF	126.080.241	9.353.878	7,41
3	BRADESCO	83.448.796	21.914.943	26,26
4	ITAU	65.439.168	15.769.321	24,09
5	UNIBANCO	48.485.067	10.195.550	21,02
6	BANESPA	29.360.872	16.336.396	55,64
7	ABN AMRO	28.936.799	5.691.697	19,66
8	SANTANDER BRASIL	25.179.166	11.620.946	46,15
9	SAFRA	25.097.583	9.689.791	38,60
10	HSBC	21.556.682	6.430.796	29,83

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2001	Instituições 2001	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	165.120.025	62.464.219	37,82
2	CEF	101.330.651	42.632.383	42,07
3	BRADESCO	95.074.011	24.757.006	26,03
4	ITAU	78.637.442	14.952.605	19,01
5	SANTANDER BANESPA	57.436.399	26.325.440	45,83
6	UNIBANCO	51.753.738	12.662.833	24,46
7	ABN AMRO	32.121.472	9.757.139	30,37
8	SAFRA	30.335.748	11.985.599	39,50
9	BANKBOSTON	25.766.153	4.764.836	18,49
10	CITIBANK	22.243.072	4.376.194	19,67

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2002	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	204.594.608	70.942.757	34,67
2	CEF	128.417.934	57.367.478	44,67
3	BRADESCO	118.954.184	16.415.322	13,79
4	ITAU	107.716.519	20.065.759	18,62
5	UNIBANCO	70.902.473	15.417.846	21,74
6	SANTANDER BANESPA	54.615.406	20.603.046	37,72

7	ABN AMRO	36.427.993	8.583.453	23,56
8	CITIBANK	28.251.075	8.382.769	29,67
9	NOSSA CAIXA	28.612.651	17.404.450	60,82
10	HSBC	24.753.874	5.657.454	22,85

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2003	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	230.144.447	69.590.141	30,23
2	CEF	150.495.476	77.525.952	51,51
3	BRADESCO	147.163.871	24.483.518	16,63
4	ITAU	109.959.314	18.650.708	16,96
5	UNIBANCO	63.631.576	10.751.794	16,89
6	ABN AMRO	54.452.380	13.124.140	24,10
7	SANTANDER BANESPA	57.040.603	20.702.267	36,29
8	SAFRA	34.020.656	7.466.522	21,94
9	NOSSA CAIXA	27.535.458	17.678.365	64,20
10	HSBC	26.265.205	5.054.124	19,24

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2004	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	239.014.143	73.485.360	30,74
2	CEF	147.786.559	72.833.870	49,28
3	BRADESCO	148.207.637	24.911.445	16,80
4	ITAU	123.443.368	16.534.251	13,39
5	UNIBANCO	72.928.818	9.793.348	13,42
6	SANTANDER BANESPA	66.548.096	23.779.983	35,73
7	ABN AMRO	59.150.578	14.150.867	23,92
8	SAFRA	40.841.868	10.695.658	26,18
9	HSBC	34.374.797	8.443.665	24,56
10	NOSSA CAIXA	31.251.866	21.157.742	67,70

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2005	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	252.976.988	66.470.116	26,27
2	CEF	188.677.661	93.460.508	49,53
3	BRADESCO	165.760.079	16.428.190	9,91
4	ITAU	146.041.753	17.942.899	12,28
5	UNIBANCO	84.499.471	13.356.404	15,80



6	SANTANDER BANESPA	85.015.023	28.566.294	33,60
7	ABN AMRO	74.598.240	14.695.792	19,69
8	SAFRA	51.356.407	13.836.921	26,94
9	HSBC	47.523.816	11.337.038	23,85
10	VOTORANTIM	46.068.088	17.418.366	37,81

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2006	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	296.356.419	72.927.146	24,60
2	BRADESCO	213.302.930	34.769.567	16,30
3	CEF	209.532.835	93.680.526	44,70
4	ITAU	205.156.179	27.239.407	13,27
5	ABN AMRO	119.160.302	20.972.941	17,60
6	SANTANDER BANESPA	102.125.938	39.513.364	38,69
7	UNIBANCO	97.785.134	11.858.994	12,12
8	SAFRA	61.820.338	26.062.845	42,15
9	HSBC	58.265.728	11.909.364	20,43
10	VOTORANTIM	56.707.483	17.161.922	30,26

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2007	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	357.750.243	75.045.920	20,97
2	ITAU	288.768.338	37.596.902	13,01
3	BRADESCO	284.446.796	41.449.739	14,57
4	CEF	249.636.819	122.268.292	48,97
5	ABN AMRO	158.662.545	16.323.915	10,28
6	UNIBANCO	147.952.401	19.765.699	13,35
7	SANTANDER	116.326.739	20.354.481	17,49
8	HSBC	70.755.777	13.178.170	18,62
9	SAFRA	67.280.626	24.045.496	35,73
10	VOTORANTIM	66.425.920	20.101.435	30,26

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2008	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	ITAU	631.326.674	97.847.897	15,49
2	BB	507.348.206	73.223.320	14,43
3	BRADESCO	397.343.348	52.243.742	13,14
4	SANTANDER	344.681.912	51.119.290	14,83
5	CEF	295.920.330	120.581.867	40,74
6	HSBC	112.100.299	18.045.758	16,09
7	VOTORANTIM	73.036.668	21.585.397	29,55

8	SAFRA	66.482.014	25.612.978	38,52
9	NOSSA CAIXA	54.280.616	26.887.040	49,53
10	CITIBANK	40.481.542	14.336.176	35,41

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2009	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	691.968.417	107.244.987	15,49
2	ITAU	585.603.098	72.607.420	12,39
3	BNDES	379.279.940	41.917.657	11,05
4	BRADESCO	444.396.778	57.040.434	12,83
5	SANTANDER	334.069.363	60.759.427	18,18
6	CEF	341.831.823	118.450.224	34,65
7	HSBC	100.104.481	16.593.907	16,57
8	VOTORANTIM	86.940.569	18.194.721	20,92
9	SAFRA	71.059.510	12.803.139	18,01
10	CITIBANK	40.846.974	12.032.251	29,45

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2010	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	ITAU	720.313.868	133.848.600	18,58
2	BB	779.303.944	111.421.267	14,29
3	BRADESCO	562.601.430	109.438.543	19,45
4	CEF	401.412.490	108.575.273	27,04
5	SANTANDER	376.062.156	68.032.725	18,09
6	HSBC	124.686.081	17.372.132	13,93
7	VOTORANTIM	110.741.218	25.163.000	22,72
8	SAFRA	76.297.016	11.644.569	15,26
9	CITIBANK	54.406.014	15.035.765	27,63
10	BTG PACTUAL	48.624.525	19.603.183	40,31

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2011	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	ITAU	815.220.206	122.841.268	15,06
2	BB	935.009.463	121.266.802	12,96
3	BRADESCO	666.320.079	144.250.437	21,64
4	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	511.031.048	119.404.875	23,36
5	SANTANDER	431.759.588	73.607.714	17,04
6	HSBC	146.593.297	22.529.491	15,36
7	VOTORANTIM	115.373.092	26.732.611	23,17
8	SAFRA	87.728.360	5.754.063	6,55
9	CITIBANK	57.766.434	9.760.617	16,89

10	BTG PACTUAL	58.159.704	25.961.666	44,63
----	-------------	------------	------------	-------

Dados: BC. Elaboração do autor.

Ranking 2012	Instituições	Ativo Total (R\$)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (R\$)	Relação com o ativo bancário (%)
1	BB	1.087.268.923	123.093.960	11,32
2	ITAU	951.222.533	192.936.112	20,28
3	BRADESCO	755.467.474	165.010.715	21,84
4	CEF	702.939.666	138.465.317	19,69
5	SANTANDER	458.329.044	79.691.759	17,38
6	HSBC	127.044.415	22.818.481	17,96
7	VOTORANTIM	123.408.819	37.163.651	30,11
8	SAFRA	111.752.867	30.035.516	26,87
9	BTG PACTUAL	87.878.773	39.813.198	45,30
10	CITIBANK	61.185.316	15.214.950	24,86

Dados: BC. Elaboração do autor.

## 2 – Prefeitos e Vereadores que receberam doações bancárias em 2012 por ordem decrescente de valores.

Doador	Valor R\$	Espécie do Recurso	Nome do Candidato	Número do Candidato	Candidatura	Partido	UF/Município	Eleito
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 1.000.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO HADDAD	13	Prefeito	PT	SP-SÃO PAULO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO DA COSTA PAES	15	Prefeito	PMDB	RJ-RIO DE JANEIRO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ SERRA	45	Prefeito	PSDB	SP-SÃO PAULO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ SERRA	45	Prefeito	PSDB	SP-SÃO PAULO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO	13	Prefeito	PT	MG-BETIM	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO ARAUJO DE LACERDA	40	Prefeito	PSB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S. A.	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	PAULO PEREIRA DA SILVA	12	Prefeito	PDT	SP-SÃO PAULO	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO ARAUJO DE LACERDA	40	Prefeito	PSB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	DURVAL ANGELO ANDRADE	13	Prefeito	PT	MG-CONTAGEM	N
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	LUCIANO DUCCI	40	Prefeito	PSB	PR-CURITIBA	N
BANCO BMG SA	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	ADEMIR LUCAS GOMES	45	Prefeito	PSDB	MG-CONTAGEM	N

BANCO BMG S.A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PINHEIRO NETO	11	Prefeito	PP	MG-IBIRITÉ	S
BANCO BMG S.A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ENEAS CASTILHO CHIARINI	23	Prefeito	PPS	MG-POUSO ALEGRE	N
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	DANIELA CORREA NOGUEIRA CUNHA	13	Prefeito	PT	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	PAULO DE SIQUEIRA GARCIA	13	Prefeito	PT	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAU S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITÁCIO MAIA	25	Prefeito	DEM	RJ-RIO DE JANEIRO	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	MORONI BING TORGAN	25	Prefeito	DEM	CE-FORTALEZA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO	25	Prefeito	DEM	BA-SALVADOR	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR	20	Prefeito	PSC	PR-CURITIBA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	LUCIANO DUCCI	40	Prefeito	PSB	PR-CURITIBA	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	MANUELA PINTO VIEIRA D AVILA	65	Prefeito	PC do B	RS-PORTO ALEGRE	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	ALCIDES JESUS PERALTA BERNAL	11	Prefeito	PP	MS-CAMPO GRANDE	S
ITAÚ UNIBANCO S/A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ ALBERTO REUS FORTUNATI	12	Prefeito	PDT	RS-PORTO ALEGRE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	MIRIAN CRISTINA CORREA ALVES	13	Prefeito	PT	MG-SANTA LUZIA	N
BANCO ITAU S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR	45	Prefeito	PSDB	PA-BELÉM	S
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MOZART ABAETE PERUIBE RUSSOMANNO	10999	Vereador	PRB	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAU UNIBANCO	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ADÃO ROBERTO RODRIGUES VILLAVARDE	13	Prefeito	PT	RS-PORTO ALEGRE	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GEAN MARQUES LOUREIRO	15	Prefeito	PMDB	SC- FLORIANÓPOLIS	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GILMAR ALVES MACHADO	13	Prefeito	PT	MG- UBERLÂNDIA	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	VANESSA GRAZZIOTIN	65	Prefeito	PC do B	AM-MANAUS	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO	25	Prefeito	DEM	BA-SALVADOR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$	Transferência	ALVARO BATISTA	55190	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup

	100.000,00	eletrônica	CAMILO					
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	HEBERTE LAMARCK GOMES DA SILVA	45	Prefeito	PSDB	PE-CABO DE SANTO AGOSTINHO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JEAN MADEIRA DA SILVA	10318	Vereador	PRB	SP-SÃO PAULO	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO NETO	45	Prefeito	PSDB	AM-MANAUS	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO NETO	45	Prefeito	PSDB	AM-MANAUS	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CARLAILE DE JESUS PEDROSA	45	Prefeito	PSDB	MG-BETIM	S
ITAÚ UNIBAQNCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JOSE POLICE NETO	55000	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	S
BANCO BMG S A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO MESSIAS QUEIROZ	11	Prefeito	PP	GO-ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	PAULO JOSE CARLOS GUEDES	13	Prefeito	PT	MG-MONTES CLAROS	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CLAUDETE ALVES DA SILVA SOUZA	13777	Vereador	PT	SP-SÃO PAULO	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ALICE MARIA SALDANHA TAMBORINDEGUY	11	Prefeito	PP	RJ-SÃO GONÇALO	N
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Cheque	MARCIO MARTINS SAMPAIO DE MORAIS	45	Prefeito	PSDB	CE-MAURITI	N
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	DANIELA CORREA NOGUEIRA CUNHA	13	Prefeito	PT	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	S
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	DANIELA CORREA NOGUEIRA CUNHA	13	Prefeito	PT	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	S
BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MIRIAN CRISTINA CORREA ALVES	13	Prefeito	PT	MG-SANTA LUZIA	N
BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MIRIAN CRISTINA CORREA ALVES	13	Prefeito	PT	MG-SANTA LUZIA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 95.000,00	Transferência eletrônica	ELOISIO DO CARMO LOURENÇO	13	Prefeito	PT	MG-POÇOS DE CALDAS	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 90.000,00	Transferência eletrônica	RENILDO VASCONCELOS CALHEIROS	65	Prefeito	PC do B	PE-OLINDA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 75.000,00	Transferência eletrônica	GABRIEL BENEDITO ISSAAC CHALITA	15	Prefeito	PMDB	SP-SÃO PAULO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 75.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ MARIA EYMAEL	27	Prefeito	PSDC	SP-SÃO PAULO	N

BMG	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	MARCOS COELHO DE CARVALHO	15	Prefeito	PMDB	MG-ARAGUARI	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 64.000,00	Transferência eletrônica	IARA BERNARDI	13	Prefeito	PT	SP-SOROCABA	N
BANCO FATOR S/A	R\$ 60.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO EUGÊNIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL	13	Prefeito	PT	PE-IPOJUCA	N
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	HERMANO DA COSTA MORAES	15	Prefeito	PMDB	RN-NATAL	N
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	OTAVIO SANTOS DA SILVA LEITE	45	Prefeito	PSDB	RJ-RIO DE JANEIRO	N
ITAÍ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA	23	Prefeito	PPS	PR-PONTA GROSSA	S
ITAÍ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA	23	Prefeito	PPS	PR-PONTA GROSSA	S
ITAÚ UNIBANCO S. A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SEBASTIÃO BOCALOM RODRIGUES	45	Prefeito	PSDB	AC-RIO BRANCO	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FIRMINO DA SILVEIRA SOARES FILHO	45	Prefeito	PSDB	PI-TERESINA	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE ABEL MODESTO PAES LANDIM	14	Prefeito	PTB	PI-SÃO JOÃO DO PIAUÍ	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS MAGNO DE MOURA SOARES	65	Prefeito	PC do B	MG- CONTAGEM	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE APRIGIO DA SILVA	40	Prefeito	PSB	SP-TABOÃO DA SERRA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCIA HELENA CARVALHO LOPES	13	Prefeito	PT	PR-LONDRINA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCUS ALEXANDRE MEDICI AGUIAR	13	Prefeito	PT	AC-RIO BRANCO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ROBERTO PUPIN	11	Prefeito	PP	PR-MARINGÁ	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JURANDIR PEREIRA LIBERAL	13613	Vereador	PT	PE-RECIFE	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCO AURELIO DE ALMEIDA CUNHA	55005	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO PIAU NOGUEIRA	15	Prefeito	PMDB	MG-UBERABA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO PIAU NOGUEIRA	15	Prefeito	PMDB	MG-UBERABA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RODNEY ROCHA MIRANDA	25	Prefeito	DEM	ES-VILA VELHA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO PAULO PERRUCCI DE	15	Prefeito	PMDB	SP-SANTOS	N

			AQUINO					
ITAU UNIBANCO S/A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO FLORIANO PEREIRA PESARO	45444	Vereador	PSDB	SP-SÃO PAULO	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ARLINDO SEVERINO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	13014	Vereador	PT	PE-RECIFE	Sup
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FLAVIA ROSSI	45	Prefeito	PSDB	SP-MOGI MIRIM	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	14	Prefeito	PTB	PI-TERESINA	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOAO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES	45	Prefeito	PSDB	MA-SÃO LUÍS	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	NAPOLEÃO BERNARDES NETO	45	Prefeito	PSDB	SC-BLUMENAU	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE CARLOS STANGARLINI	55155	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO YOUNG SILVA	23000	Vereador	PPS	SP-SÃO PAULO	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ROMERO RODRIGUES VEIGA	45	Prefeito	PSDB	PB-CAMPINA GRANDE	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ MARINHO	13	Prefeito	PT	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	S
ITAU UNIBANCO-S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	AUGUSTO BARBOSA DA SILVA PEREIRA	45	Prefeito	PSDB	MG-GOVERNADOR VALADARES	N
BANCO BMG S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	GENTIL LUCAS MOREIRA BICALHO	13	Prefeito	PT	MG-JOÃO MONLEVADE	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO ANTONIO CARVALHO	13	Prefeito	PT	MG-VARGINHA	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO ANDRÉ NASCIMENTO GUIMARÃES	12	Prefeito	PDT	MG-SÃO GONÇALO DO PARÁ	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	IVONE DE ABREU SILVA	12345	Vereador	PDT	RJ-NITERÓI	Sup
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE RODRIGUES BARROSO DE ARAUJO	28	Prefeito	PRTB	MG-CLÁUDIO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO CEZAR DE FREITAS	12	Prefeito	PDT	MG-NOVA SERRANA	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ZILOMAR ANTONIO DE OLIVEIRA	45	Prefeito	PSDB	GO-JARAGUÁ	N
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	R\$ 50.000,00	Cheque	HEITOR CORREIA FERRER	12	Prefeito	PDT	CE-FORTALEZA	N

BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	R\$ 50.000,00	Cheque	ROBERTO CLAUDIO RODRIGUES BEZERRA	40	Prefeito	PSB	CE-FORTALEZA	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 50.000,00	Cheque	ELMANO DE FREITAS DA COSTA	13	Prefeito	PT	CE-FORTALEZA	N
BANCO RURAL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	EDIL AFONSO ALBUQUERQUE	15651	Vereador	PMDB	MS-CAMPO GRANDE	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 45.000,00	Transferência eletrônica	TATIANA DE OLIVEIRA MEDEIROS	15	Prefeito	PMDB	PB-CAMPINA GRANDE	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 40.000,00	Cheque	FERNANDO LUIZ FORTUCI LOPES	15	Prefeito	PMDB	MG-UBÁ	N
BANCO BMG S.A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	DANIEL PIRES DE OLIVEIRA COSTA	22	Prefeito	PR	MG-PEDRA AZUL	S
BANCO BMG S.A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO GUILHERME DE ARO FERREIRA	31333	Vereador	PHS	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES	45000	Vereador	PSDB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	GLACIALDO DE SOUZA FERREIRA	13	Prefeito	PT	MG-ESMERALDAS	S
BANCO BMG SA	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	JOAO BOSCO RODRIGUES	13040	Vereador	PT	MG-BELO HORIZONTE	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 37.000,00	Transferência eletrônica	ROSENY CRUZ ARAÚJO	15	Prefeito	PMDB	RR-CANTÁ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 35.000,00	Transferência eletrônica	MARÍLIA PEREIRA DIAS	15	Prefeito	PMDB	RN-MACAÍBA	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 35.000,00	Transferência eletrônica	NAPOLEÃO BERNARDES NETO	45	Prefeito	PSDB	SC-BLUMENAU	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 35.000,00	Transferência eletrônica	PAULO TELLES DA SILVA	15	Prefeito	PMDB	MG-IBIRITÉ	N
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 35.000,00	Transferência eletrônica	JOSE DI GRISOLIA	23789	Vereador	PPS	MG-ITABIRA	Sup
ITAU UNIBANCO S. A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	DILADOR BORGES DAMASCENO	45	Prefeito	PSDB	SP-ARAÇATUBA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ALEXANDRE AUGUSTO FERREIRA	45	Prefeito	PSDB	SP-FRANCA	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	GUSTAVO CONDE MEDEIROS	25	Prefeito	DEM	PI-UNIÃO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA	45018	Vereador	PSDB	RJ-RIO DE JANEIRO	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA	45	Prefeito	PSDB	SP-SANTOS	S



ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 30.000,00	Depósito em espécie	FLORENTINO ALVES VERAS NETO	13	Prefeito	PT	PI-PARNAÍBA	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	USHITARO KAMIA	55699	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ELISEU GABRIEL DE PIERI	40123	Vereador	PSB	SP-SÃO PAULO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	JAIR JOSÉ TATTO	13114	Vereador	PT	SP-SÃO PAULO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARIA GLAUCIA COSTA BRANDAO	45	Prefeito	PSDB	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	DEBORA RENATA COELHO DE ARAUJO	15	Prefeito	PMDB	PI-URUÇUÍ	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	LENITA NOMAN	45445	Vereador	PSDB	MG-BELO HORIZONTE	Sup
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	LUIS DONISETTE CAMPACI	15	Prefeito	PMDB	SP-CAPIVARI	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP	12	Prefeito	PDT	SP-MOGI MIRIM	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	VICTOR KOBAYASHI	55100	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	CRISTINA CONCEIÇÃO BREDDA CARRARA	45	Prefeito	PSDB	SP-SUMARÉ	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	14	Prefeito	PTB	PI-TERESINA	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	JUSTINO ALMIR DE JESUS REIS	14	Prefeito	PTB	PI-FLORIANO	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARCELLO DE LIMA LELIS	43	Prefeito	PV	TO-PALMAS	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO ALTOMANI	45	Prefeito	PSDB	SP-SÃO CARLOS	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	45	Prefeito	PSDB	SP-RIBEIRÃO PRETO	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	45	Prefeito	PSDB	SP-RIBEIRÃO PRETO	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ROBSON SANTANA ROCHA FREIRES	14	Prefeito	PTB	AP-SANTANA	S
BANCO BMG	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	REINALDO APARECIDA FONSECA	45	Prefeito	PSDB	MG-BARROSO	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	JULIO CESAR GOMES DOS SANTOS	15190	Vereador	PMDB	MG-BELO HORIZONTE	Sup

BANCO BMG S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES	45000	Vereador	PSDB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ	40	Prefeito	PSB	MG-OLIVEIRA	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	VINICIUS ELOI ALMEIDA TORRES	15	Prefeito	PMDB	MG-BARÃO DE COCAIS	N
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ALTAIR ALVIM	45	Prefeito	PSDB	MG-CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	AUTAIR GOMES PEREIRA	20107	Vereador	PSC	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	CELSO JOSE FERREIRA RESENDE	45	Prefeito	PSDB	MG-PRADOS	N
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	DANIEL LAZARINI	43	Prefeito	PV	SP-CAÇAPAVA	N
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	GLACIALDO DE SOUZA FERREIRA	13	Prefeito	PT	MG-ESMERALDAS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	JOEL GOMES MOREIRA FILHO	36000	Vereador	PTC	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARIA GLAUCIA COSTA BRANDAO	45	Prefeito	PSDB	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	N
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	RENATO FERNANDES	12444	Vereador	PDT	MA-IMPERATRIZ	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO JÚLIO DE FARIA	15	Prefeito	PMDB	MG-PARÁ DE MINAS	S
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	EMERSON DE CARVALHO ANDRADE	13	Prefeito	PT	MG-COROACI	N
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	GRIMALDO DE OLIVEIRA BICALHO	15	Prefeito	PMDB	MG-INHAPIM	N
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Depósito em espécie	MARIA APARECIDA MAGALHAES BIFANO	15	Prefeito	PMDB	MG-MANHUAÇU	N
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	PABLO CÉSAR DE SOUZA	45555	Vereador	PSDB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	WELLINGTON GONÇALVES DE MAGALHÃES	19456	Vereador	PTN	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	WAGNER MESSIAS SILVA	25678	Vereador	DEM	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	R\$ 30.000,00	Cheque	HEITOR CORREIA FERRER	12	Prefeito	PDT	CE-FORTALEZA	N
BANCO INDUSVAL SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	NABIL GEORGES BONDUKI	13633	Vereador	PT	SP-SÃO PAULO	S

BANCO BMG SA	R\$ 29.000,00	Transferência eletrônica	JOSE CRISTIANO JORGE ROCHA	14750	Vereador	PTB	MG- CONTAGEM	Sup
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	RANIERE DE MEDEIROS BARBOSA	10123	Vereador	PRB	RN-NATAL	S
BANCO ITAU UNBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIS CARLOS NORONHA E SOUSA	15444	Vereador	PMDB	RN-NATAL	Sup
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	FELIPE QUEIROZ DA CUNHA ALVES	15678	Vereador	PMDB	RN-NATAL	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	CLEITON GONÇALVES DA SILVA	20	Prefeito	PSC	PE-JABOATÃO DOS GUARARAPES	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	GLACIALDO DE SOUZA FERREIRA	13	Prefeito	PT	MG- ESMERALDAS	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Depósito em espécie	JOAQUIM GERALDO MENDES	15	Prefeito	PMDB	BA-SANTA RITA DE CÁSSIA	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JULIO CESAR VIERO RUIVO	11	Prefeito	PP	RS-SANTIAGO	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	ILSON MAURO DA SILVA BRUM	11	Prefeito	PP	RS- URUGUAIANA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JAMIL MURAD	65123	Vereador	PC do B	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JOSE DE ARIMATEIA DA SILVA VIANA	13	Prefeito	PT	RR-ALTO ALEGRE	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	MIRIAN CRISTINA CORREA ALVES	13	Prefeito	PT	MG-SANTA LUZIA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Cheque	ALFREDO PAULO MARQUES RODRIGUES	11	Prefeito	PP	RJ-ITAPERUNA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	DANIELA CORREA NOGUEIRA CUNHA	13	Prefeito	PT	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JORGE AGUEDO DE JESUS PERES DE OLIVEIRA FILHO	55700	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	DANIEL ALVES DO CARMO	13	Prefeito	PT	MG- MATOZINHOS	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Cheque	JAMES MOREIRA BATISTA	55	Prefeito	PSD	RR-SÃO LUIZ	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO DE PAULA MIAN	13	Prefeito	PT	SP-SÃO JOAQUIM DA BARRA	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Depósito em espécie	ETTORE LABANCA	40	Prefeito	PSB	PE-SÃO LOURENÇO DA MATA	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ CARLOS GIL	15	Prefeito	PMDB	PR-IVAIPORÃ	S

ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Em espécie	MARCIO CALAFIORI RESENDE	15	Prefeito	PMDB	MG-SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	NIVALDO VENÂNCIO DE MEDEIROS	15	Prefeito	PMDB	PB-SANTA LUZIA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR	65100	Vereador	PC do B	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAÚ UNIBANCO S/A GER OPERAÇÕES	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	NABIL GEORGES BONDUKI	13633	Vereador	PT	SP-SÃO PAULO	S
BANCO BMG SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO MAGELA LUZIA DA SILVA	23600	Vereador	PPS	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	WALDENICE PINHEIRO DE ARAUJO	15	Prefeito	PMDB	MG-SOBRÁLIA	N
BANCO BMG S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	FABIO LUIZ NOGUEIRA CABALLERO	23800	Vereador	PPS	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	N
BANCO LUSO BRASILEIRO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ MARINHO	13	Prefeito	PT	SP-SÃO BERNARDO DO CAMPO	S
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	R\$ 25.000,00	Cheque	DANIEL DINIZ NEPOMUCENO	40100	Vereador	PSB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A	R\$ 25.000,00	Cheque	JOEL GOMES MOREIRA FILHO	36000	Vereador	PTC	MG-BELO HORIZONTE	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	EDVAL BEZERRA DE LIMA	15	Prefeito	PMDB	RN-SENADOR GEORGINO AVELINO	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	EDSON LEMOS	45122	Vereador	PSDB	SC- FLORIANÓPOLIS	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE	45	Prefeito	PSDB	RS-PELOTAS	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ VALDIR ANDRES	11	Prefeito	PP	RS-SANTO ÂNGELO	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	RONALDO MIRO ZULKE	13	Prefeito	PT	RS-SÃO LEOPOLDO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	ADRIANE MARIA MAGALHAES PRADO	11	Prefeito	PP	PI-LUIS CORREIA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARDONE GERMANO	70	Prefeito	PT do B	MG-BAMBUÍ	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARIA GLAUCIA COSTA BRANDAO	45	Prefeito	PSDB	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO JOSÉ DE MATTOS	43690	Vereador	PV	MG-BELO HORIZONTE	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARCOS ANTONIO DANELUZ	13	Prefeito	PT	RS-CAXIAS DO SUL	N

ITAU UNIBANCO SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ALFREDO POLIS	13	Prefeito	PT	RS-ERECHIM	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	JOAO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES	45	Prefeito	PSDB	MA-SÃO LUÍS	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	CAIRO SALIM MARCELINO LOPES	15400	Vereador	PMDB	GO-GOIÂNIA	Sup
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	BRUNO EDUARDO FISCHER PESSUTI	20130	Vereador	PSC	PR-CURITIBA	S
BANCO BMG S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	JORGE HELENO COSTA	45	Prefeito	PSDB	MG-SÃO TIAGO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	ELIENE SOARES SOUSA DA SILVA	13800	Vereador	PT	PA-PARAUAPEBAS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	LENITA NOMAN	45445	Vereador	PSDB	MG-BELO HORIZONTE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PAULO TELLES DA SILVA	15	Prefeito	PMDB	MG-IBIRITÉ	N
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	REINALDO GOMES DE SOUZA	15000	Vereador	PMDB	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	SANTANA DA SILVA GOMES	55515	Vereador	PSD	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 20.000,00	Cheque	DANIELA LUCIA CAVALCANTE MACHADO	40	Prefeito	PSB	CE-PEDRA BRANCA	N
BANCO BUG S.A	R\$ 16.000,00	Em espécie	PEDRO IVO BUENO DA SILVA	14153	Vereador	PTB	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 16.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO ELSON MARQUES DA SILVA	15	Prefeito	PMDB	BA-SANTA MARIA DA VITÓRIA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS VAGNER LOPES FROTA	13	Prefeito	PT	BA-IUIU	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	FRANCISCO ARAUJO DE SOUZA	15	Prefeito	PMDB	RN-ESPÍRITO SANTO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 15.000,00	Depósito em espécie	MÁRIO AUGUSTO DE FREIRE GONÇALVES	11	Prefeito	PP	RS-DOM PEDRITO	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	VANDERLEI POLIZELI	45	Prefeito	PSDB	SP-IPERÓ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	JOÃO CARLOS FAGUNDES MACHADO	11	Prefeito	PP	RS-CAMAQUÃ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ AUGUSTO FUHRMANN SCHNEIDER	45	Prefeito	PSDB	RS-URUGUAIANA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$	Transferência	JUNIOR CARLOS	65	Prefeito	PC do	RS-IJUÍ	N

	15.000,00	eletrônica	PIAIA			B		
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	TELMO JOSE KIRST	11	Prefeito	PP	RS-SANTA CRUZ DO SUL	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	GUTEMBERG PEREIRA DA ROCHA	15	Prefeito	PMDB	RN-SÃO TOMÉ	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ RODOLFO MANTOVANI	11	Prefeito	PP	RS-ERECHIM	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	NEUZA PESSUTI FRANCISCONI	15	Prefeito	PMDB	PR-JARDIM ALEGRE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	JULIO CESAR MORAES GONTIJO	13456	Vereador	PT	MG-CARMO DO PARANAÍBA	S
BANCO BMG S/A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	MARCUS NAGIB GADBEM	15	Prefeito	PMDB	MG-CAXAMBU	N
BANCO BMG SA	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	LUIS MARCELO SILVA PINTO	12	Prefeito	PDT	MG-ITAMONTE	N
BANCO BMG SA	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	NATALINO DIMAS DE OLIVEIRA	10255	Vereador	PRB	MS-DOURADOS	Sup
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 14.000,00	Transferência eletrônica	LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO	70	Prefeito	PT do B	MS-BONITO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 14.000,00	Transferência eletrônica	ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS	70	Prefeito	PT do B	AL-MACEIÓ	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 14.000,00	Transferência eletrônica	ANDRE ANTONIO ALVES	31007	Vereador	PHS	MG-BELO HORIZONTE	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 12.500,00	Transferência eletrônica	JOSÉ AMÉLIO UCHA RIBEIRO	11	Prefeito	PP	RS-UNISTALDA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 12.500,00	Transferência eletrônica	WALBER QUEIROGA DE SOUZA	12	Prefeito	PDT	AP-LARANJAL DO JARI	N
BANCO ITAÚ S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MANOEL LUIZ GONSALVES MACHADO	45	Prefeito	PSDB	RS-BAGÉ	N
BANCO ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	SEBASTIAO BOGNAR	45123	Vereador	PSDB	SP-OSASCO	S
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	ROSANGELA HELENA COELHO	11811	Vereador	PP	SP-CAMPINAS	Sup
ITAU UNIBANCO	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	FABIO MOREIRA SANTOS	70	Prefeito	PT do B	MG-JABOTICATUBAS	S
ITAU UNIBANCO S. A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MARCOS ANTÔNIO PEIXOTO DE SIQUEIRA	65	Prefeito	PC do B	PE-ABREU E LIMA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	HELIO FORTUNATO PEREIRA	40	Prefeito	PSB	BA-CÂNDIDO SALES	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSE AGOSTINHO SOUZA DE ALMEIDA	15	Prefeito	PMDB	PB-GUARABIRA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$	Depósito em	OSMAR JOSE	25	Prefeito	DEM	PR-CARAMBÉI	S

	10.000,00	espécie	CHINATO					
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	BERTOLDO ROVER	55	Prefeito	PSD	PR-IMBITUVA	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE	45	Prefeito	PSDB	RS-PELOTAS	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	GIOVATAN DE SOUZA BUENO	45	Prefeito	PSDB	PR-PALMEIRA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MARCIA REGINA ALE DEPERON	20	Prefeito	PSC	SP-PARAGUAÇU PAULISTA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO ANTONIO DEOTTI IBRAHIM	23400	Vereador	PPS	MG-JUIZ DE FORA	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	ALISSON FURTADO SAMPAIO	11	Prefeito	PP	RS-ROSÁRIO DO SUL	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS DONIZETTI VIEIRA	70	Prefeito	PT do B	MG-DELTA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	IVANIR RONCATTO	13	Prefeito	PT	RS-MARAU	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	JAIME FERNANDES	25	Prefeito	DEM	PR-IPIRANGA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MARIA HELENA DE ALBUQUERQUE	25	Prefeito	DEM	PR-CASTRO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	PAULO RENATO JAGUARÃO SILVA DA ROSA	45	Prefeito	PSDB	RS-JAGUARÃO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO IVO ILKIV	13	Prefeito	PT	PR-UNIÃO DA VITÓRIA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	ROSEMARIO DE OLIVEIRA VILARIM	70	Prefeito	PT do B	ES-ITAGUAÇU	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	TROVÃO VITOR DE OLIVEIRA	11	Prefeito	PP	MG-PEDRA BONITA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	LAURO FROHLICH	55	Prefeito	PSD	SC-GUARAMIRIM	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ FERNANDO ROSSINI PUGLIESI	43	Prefeito	PV	SP-ATIBAIA	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	PAULO CUNHA PAIXAO HENRIQUES	31333	Vereador	PHS	RJ-NITERÓI	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO NOGUEIRA LARANJEIRA	15	Prefeito	PMDB	BA-PALMAS DE MONTE ALTO	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	CLAUDIO ROBERTO RAMOS DA SILVA	13	Prefeito	PT	RS-PAROBÉ	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ PAULO DE OLIVEIRA BARROS	12444	Vereador	PDT	RS-PORTO ALEGRE	Sup

ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	VALDIR BONATTO	45	Prefeito	PSDB	RS-VIAMÃO	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	ZENY DOS SANTOS OLIVEIRA	45	Prefeito	PSDB	RS-SÃO JOSÉ DO NORTE	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO FIORILO	13690	Vereador	PT	SP-SÃO PAULO	S
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	RILDO EMANOEL LEONARDI	15	Prefeito	PMDB	PR-TIBAGI	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOÃO JOSE ALVES DE SOUZA	45	Prefeito	PSDB	MG-BURITIS	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	CRISTIANO ELIAS DOS REIS COSTA	55	Prefeito	PSD	MG-PEDRO LEOPOLDO	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	PAULO JOSE CARLOS GUEDES	13	Prefeito	PT	MG-MONTES CLAROS	N
BANCO BMG S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	GEAN MARQUES LOUREIRO	15	Prefeito	PMDB	SC-FLORIANÓPOLIS	N
BANCO BMG S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ CARLOS DE ASSIS	15	Prefeito	PMDB	MG-ANTÔNIO DIAS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ CARLOS DE ASSIS	15	Prefeito	PMDB	MG-ANTÔNIO DIAS	S
BANCO BMG SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	FELIPE JOSE MOTA RIBEIRO	40000	Vereador	PSB	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOÃO MAURO BERNARDO	13	Prefeito	PT	MG-BRAZÓPOLIS	S
BANCO BMG SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	NACIB CARVALHO HELAL	45678	Vereador	PSDB	MG-GOVERNADOR VALADARES	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	SILVIO DE SÁ BATISTA	13013	Vereador	PT	MG-SETE LAGOAS	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	R\$ 10.000,00	Cheque	JOSE NIVAL FREIRE DA SILVA	40190	Vereador	PSB	CE-FORTALEZA	Sup
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 10.000,00	Cheque	DANIELA LUCIA CAVALCANTE MACHADO	40	Prefeito	PSB	CE-PEDRA BRANCA	N
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 10.000,00	Cheque	ROBERT BURNS MOREIRA DE OLIVEIRA	36888	Vereador	PTC	CE-FORTALEZA	Sup
BANCO MAXIMA S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	BRUNO FERREIRA DE MATTOS	25255	Vereador	DEM	RJ-RIO DE JANEIRO	Sup
BES - INVESTIMENTOS DO BRASIL S/A	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO ARAUJO DE LACERDA	40	Prefeito	PSB	MG-BELO HORIZONTE	S



BES INVESTIMENTO DO BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO	25	Prefeito	DEM	BA-SALVADOR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 9.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO DE PADUA LIMA SAMPAIO	15	Prefeito	PMDB	MG-LAGOA DA PRATA	N
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	R\$ 8.933,91	Outros títulos de crédito	TANIA BARBARA CHAVES MACHADO	23122	Vereador	PPS	BA-SALVADOR	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 8.750,00	Estimado	JOSÉ DE ANDRADE LUCAS	22444	Vereador	PR	PE-SÃO JOSÉ DO BELMONTE	S
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 8.500,00	Depósito em espécie	JOSÉ AFONSO LOBATO	43	Prefeito	PV	SP-TAUBATÉ	N
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	FRANCISCO DE ARAÚJO MELO	23	Prefeito	PPS	SP-JUQUITIBA	S
ITAÚ UNIBACO S/A	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	RODRIGO ABDALA PROENÇA	23	Prefeito	PPS	SP-CAPIVARI	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	ARY ANTONIO DESPEZZIO CINTRA	12	Prefeito	PDT	SP-SÃO LOURENÇO DA SERRA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	DANIEL DE OLIVEIRA COSTA	15	Prefeito	PMDB	SP-SÃO ROQUE	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	JOSÉ CARLOS OLIVEIRA	55055	Vereador	PSD	SP-SÃO PAULO	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	VANDERLEI JOSE MARSICO	14	Prefeito	PTB	SP-TAQUARITINGA	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	FABIA DA SILVA PORTO ROSSETTI	13	Prefeito	PT	SP-SANTA ISABEL	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 8.500,00	Transferência eletrônica	MANOEL DAVID KORN DE CARVALHO	55	Prefeito	PSD	SP-TIETÊ	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 8.000,00	Transferência eletrônica	FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE SANTANA	12	Prefeito	PDT	BA-SALINAS DA MARGARIDA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 8.000,00	Transferência eletrônica	TELMO PEDRO VIEIRA	45250	Vereador	PSDB	SC-SÃO JOSÉ	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 8.000,00	Depósito em espécie	MARCIO FERRAZ DE OLIVEIRA	13	Prefeito	PT	BA-TREMEDAL	S
BANCO BMG SA	R\$ 8.000,00	Transferência eletrônica	ISRAEL VIEIRA DE MATOS JUNIOR	11	Prefeito	PP	MG-MORRO DO PILAR	N
BANCO BMG SA	R\$ 8.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO NUNES COELHO JUNIOR	15	Prefeito	PMDB	MG-VIRGINÓPOLIS	N
BANCO BMGS/A	R\$ 8.000,00	Em espécie	CARLOS LUCIO LOPES	40	Prefeito	PSB	MG-SÃO FRANCISCO DE PAULA	N
ITAU UNIBANCO S A	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	MARCOS SANTANA REZENDE	55100	Vereador	PSD	SP-MARÍLIA	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 7.500,00	Transferência	IUSSEF ROGERIO	23	Prefeito	PPS	MG-RAUL	N

		eletrônica	DE OLIVEIRA FELIPE				SOARES	
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	ANSELMO PIRES DE CARVALHO	43	Prefeito	PV	MG-PINGO D'ÁGUA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	ADRIANO GOMES DE OLIVEIRA	15	Prefeito	PMDB	RN-SANTANA DO SERIDÓ	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 7.500,00	Depósito em espécie	JOÃO SEVERO DE LIMA JUNIOR	45699	Vereador	PSDB	SC-JOINVILLE	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	ROSANI MARIA FIN FLORES	11	Prefeito	PP	RS-GARIBALDI	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	CLODOALDO ROBERTO GALLI	43	Prefeito	PV	SP-MACATUBA	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 7.500,00	Transferência eletrônica	IVAN ANTÔNIO DE FREITAS	27	Prefeito	PSDC	MG-MUZAMBINHO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 7.400,00	Transferência eletrônica	OTOMAR OLEQUES VIVIAN	11	Prefeito	PP	RS-CAÇAPAVA DO SUL	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 7.000,00	Transferência eletrônica	ALIPIO MARQUES DA ROCHA	22789	Vereador	PR	MG-SANTA LUZIA	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 6.000,00	Transferência eletrônica	JOAO BATISTA TRINDADE AZZI	25	Prefeito	DEM	MG-DESTERRO DE ENTRE RIOS	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 6.000,00	Transferência eletrônica	ROSELI GASPAR	13613	Vereador	PT	SP-JACAREÍ	S
ITAU INIBANCO S.A	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	NICOLAU NERI GOMES	13014	Vereador	PT	RS-PASSO FUNDO	Sup
ITAÚ UNIBANCO	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ARNALDO KNEY	45	Prefeito	PSDB	RS-IVOTI	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ADELMIR GAIARDO	13	Prefeito	PT	RS-TAPEJARA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO ENGELMANN	13	Prefeito	PT	RS-ESTÂNCIA VELHA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ANDRE MACHADO	45456	Vereador	PSDB	SC-PALHOÇA	Sup
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	FABRICIO DONIZETTI VANZELLI	25	Prefeito	DEM	SP-TRABIJU	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	ANTONIO HELLY SANTIAGO	25	Prefeito	DEM	PR-VENTANIA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Em espécie	CARLOS LUCIO LOPES	40	Prefeito	PSB	MG-SÃO FRANCISCO DE PAULA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	EMILIO MILLAN NETO	13613	Vereador	PT	RS-CANOAS	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	IVO FIOROTTI	13114	Vereador	PT	RS-CANOAS	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	LEANDRO ADAMS	13	Prefeito	PT	RS-CARAZINHO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	MARCIA IVANA DA SILVA FALCÃO	13630	Vereador	PT	RS-CANOAS	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO ROBERTO BUENO PINTO	13013	Vereador	PT	RS-CANOAS	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 5.000,00	Transferência	WALDEMAR	25	Prefeito	DEM	RN-POÇO	N

		eletrônica	HORÁCIO DE GOIS NETO				BRANCO	
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	JONATAN BRONSTRUP	45	Prefeito	PSDB	RS-TEUTÔNIA	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ORNELAS RODRIGUES BORBA	70	Prefeito	PT do B	MG-CONCEIÇÃO DA APARECIDA	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO ALVES BENTO	13200	Vereador	PT	RS-ERECHIM	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	SILVIO AMBROZIO	13633	Vereador	PT	RS-ERECHIM	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA	15	Prefeito	PMDB	PB-SÃO MAMEDE	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	JOÃO CARLOS DA SILVA CALDAS	13013	Vereador	PT	RS-GUAÍBA	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO FELIX MACHADO	13	Prefeito	PT	RS-BUTIÁ	S
ITAÚ UNIBANCO S/A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	MARCOS VINÍCIUS CORNELI	13123	Vereador	PT	RS-CACHOEIRA DO SUL	S
BANCO BMG S.A	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	LUCIO MARCOS DA SILVEIRA	22	Prefeito	PR	MG-RIO ESPERA	N
BANCO BMG S.A	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	MAYRON CESAR TAVARES TORRES	14500	Vereador	PTB	MG-PEDRO LEOPOLDO	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ADRIANO PEREIRA LOURENÇO	31299	Vereador	PHS	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO BMG S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	ARCÍLIO VENÂNCIO RIBEIRO	45	Prefeito	PSDB	MG-ASTOLFO DUTRA	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	HILARIO DARCK DOS REIS	15	Prefeito	PMDB	MG-CEDRO DO ABAETÉ	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	MARCIO MANSUR DE AZEVEDO	13111	Vereador	PT	MG-JUIZ DE FORA	Sup
BANCO BMG S/A	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	CRISTIANO CARVALHO DE ALMEIDA LIMA	12777	Vereador	PDT	MG-MUZAMBINHO	S
BANCO BMG SA	R\$ 5.000,00	Depósito em espécie	ELIEL MARCIO DO CARMO	17200	Vereador	PSL	MG-CONTAGEM	S
BANCO BMG SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	GENILTON NONATO MARTINS	33900	Vereador	PMN	MG-RIBEIRÃO DAS NEVES	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	MAISA PATRICIA VELLOSO	13123	Vereador	PT	MG-TRÊS PONTAS	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	SAULO CLEMENTINO MARTINS FILHO	15900	Vereador	PMDB	MG-CURVELO	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 5.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO FINASA S/A	R\$ 5.000,00	Estimado	ERALDO	65	Prefeito	PC do	AL-DELMIRO	N

			JOAQUIM CORDEIRO			B	GOUVEIA	
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	R\$ 5.000,00	Cheque	LUIZA DE MARILAC MARTINS E SILVA PERDIGÃO	43	Prefeito	PV	CE-PENTECOSTE	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 4.500,00	Transferência eletrônica	JAIRO DOS SANTOS	43007	Vereador	PV	SP-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	Sup
BANCO ITAUCARD SA	R\$ 4.275,00	Estimado	JOÃO DIRANI JUNIOR	40040	Vereador	PSB	ES-MARATAÍZES	Sup
BANCO ITAU UNIBANCO SA	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	FÁBIO ANTÔNIO MACHADO	12345	Vereador	PDT	MG-REDUTO	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	JACKSON LUIZ FAGUNDES CABRAL	45	Prefeito	PSDB	RS-PINHEIRO MACHADO	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO VASCONCELOS RIBEIRO	33	Prefeito	PMN	MG-SÃO ROMÃO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ELISIO DE OLIVEIRA	15678	Vereador	PMDB	MG-FERROS	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 4.000,00	Depósito em espécie	BENEDITO VALTER DE MORAIS	45	Prefeito	PSDB	MG-CARBONITA	N
BANCO BMG SA	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO HENRIQUE SOBREIRO	22	Prefeito	PR	MG-CONGONHAL	S
BANCO DO BRASIL	R\$ 4.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 3.600,00	Estimado	JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO	15555	Vereador	PMDB	BA-SÁTIRO DIAS	S
BANCO ITAU S/A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JOSAFA ALMEIDA LIMA	17	Prefeito	PSL	PE-SÃO CAITANO	N
BANCO ITAÚ SA	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	VITAL MARIA DOS SANTOS SOBREIRA MACHADO	14	Prefeito	PTB	PE-SÃO JOSÉ DO BELMONTE	N
ITAU UNIBANCOS.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	MARCIO PEREIRA DE MELO	11456	Vereador	PP	PE-PAULISTA	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	ENILDA LEONEL PEREIRA	13	Prefeito	PT	PE-PARANATAMA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JOSE LEMOS DE VASCONCELOS	55	Prefeito	PSD	PE-VENTUROSA	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Depósito em espécie	PEDRO HENRIQUE MONTEIRO LEÃO	31200	Vereador	PHS	PE-RECIFE	Sup
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	SANDRA FELIX DA SILVA	45	Prefeito	PSDB	PE-CONDADO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	UILSON DE MOURA FRANÇA	14	Prefeito	PTB	PE-CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	VERONICA DE OLIVEIRA CUNHA	14	Prefeito	PTB	PE-LAGOA DOS GATOS	S

			SOARES					
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	WALTER LUIZ RIBEIRO MAROJA FILHO	55	Prefeito	PSD	PE-BONITO	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	ANTONIO MATIAS PEREIRA BORBA	17	Prefeito	PSL	PE-ITAQUITINGA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JORGE DE MELO ELIAS	14	Prefeito	PTB	PE-IATI	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JOSIMARA CAVALCANTI RAMOS RODRIGUES	14	Prefeito	PTB	PE-DORMENTES	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	LAMARTINE MENDES DOS SANTOS	40	Prefeito	PSB	PE-LAGOA DE ITAENGA	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	MARCIO DOUGLAS CAVALCANTI DUARTE	40	Prefeito	PSB	PE-ANGELIM	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	MAURILIO DE ALMEIDA SILVA	14	Prefeito	PTB	PE-ALAGOINHA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	BRUNO BORBA RIBEIRO	40	Prefeito	PSB	PE-ITAMBÉ	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	EDMILSON ALVES DO NASCIMENTO	14700	Vereador	PTB	PE-PAULISTA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	DANNILO CAVALCANTE VIEIRA	45	Prefeito	PSDB	PE-BOM CONSELHO	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JULIANO VASCONCELOS GONCALVES	23456	Vereador	PPS	MG-MARIANA	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	CLAUDIO FERNANDO GUEDES BEZERRA	40	Prefeito	PSB	PE-ALIANÇA	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Cheque	GIOVANNI OLIVEIRA RATTACASO FILHO	31111	Vereador	PHS	PE-RECIFE	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Outros títulos de crédito	IRANEIDE MARQUES DE LIRA SILVA	55	Prefeito	PSD	PE-SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JOSE ROBERTO SANTOS DE MOURA ACCIOLY	22622	Vereador	PR	PE-CAMARAGIBE	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	ROMUALDO MAGELA DOS SANTOS	70	Prefeito	PT do B	MG-CRUCILÂNDIA	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	EDSON LOPES CAVALCANTE	45	Prefeito	PSDB	PE-LAGOA DO OURO	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 3.500,00	Transferência eletrônica	JAIR BAGESTAO	13013	Vereador	PT	RS-PAROBÉ	S

ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 3.500,00	Em espécie	JOSE TARCIZO FEIJO DE MELO	40	Prefeito	PSB	PE-GAMELEIRA	N
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A	R\$ 3.150,00	Estimado	RENE DARIF PALHANO	55200	Vereador	PSD	SC-PORTO UNIÃO	Sup
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO LAZARO DOS SANTOS	27	Prefeito	PSDC	MG-CLÁUDIO	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	RAFAEL DA SILVA RODRIGUES	13713	Vereador	PT	RS-BAGÉ	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	ANILTON MOACIR DE OLIVEIRA PEREIRA	13456	Vereador	PT	RS-SAPIRANGA	Sup
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	JAIRO MARQUES SANTERRA MADUREIRA	13688	Vereador	PT	RS-GRAVATAÍ	Sup
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO ANTONIO BARCELOS OLIVEIRA	13147	Vereador	PT	RS-VIAMÃO	Sup
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	JANISE ALVARES COLLARES DA SILVA	13123	Vereador	PT	RS-BAGÉ	Sup
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	OMAR SOARES ABDEL GHANI	13999	Vereador	PT	RS-BAGÉ	S
BANCO BMG	R\$ 3.000,00	Depósito em espécie	JOSE ANGELO AMADOR	25602	Vereador	DEM	MG-ITABIRA	Sup
BANCO BMG LTDA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO ANANIAS DE SOUSA	40222	Vereador	PSB	MG-OLIVEIRA	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Depósito em espécie	FABIO MOREIRA SANTOS	70	Prefeito	PT do B	MG- JABOTICATUBAS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	JOÃO JOSE ALVES DE SOUZA	45	Prefeito	PSDB	MG-BURITIS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Em espécie	JOSÉ ALBERTO MENDES	20120	Vereador	PSC	MG- FELIXLÂNDIA	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO MENEZES PEREIRA	28123	Vereador	PRTB	MG-SANTA LUZIA	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO VARGAS DE SOUSA CRUZ	22000	Vereador	PR	MG-ABAETÉ	S
BANCO BMG S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	RONALDO CARDOSO DOS SANTOS	15711	Vereador	PMDB	MG-BELO HORIZONTE	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	DARIO AUGUSTO MARQUES DA SILVA	15700	Vereador	PMDB	MG-CURVELO	Sup
BANCO BMG SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	DUARTE SEVERINO GOMES	25666	Vereador	DEM	MG-CURVELO	S
BANCO BMG SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	GUSTAVO DAS NEVES	10789	Vereador	PRB	MG-CURVELO	S

			FERNANDES					
BANCO BMG SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	HENRIQUE DUARTE GUTFRAIND	13699	Vereador	PT	MG-CURVELO	S
BANCO BMG SA	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	MAURICIO DINIZ MAGALHAES	40123	Vereador	PSB	MG-CURVELO	Sup
BANCO BMC S/A	R\$ 3.000,00	Estimado	HERIBERTO FARIAS DA SILVA	15000	Vereador	PMDB	AL-PILAR	Sup
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO	R\$ 3.000,00	Estimado	SILVANO AMARILDO BOURDOT	25999	Vereador	DEM	SC-SÃO JOÃO BATISTA	Sup
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 3.000,00	Estimado	ÂNGELA MARIA TAVARES ALVES	11011	Vereador	PP	SC-SÃO JOÃO BATISTA	Sup
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 3.000,00	Estimado	RODOLFO COSTA BOTELHO	22	Prefeito	PR	TO-DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	N
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 3.000,00	Estimado	WANDSON MOACIR CORREA DE OLIVEIRA	19555	Vereador	PTN	PA-BARCARENA	S
BANCO ITAU LEASING S/A	R\$ 3.000,00	Estimado	VERA NEIDE DE SOUZA E SILVA	22888	Vereador	PR	ES-VILA VELHA	Sup
CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTI	R\$ 3.000,00	Estimado	ROSELENE CIRILO GRIPPA	11500	Vereador	PP	SC-CANELINHA	Sup
ITAU LEASING SA	R\$ 3.000,00	Estimado	ARLETE LOZ FELLER	14014	Vereador	PTB	SC-SÃO JOÃO BATISTA	Sup
BANCO LUSO BRASILEIRO S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	SEBASTIAO ALVES DE ALMEIDA	13	Prefeito	PT	SP-GUARULHOS	S
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 2.600,00	Estimado	HELIO NUNES DE OLIVEIRA	20234	Vereador	PSC	PR-CURITIBA	Sup
BANCO ITAUCARD SA	R\$ 2.520,00	Estimado	GERALDO DE BRITO	15155	Vereador	PMDB	PR-LAPA	
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 2.500,00	Transferência eletrônica	JOSE GERALDO MUNIZ	23500	Vereador	PPS	MG-OURO PRETO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 2.500,00	Transferência eletrônica	SUSETTE BORBA PEREIRA	13113	Vereador	PT	RS-CAPÃO DA CANOA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 2.500,00	Transferência eletrônica	SAULO LASMAR	22	Prefeito	PR	MG-CAMPO BELO	N
BANCO DO BRASIL	R\$ 2.500,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 2.500,00	Cheque	ELSON FERREIRA DE SA	15831	Vereador	PMDB	MG-ITABIRA	Sup
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 2.500,00	Cheque	ELSON FERREIRA DE SA	15831	Vereador	PMDB	MG-ITABIRA	Sup
BANCO ITAULEASING AS	R\$ 2.500,00	Estimado	FRANCISCO DE ASSIS CAVALCANTE SA	45123	Vereador	PSDB	PA-TAILÂNDIA	Sup
CIA ITAULEASING ARR MERC GRUPO ITAU	R\$ 2.500,00	Estimado	JACQUELINE FARIAS DA SILVA	31123	Vereador	PHS	PA-TAILÂNDIA	N
BANCO ITAUCARD	R\$ 2.500,00	Estimado	LUCILIA SILVA	19123	Vereador	PTN	PA-TAILÂNDIA	N

SA			BARROS					
BANCO ITAULEASING SA	R\$ 2.450,00	Estimado	CICERO FELIX BARBOSA	31555	Vereador	PHS	AL-TEOTÔNIO VILELA	Sup
BANCO ITAU S.A	R\$ 2.194,00	Depósito em espécie	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAU CARD SA	R\$ 2.100,00	Estimado	ANDRE LUIZ ELOY COSTA	15380	Vereador	PMDB	BA-CRUZ DAS ALMAS	S
BANCO ITAU CARD SA	R\$ 2.100,00	Estimado	MARCÍLIO CARVALHO DE PAULA	45610	Vereador	PSDB	MG-SANTA RITA DE IBITIPOCA	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 2.000,00	Transferência eletrônica	RAMON CAMILO MARQUES RODRIGUES DE PAULA	25777	Vereador	DEM	MG-OURO PRETO	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 2.000,00	Em espécie	RICARDO TEODORO DE MELO	12555	Vereador	PDT	MG-MUZAMBINHO	Sup
BANCO BMG S/A	R\$ 2.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ MILTON DA SILVA	12222	Vereador	PDT	MG-MUZAMBINHO	Sup
BANCO BMG S/A	R\$ 2.000,00	Em espécie	SILVINO CLEVER DE FREITAS	12345	Vereador	PDT	MG-MARTINHO CAMPOS	Sup
BMG S. A.	R\$ 2.000,00	Depósito em espécie	PEDRO ALBINO OWSIANY ROCHA	15	Prefeito	PMDB	MG-SOLEDADE DE MINAS	N
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 2.000,00	Estimado	MARCILIO GALINDO PEREIRA LOPES	55555	Vereador	PSD	BA-SIMÕES FILHO	Sup
BANCO FINASA S/A	R\$ 2.000,00	Estimado	ERIVELTO EVANGELISTA DA SILVA	45333	Vereador	PSDB	MT-JACIARA	Sup
ITAU LEASING SA	R\$ 2.000,00	Estimado	MUNIZ ARAÚJO PEREIRA	55	Prefeito	PSD	TO-TOCANTÍNIA	S
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 2.000,00	Estimado	JUCÉLIA SANTOS ALMEIDA	13111	Vereador	PT	BA-CURAÇÁ	Sup
BANCO VOLKSEAGEN SA	R\$ 2.000,00	Estimado	PAULO JOSE CARLOS GUEDES	13	Prefeito	PT	MG-MONTES CLAROS	N
BANCO SAFRA S/A	R\$ 1.850,00	Estimado	FRANCISCO CARLOS COSSATTI	45111	Vereador	PSDB	ES-CASTELO	Sup
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 1.800,00	Estimado	EPAMINONDAS PIRES DE MIRANDA	22	Prefeito	PR	MG-SERRO	S
ITAU LEASING SA	R\$ 1.800,00	Estimado	VICENTE AUGUSTO BUENO	19777	Vereador	PTN	SP-INDAIATUBA	N
BANCO BMC S/A	R\$ 1.780,00	Estimado	MARCIO ALVES FONTES	13111	Vereador	PT	MT-ITIQUEIRA	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 1.600,00	Estimado	CLEYTON ALESSANDRO DE MORAIS	23	Prefeito	PPS	SP-SETE BARRAS	N
BANCOITAULEASING	R\$ 1.550,00	Estimado	GERTRUDES LAQUINI	45677	Vereador	PSDB	ES-CASTELO	Sup



			VETTORAZZI					
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 1.550,00	Estimado	AGOSTINHO FERREIRA MACHADO	45678	Vereador	PSDB	ES-CASTELO	Sup
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	ODAIR BENEDITO DIAS SILVEIRA	43043	Vereador	PV	SP-AMERICANA	S
BANCO BMG S.A	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	MARIO CESAR DOS SANTOS	15100	Vereador	PMDB	MG-TRÊS PONTAS	Sup
BANCO BMG S/A	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	MARTA APARECIDA DE OLIVEIRA	15123	Vereador	PMDB	MG-CARMO DO RIO CLARO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	WAGNER THIAGO DE PAULA TEIXEIRA	15	Prefeito	PMDB	MG-DORES DE CAMPOS	N
B.M.G S.A	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	JOSE BATISTA NETO	15000	Vereador	PMDB	MG-ALFENAS	Sup
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 1.500,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 1.500,00	Estimado	JOSE NETO DA SILVA	11789	Vereador	PP	AC-ACRELÂNDIA	Sup
ITAU LEASING SA	R\$ 1.500,00	Estimado	FRANCISCO DE ASSIS BRITO DE OLIVEIRA	15678	Vereador	PMDB	CE-TAMBORIL	Sup
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 1.300,00	Estimado	MARCOS VINICIOS ARAUJO PINTO	12	Prefeito	PDT	BA-TEOLÂNDIA	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 1.250,00	Transferência eletrônica	ALBERTO JOSE PEREIRA	70777	Vereador	PT do B	MG-GALILÉIA	S
BANCO ITAUCARD S.A.	R\$ 1.250,00	Estimado	ANTONIO BAGIO DOBICZ	15315	Vereador	PMDB	SC-RIO DOS CEDROS	Sup
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 1.200,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
BANCO GMAC S/A	R\$ 1.200,00	Estimado	FABIANO VITOR ELEUTERIO	25888	Vereador	DEM	MG-SANTA BÁRBARA	Sup
CIA ITAU LEASING DE ARR MERCANTIL	R\$ 1.200,00	Estimado	LUIZ HENRIQUE DAVID DE SANSON	15015	Vereador	PMDB	RJ-PETRÓPOLIS	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 1.200,00	Estimado	JOSE AURELIO PEREIRA	14200	Vereador	PTB	SC-TIMBÓ	Sup
BANCO SAFRA S/A - ARR ISOLDE MARIA BORGES	R\$ 1.200,00	Estimado	THAFFAREL LUIS BORGES	13900	Vereador	PT	SC-TIMBÓ	Sup
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 1.193,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
CIA ITAU LEASING	R\$ 1.190,00	Estimado	JOSÉ FAGNE DE	45222	Vereador	PSDB	PE-SANTA	Sup

ARREND MERCANTIL			MELO				MARIA DO CAMBUCÁ	
CIA ITAU LEASING ARR. MERCANTIL	R\$ 1.100,00	Estimado	FRANCISCO DAS CHAGAS CANDIDO COSTA	55111	Vereador	PSD	CE-QUIXADÁ	Sup
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 1.000,00	Estimado	RODOLFO COSTA BOTELHO	22	Prefeito	PR	TO- DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	N
BANCO FINASA S/A	R\$ 1.000,00	Estimado	EDIGAR EVANGELISTA DOS ANJOS	43	Prefeito	PV	BA-VITÓRIA DA CONQUISTA	N
BANCO ITAU LEASING S A	R\$ 1.000,00	Estimado	LUIZ CARLOS ANASTACIO	12	Prefeito	PDT	SP-BARRETOS	N
BANCO ITAULEASING S.A	R\$ 1.000,00	Estimado	EDEMAR ROCKENBACH	12615	Vereador	PDT	PR-TOLEDO	Sup
CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTI	R\$ 1.000,00	Estimado	EDIVALDO CARDOSO DE OLIVEIRA	15633	Vereador	PMDB	SP-VARGEM	S
ITAU LEASING SA	R\$ 1.000,00	Estimado	ANA AMELIA SILVA MENEZES	23544	Vereador	PPS	PI-TERESINA	Sup
BANCO ITAUCARD SA	R\$ 1.000,00	Estimado	ANTONIO PEREIRA	45123	Vereador	PSDB	CE-SENADOR SÁ	S
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 1.000,00	Estimado	PAULO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA	14321	Vereador	PTB	SP-SUZANO	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 951,03	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 951,03	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO VOLKSEAGEN SA	R\$ 900,00	Estimado	RICARDO DE ALMEIDA DINIZ	14400	Vereador	PTB	SP-JUNDIAÍ	Sup
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA	R\$ 800,00	Estimado	GILMARA ELISA RICARDO	23123	Vereador	PPS	SC-RIO DOS CEDROS	Sup
BANCO SAFRA S.A (ARLINDO DIAS)	R\$ 800,00	Estimado	EDUARDO CÉSAR MOTTA DIAS	13456	Vereador	PT	MG-BOM JESUS DO AMPARO	S
BANCO FINASA BNC S/A	R\$ 700,00	Estimado	LILIAN MARA MARTINI GONÇALVES	45345	Vereador	PSDB	PR- INDIANÓPOLIS	S
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 700,00	Estimado	ALBERTO LOPES	44456	Vereador	PRP	ES-ARACRUZ	Sup
BANCO ITAU S.A	R\$ 632,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO BMC S/A	R\$ 610,00	Estimado	MARIA DA PENHA CRUZ	55046	Vereador	PSD	ES-SERRA	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 610,00	Estimado	HUDSON ROMULO PIMENTEL	55678	Vereador	PSD	ES-SERRA	Sup

BANCO DO BRASIL SA	R\$ 600,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
CIA ITAU LEASING ARR. MERCANTIL	R\$ 600,00	Estimado	JOSÉ DO NASCIMENTO	10123	Vereador	PRB	PB-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	S
CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTI	R\$ 600,00	Estimado	GERALDO LAZARO DOS SANTOS	27	Prefeito	PSDC	MG-CLÁUDIO	N
BANCO SANTANDER S/A	R\$ 600,00	Estimado	SILAS NUNES FERREIRA	23333	Vereador	PPS	MS-NIOAQUE	S
CIA ITAULEASING DE ARR MERCANTI	R\$ 550,00	Estimado	LARISSA MARA MARQUETTE MARTINS	13133	Vereador	PT	PR-AGUDOS DO SUL	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 500,00	Transferência eletrônica	ROBSON DE SOUZA LACERDA	28123	Vereador	PRTB	MG-ESPERA FELIZ	S
BANCO BMC SA	R\$ 500,00	Estimado	DANIEL INÁCIO CASTRO	14200	Vereador	PTB	RS-ILÓPOLIS	Sup
BANCO FINASA SA	R\$ 500,00	Estimado	VALERIA CRISTINA TAVARES DO AMARAL MONTEIRO	13000	Vereador	PT	RJ-ARARUAMA	Sup
BANCO ITAULEASING S/A	R\$ 500,00	Estimado	MARCIA RAMOS DE AZEVEDO	15715	Vereador	PMDB	SC-RIO DO SUL	Sup
BANCO ITAULEASING SA	R\$ 500,00	Estimado	ALCIONE CRISOSTOMO NOGUEIRA DA GAMA	22242	Vereador	PR	MG-JUATUBA	Sup
BANCO ITAULEASING SA	R\$ 500,00	Estimado	ORLANDO TREVISAN JUNIOR	14	Prefeito	PTB	SP-IBATÉ	N
BANCO ITAULEASING AS	R\$ 500,00	Estimado	MARCELO FILLA	22333	Vereador	PR	PR-CAMPO DO TENENTE	S
ITAU LEASING SA	R\$ 500,00	Estimado	LUCIANO SOARES DA SILVA	15222	Vereador	PMDB	PB-CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	Sup
BANCO ITAUCARD AS	R\$ 500,00	Estimado	PAULO RENATO QUEGE	23222	Vereador	PPS	PR-CAMPO DO TENENTE	S
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$ 491,62	Outros títulos de crédito	MARCELO FORTES BARBIERI	15	Prefeito	PMDB	SP-ARARAQUARA	S
BANCO ITAU SA	R\$ 400,00	Estimado	MAURA MARIA FONTENELLE SOARES	45500	Vereador	PSDB	MG-VIÇOSA	Sup
BANCO ITAU SA	R\$ 400,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA COSTA FABIANO SOARES	33101	Vereador	PMN	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO ITAU SA	R\$ 400,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA COSTA FABIANO SOARES	33101	Vereador	PMN	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 350,00	Transferência	MANOEL	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI	S

SA		eletrônica	RODRIGUES DOS SANTOS				DE GOIÁS	
BANCO ITAU S.A	R\$ 311,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAU S.A	R\$ 311,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO DO BRASIL	R\$ 300,00	Transferência eletrônica	JOSE WALBER BORGES PINHEIRO	40789	Vereador	PSB	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 300,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
BANCO ITAULEASING S.A	R\$ 300,00	Estimado	ANDERSON CARLOS SILVEIRA DIAS	23123	Vereador	PPS	MG-JAÍBA	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 300,00	Outros títulos de crédito	ANA MARIA DE ASSIS	31321	Vereador	PHS	MG-ILICÍNEA	S
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A	R\$ 250,00	Transferência eletrônica	DIVINO ADÃO CABRAL	33133	Vereador	PMN	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A	R\$ 250,00	Transferência eletrônica	DIVINO ADÃO CABRAL	33133	Vereador	PMN	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 250,00	Transferência eletrônica	MARCILIO DE JESUS DOS SANTOS MEDEIROS	12212	Vereador	PDT	PA-BELÉM	Sup
BANCO DO BRASIL SA	R\$ 200,00	Transferência eletrônica	MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS	15678	Vereador	PMDB	GO-GUARANI DE GOIÁS	S
BANCO ITAULEASING S.A	R\$ 200,00	Estimado	GILSON FERREIRA DA SILVA	55029	Vereador	PSD	SC-IBIRAMA	S
BANCO SOFISA S/A	R\$ 126,73	Estimado	HENRIQUE FORNECK	12550	Vereador	PDT	RS-POÇO DAS ANTAS	Sup
BANCO DO BRASIL	R\$ 73,00	Outros títulos de crédito	JOSE RONALDO BOLOGNEZZI	22500	Vereador	PR	SP-JABOTICABAL	Sup
ITAU UNIBANCO	R\$ 72,50	Outros títulos de crédito	IVANOR DAMIÃO BERNARDI	55	Prefeito	PSD	PR-CORBÉLIA	S
BANCO ITAU S.A	R\$ 69,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO SOFISA S/A	R\$ 53,36	Estimado	HENRIQUE FORNECK	12550	Vereador	PDT	RS-POÇO DAS ANTAS	Sup
BANCO DO BRASIL S.A.	R\$ 50,02	Outros títulos de	MARCELO FORTES BARBIERI	15	Prefeito	PMDB	SP-ARARAQUARA	S

		crédito						
ITAU LEASING SA	R\$ 50,00	Estimado	KATIA CRISTINA MARTINS	13999	Vereador	PT	MG-DIAMANTINA	Sup
BANCO ITAU SA	R\$ 50,00	Estimado	MARLI DAS GRAÇAS LOPES BEZE	43333	Vereador	PV	MG-SÃO FRANCISCO DE PAULA	Sup
BANCO ITAUCARD S/A	R\$ 50,00	Estimado	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	12269	Vereador	PDT	MG-BETIM	Sup
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S/A	R\$ 42,00	Transferência eletrônica	DIVINO ADÃO CABRAL	33133	Vereador	PMN	GO-GOIÂNIA	Sup
BANCO ITAU S.A	R\$ 28,50	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAU S.A	R\$ 20,00	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO BRADESCO S.A	R\$ 2,90	Depósito em espécie	ANDREY CARDOSO MONTEIRO	12333	Vereador	PDT	PA-SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	S
BANCO ITAU S.A	R\$ 2,70	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAULEASING S.A.	R\$ 1,00	Estimado	SANDRA MARA LOREGIAN	11111	Vereador	PP	SC-VARGEÃO	Sup
BANCO ITAU S.A	R\$ 0,35	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S
BANCO ITAU S.A	R\$ 0,35	Transferência eletrônica	MARIA APARECIDA GARCÊZ HENRIQUE	43147	Vereador	PV	GO-GOIÂNIA	S

Dados TSE. Elaboração do autor.

3 – Presidenciais, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Governadores e Senadores que receberam doações de bancos em 2010 por ordem decrescente de valores.

Doador	Valor R\$	Espécie do Recurso	Nome do Candidato	Número do Candidato	Candidatura	Partido	UF	Situação
ITAU INIBANCO S.A	R\$ 2.000.000,00	Transferência eletrônica	DILMA VANA ROUSSEFF	13	Presidente	PT	BR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 2.000.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ SERRA	45	Presidente	PSDB	BR	N
ITAU INIBANCO S.A	R\$ 1.500.000,00	Transferência eletrônica	DILMA VANA ROUSSEFF	13	Presidente	PT	BR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 1.500.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ SERRA	45	Presidente	PSDB	BR	N
BANCO ITAU S/A	R\$ 1.000.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO JOSE RODRIGUES ALCKMIN FILHO	45	Governador	PSDB	SP	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 1.000.000,00	Transferência eletrônica	ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	13	Governador	PT	SP	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 750.000,00	Transferência eletrônica	MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	43	Presidente	PV	BR	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 700.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	15	Governador	PMDB	RJ	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 700.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 600.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	15	Governador	PMDB	RJ	S
BANCO BMG LTDA	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ALBERTO RICHIA	45	Governador	PSDB	PR	S
BANCO BMG LTDA	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO DAMATA PIMENTEL	133	Senador	PT	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	HÉLIO CALIXTO DA COSTA	15	Governador	PMDB	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	SILVAL DA CUNHA BARBOSA	15	Governador	PMDB	MT	S
BANCO BONSUCESSO S.A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	SILVAL DA CUNHA BARBOSA	15	Governador	PMDB	MT	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	SILVAL DA CUNHA BARBOSA	15	Governador	PMDB	MT	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	DILMA VANA ROUSSEFF	13	Presidente	PT	BR	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR	45	Governador	PSDB	GO	S
ITAU INIBANCO S.A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	DILMA VANA ROUSSEFF	13	Presidente	PT	BR	S
ITAU UNIBANCO	R\$	Transferência	AÉCIO NEVES DA CUNHA	456	Senador	PSDB	MG	S

S/A	500.000,00	eletrônica						
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ALBERTO RICHIA	45	Governador	PSDB	PR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ SERRA	45	Presidente	PSDB	BR	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	OSMAR FERNANDES DIAS	12	Governador	PDT	PR	N
BANCO RURAL S/A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	ANDRE PUCCINELLI	15	Governador	PMDB	MS	S
BANCO RURAL S.A	R\$ 500.000,00	Transferência eletrônica	SILVAL DA CUNHA BARBOSA	15	Governador	PMDB	MT	S
BANCO BMG S/A	R\$ 400.000,00	Transferência eletrônica	AÉCIO NEVES DA CUNHA	456	Senador	PSDB	MG	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 350.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO PAULO NAGLE GABEIRA	43	Governador	PV	RJ	N
BANCO BMG LTDA	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO DE CARVALHO MIRANDA	151	Senador	PMDB	TO	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	VALDIVINO JOSE DE OLIVEIRA	4515	Deputado Federal	PSDB	GO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	ANDRE PUCCINELLI	15	Governador	PMDB	MS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS	40	Governador	PSB	PE	S
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	JOSE WILSON SANTIAGO	151	Senador	PMDB	PB	S
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR	45	Governador	PSDB	GO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	TARSO FERNANDO HERZ GENRO	13	Governador	PT	RS	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
ITAU UNIBANCO S A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ	138	Senador	PT	MS	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO DAMATA PIMENTEL	133	Senador	PT	MG	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLY	133	Senador	PT	SP	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	TASSO RIBEIRO JEREISSATI	456	Senador	PSDB	CE	N
ITÁU UNIBANCO S/A	R\$ 300.000,00	Transferência eletrônica	HÉLIO CALIXTO DA COSTA	15	Governador	PMDB	MG	N
BANCO BMG	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	JOSE TARGINO MARANHÃO	15	Governador	PMDB	PB	N
BANCO BMG	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	WILSON NUNES MARTINS	40	Governador	PSB	PI	S
BANCO BMG	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	WILSON NUNES MARTINS	40	Governador	PSB	PI	S
BANCO BMG S.A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ ALMEIDA LIMA	1515	Deputado Federal	PMDB	SE	S

BANCO BMG S.A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ ALMEIDA LIMA	1515	Deputado Federal	PMDB	SE	S
BANCO BMG S.A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	LEOMAR DE MELO QUINTANILHA	1555	Deputado Federal	PMDB	TO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	MARIA LUIZA ORGE BARRADAS E CARNEIRO	20000	Deputado Estadual	PSC	BA	S
BANCO BONSUCESSO	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	JORGE DOS REIS PINHEIRO	1010	Deputado Federal	PRB	GO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	IRIS REZENDE MACHADO	15	Governador	PMDB	GO	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR	45	Governador	PSDB	GO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 250.000,00	Transferência eletrônica	MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	43	Presidente	PV	BR	N
BANCO BMG S/A	R\$ 217.000,00	Transferência eletrônica	NELSON MARQUEZELLI	1434	Deputado Federal	PTB	SP	S
BANCO BMG S A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO VIEIRA COUTINHO	40	Governador	PSB	PB	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	VALDIVINO JOSE DE OLIVEIRA	4515	Deputado Federal	PSDB	GO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Depósito em espécie	IRIS REZENDE MACHADO	15	Governador	PMDB	GO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO	234	Senador	PPS	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	MAURI JOSÉ TORRES DUARTE	45240	Deputado Estadual	PSDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	OSVALDO DE SOUZA REIS	1515	Deputado Federal	PMDB	TO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES	1312	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	CELSO UBIRAJARA RUSSOMANNO	11	Governador	PP	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA	1516	Deputado Federal	PMDB	RJ	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	JULIO LUIZ BAPTISTA LOPES	1111	Deputado Federal	PP	RJ	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	JULIO LUIZ BAPTISTA LOPES	1111	Deputado Federal	PP	RJ	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO	15	Governador	PMDB	RJ	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	R\$ 200.000,00	Cheque	CARLOS ALBERTO RICHA	45	Governador	PSDB	PR	S
BANCO	R\$	Cheque	JOSE ARNON CRUZ	1451	Deputado	PTB	CE	S



INDUSTRIAL E COML S/A	200.000,00		BEZERRA DE MENEZES		Federal			
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ AGRIPINO MAIA	252	Senador	DEM	RN	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL	256	Senador	DEM	PE	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO NETO	451	Senador	PSDB	AM	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS	15	Governador	PMDB	PE	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 200.000,00	Transferência eletrônica	GARIBALDI ALVES FILHO	154	Senador	PMDB	RN	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL	R\$ 164.000,00	Transferência eletrônica	NELSON MARQUEZELLI	1434	Deputado Federal	PTB	SP	S
BANCO BMG S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	JOSELI ÂNGELO AGNOLIN	1234	Deputado Federal	PDT	TO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	ROGÉRIO FERNANDES	1230	Deputado Federal	PDT	MG	N
BANCO BMG SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS EDUARDO MOREIRA DA SILVA	25000	Deputado Estadual	DEM	RJ	N
BANCO BMG SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS EDUARDO TORRES GOMES	4555	Deputado Federal	PSDB	TO	S
BANCO BMG SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ SÁVIO DE SOUZA CRUZ	15900	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ SÁVIO DE SOUZA CRUZ	15900	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	HERACLITO DE SOUSA FORTES	251	Senador	DEM	PI	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	DALMO CLARO DE OLIVEIRA	1540	Deputado Federal	PMDB	SC	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	PAULO GANEM SOUTO	25	Governador	DEM	BA	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES	251	Senador	DEM	GO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	JAQUES WAGNER	13	Governador	PT	BA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	40	Governador	PSB	ES	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ PAULO VELLOZO LUCAS	45	Governador	PSDB	ES	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO	234	Senador	PPS	MG	S
BANCO RURAL S. A.	R\$ 150.000,00	Transferência eletrônica	WALDEMIR MOKA MIRANDA DE BRITO	151	Senador	PMDB	MS	S
BANCO BMG S/A	R\$ 130.000,00	Transferência eletrônica	DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES	251	Senador	DEM	GO	S
BANCO BMG SA	R\$ 130.000,00	Transferência eletrônica	VALDIR RAUPP DE MATOS	151	Senador	PMDB	RO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 130.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N

BANCO BMG SA	R\$ 125.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO HENRIQUE CRUZ PACHECO	20010	Deputado Estadual	PSC	RJ	S
BANCOBMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	SERGIO ZVEITER	1201	Deputado Federal	PDT	RJ	S
BANCO BMG S A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LUZIA MARIA FERREIRA	23400	Deputado Estadual	PPS	MG	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JOSE ERIBERTO MEDEIROS DE OLIVEIRA	36111	Deputado Estadual	PTC	PE	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RUI COSTA DOS SANTOS	1363	Deputado Federal	PT	BA	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ALBERTO GRANA	13690	Deputado Estadual	PT	SP	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS DO CARMO ANDRADE MELLES	2555	Deputado Federal	DEM	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	IRINY NICOLAU CORRES LOPES	1333	Deputado Federal	PT	ES	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LUÍZ CARLOS DE MIRANDA FARIA	12345	Deputado Estadual	PDT	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RAIMUNDO COIMBRA JÚNIOR	1570	Deputado Federal	PMDB	TO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	REJANE GUIMARAES PITANGA	13213	Deputado Distrital	PT	DF	N
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GUSTAVO DE FARIA DIAS CORREA	25789	Deputado Estadual	DEM	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	1511	Deputado Federal	PMDB	RN	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA	451	Senador	PSDB	GO	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ CLAUDIO MARCOLINO	13310	Deputado Estadual	PT	SP	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MARCUS ANTONIO VICENTE	1145	Deputado Federal	PP	ES	N
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO LAMAC JUNIOR	13444	Deputado Estadual	PT	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RUI SOARES PALMEIRA	4500	Deputado Federal	PSDB	AL	S
BANCO BMG SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	SANDRO DA MABEL ANTONIO SCODRO	2233	Deputado Federal	PR	GO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES	44500	Deputado Estadual	PRP	RJ	S
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	13	Governador	PT	SP	N
BANCO BONSUCESSO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO DAMATA PIMENTEL	133	Senador	PT	MG	N
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CESAR HANNA HALUM	2323	Deputado Federal	PPS	TO	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FABIO LINS E SILVA NERY DA COSTA	2511	Deputado Federal	DEM	RJ	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ANA PAULA GUIMARAES DE AZEVEDO JUNQUEIRA	4334	Deputado Federal	PV	SP	N

BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	13	Governador	PT	SP	N
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	GLEISI HELENA HOFFMANN	131	Senador	PT	PR	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ AGRIPINO MAIA	252	Senador	DEM	RN	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLY	133	Senador	PT	SP	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S A	R\$ 100.000,00	Cheque	CLAUDIO HENRIQUE DO VALE VIEIRA	22	Vice-Governador	PPS	CE	
ITAU UNIBANCI SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	TEOTONIO BRANDAO VILELA FILHO	45	Governador	PSDB	AL	S
ITAU UNIBANCO S. A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARNALDO DE ABREU MADEIRA	4580	Deputado Federal	PSDB	SP	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	451	Senador	PSDB	SP	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ANTERO PAES DE BARROS NETO	455	Senador	PSDB	MT	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR	3345	Deputado Federal	PMN	GO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA	4518	Deputado Federal	PSDB	RJ	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	WALTER DE FREITAS PINHEIRO	130	Senador	PT	BA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FABIO JOSÉ FELDMANN	43	Governador	PV	SP	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO	456	Senador	PSDB	PA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JUTAHY MAGALHÃES JÚNIOR	4545	Deputado Federal	PSDB	BA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LÚCIA VÂNIA ABRÃO COSTA	451	Senador	PSDB	GO	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RAUL BELENS JUNGSMANN PINTO	232	Senador	PPS	PE	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ROSALBA CIARLINI ROSADO	25	Governador	DEM	RN	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	SEVERINO SERGIO ESTELITA GUERRA	4510	Deputado Federal	PSDB	PE	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ANA AMELIA DE LEMOS	111	Senador	PP	RS	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE	123	Senador	PDT	DF	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	HUGO NAPOLEÃO DO REGO NETO	2510	Deputado Federal	DEM	PI	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	JULIO CESAR DELGADO	4050	Deputado Federal	PSB	MG	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Depósito em espécie	ROBERTO JOAO PEREIRA FREIRE	2323	Deputado Federal	PPS	SP	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ROMEU TUMA	141	Senador	PTB	SP	N

ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Depósito em espécie	ADELMIR ARAUJO SANTANA	2525	Deputado Federal	DEM	DF	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITACIO MAIA	2587	Deputado Federal	DEM	RJ	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	MAURICIO RANDS COELHO BARROS	1310	Deputado Federal	PT	PE	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO YOUNG SILVA	430	Senador	PV	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	LUCIO GONCALO DE ALCANTARA	22	Governador	PR	CE	N
BANCO POTENCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FÁBIO AUGUSTO RAMALHO DOS SANTOS	4311	Deputado Federal	PV	MG	S
BANCO POTENCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FÁBIO AUGUSTO RAMALHO DOS SANTOS	4311	Deputado Federal	PV	MG	S
BANCO POTENCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	FÁBIO AUGUSTO RAMALHO DOS SANTOS	4311	Deputado Federal	PV	MG	S
BANCO POTTENCIAL S.A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS WILLIAN DE SOUZA	3636	Deputado Federal	PTC	MG	N
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR	3345	Deputado Federal	PMN	GO	S
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 100.000,00	Transferência eletrônica	ARMANDO VERGÍLIO DOS SANTOS JÚNIOR	3345	Deputado Federal	PMN	GO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 80.000,00	Transferência eletrônica	GABRIEL MOREIRA DE ANDRADE	1311	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 80.000,00	Transferência eletrônica	WELITON FERNANDES PRADO	1391	Deputado Federal	PT	MG	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 75.000,00	Transferência eletrônica	WALTER MEYER FELDMAN	4570	Deputado Federal	PSDB	SP	N
BANCO PINE SA	R\$ 75.000,00	Transferência eletrônica	ANA PAULA GUIMARAES DE AZEVEDO JUNQUEIRA	4334	Deputado Federal	PV	SP	N
BANCO BMG S/	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ TADEU MARTINS LEITE	15300	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO PINHEIRO JUNIOR	1122	Deputado Federal	PP	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	ELISEU SILVA COSTA	13750	Deputado Estadual	PT	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	WALDIR AGNELLO	14747	Deputado Estadual	PTB	SP	N
BANCO BMG SA	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	ADMIR DONIZETI FERRO	45255	Deputado Estadual	PSDB	SP	N
BANCO BMG SA	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO MOURA VILELA	4545	Deputado Federal	PSDB	GO	S
BANCO BMG SA	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	NILMÁRIO DE MIRANDA	1331	Deputado Federal	PT	MG	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO CERRI COSTA	25251	Deputado Estadual	DEM	RJ	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 70.000,00	Transferência eletrônica	ADMIR DONIZETI FERRO	45255	Deputado Estadual	PSDB	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 52.000,00	Transferência eletrônica	GIOVANI CHERINI	1221	Deputado Federal	PDT	RS	S
BANCO BMG SA	R\$	Transferência	DANRLEI DE DEUS	1401	Deputado	PTB	RS	S

	51.000,00	eletrônica	HINTERHOLZ		Federal			
BANCO BMG	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ALINE LEMOS CORREA DE OLIVEIRA ANDRADE	1133	Deputado Federal	PP	SP	S
BANCO BMG S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LYVIO LUCIANO CARNEIRO DE QUEIROZ	15000	Deputado Estadual	PMDB	GO	N
BANCO BMG S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PABLO CESAR DE SOUZA	3600	Deputado Federal	PTC	MG	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOAO CARLOS SIQUEIRA	1315	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO BMG S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SALVADOR BRITO DE SÃO JOSÉ	13789	Deputado Estadual	PT	BA	N
BANCO BMG S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	WADSON NATHANIEL RIBEIRO	6510	Deputado Federal	PC do B	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ADALCLEVER RIBEIRO LOPES	15123	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CESAR HANNA HALUM	2323	Deputado Federal	PPS	TO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO PRATES OCTAVIANI BERNIS	2334	Deputado Federal	PPS	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FREDERICO BORGES DA COSTA	31333	Deputado Estadual	PHS	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOAO BOSCO PAPALEO PAES	456	Senador	PSDB	AP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ HUMBERTO CARNEIRO	45999	Deputado Estadual	PSDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCELLO DE LIMA LELIS	43123	Deputado Estadual	PV	TO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCELLO DE LIMA LELIS	43123	Deputado Estadual	PV	TO	S
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARY REGINA DOS SANTOS COSTA	12192	Deputado Estadual	PDT	RN	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	NEY NOGUEIRA	11456	Deputado Estadual	PP	GO	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RONALDO VASCONCELLOS NOVAIS	43222	Deputado Estadual	PV	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RONALDO WAGNER GONTIJO	23384	Deputado Estadual	PPS	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	WELITON FERNANDES PRADO	1391	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO BMG S/A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE DE ANCHIETA JUNIOR	45	Governador	PSDB	RR	S
BANCO BMG S/A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ANTONIO SKAF	40	Governador	PSB	SP	N
BANCO BMG SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS GOMES SAMPAIO DE FREITAS	13010	Deputado Estadual	PT	MG	N
BANCO BMG SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	DURVAL ÂNGELO ANDRADE	13139	Deputado Estadual	PT	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	DURVAL ÂNGELO ANDRADE	13139	Deputado Estadual	PT	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S

BANCO BNG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO JOSE DE OLIVEIRA	1415	Deputado Federal	PTB	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SAVIO LUIS FERREIRA NEVES FILHO	1110	Deputado Federal	PP	RJ	N
BANCO BMG SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	WAGNER MONTES DOS SANTOS	12123	Deputado Estadual	PDT	RJ	S
BANCO ALFA DE INVESTIMENTO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ALOIZIO MERCADANTE OLIVA	13	Governador	PT	SP	N
BANCO BONSUCESSO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	DOMINGOS SÁVIO CAMPOS RESENDE	4560	Deputado Federal	PSDB	MG	S
BANCO BONSUCESSO SA	R\$ 50.000,00	Cheque	LUIZ SÁVIO DE SOUZA CRUZ	15900	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO COOP DO BRASIL SA- BANCOOB	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ODACIR ZONTA	1145	Deputado Federal	PP	SC	S
BANCO COOPERATIVA DO BRASIL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO PIAU NOGUEIRA	1515	Deputado Federal	PMDB	MG	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LEONARDO MOURA VILELA	4545	Deputado Federal	PSDB	GO	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR	4554	Deputado Federal	PSDB	SP	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM	2345	Deputado Federal	PPS	SP	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	2323	Deputado Federal	PPS	RO	S
BANCO FATOR	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MAURICIO RANDS COELHO BARROS	1310	Deputado Federal	PT	PE	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	4526	Deputado Federal	PSDB	SP	N
BANCO FATOR S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	OSMAR FERNANDES DIAS	12	Governador	PDT	PR	N
BANCO FATOR S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO EUGENIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL	1314	Deputado Federal	PT	PE	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RAIMUNDO GOMES DE MATOS	4511	Deputado Federal	PSDB	CE	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	R\$ 50.000,00	Cheque	LUIZA MARIA DE OLIVEIRA LINS	13331	Deputado Estadual	PT	CE	N
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL SA	R\$ 50.000,00	Cheque	MARIA GORETE PEREIRA	2233	Deputado Federal	PR	CE	S
BICBANCO - BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A	R\$ 50.000,00	Cheque	HEITOR CORREIA FERRER	12350	Deputado Estadual	PDT	CE	S

BANCO ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	EUSTAQUIO LUCIANO ZICA	4321	Deputado Federal	PV	SP	N
ITAU UNIBANCO	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO MAGELA PEREIRA	1313	Deputado Federal	PT	DF	S
ITAU UNIBANCOS/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	GERSON DOS SANTOS PERES	1115	Deputado Federal	PP	PA	N
ITAU- UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS DE MENDES THAME	4577	Deputado Federal	PSDB	SP	S
ITAU- UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RUBENS BUENO	2300	Deputado Federal	PPS	PR	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FLÁVIA CARREIROALBUQUERQUE MORAIS	1212	Deputado Federal	PDT	GO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	GUILHERME CAMPOS JUNIOR	2590	Deputado Federal	DEM	SP	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO	6565	Deputado Federal	PC do B	SP	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARCIO REINALDO DIAS MOREIRA	1177	Deputado Federal	PP	MG	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARIA AUXILIADORA SEABRA REZENDE	2580	Deputado Federal	DEM	TO	S
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR	4567	Deputado Federal	PSDB	PA	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANDRE LUIZ VARGAS ILARIO	1345	Deputado Federal	PT	PR	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CLAUDIO CAJADO SAMPAIO	2522	Deputado Federal	DEM	BA	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	HUGO LEAL MELO DA SILVA	2010	Deputado Federal	PSC	RJ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE OTAVIO GERMANO	1112	Deputado Federal	PP	RS	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MARA CRISTINA GABRILLI	4517	Deputado Federal	PSDB	SP	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	OSMAR GASPARINI TERRA	1522	Deputado Federal	PMDB	RS	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	REBECCA MARTINS GARCIA	1122	Deputado Federal	PP	AM	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ARLINDO CHIGNALIA JUNIOR	1322	Deputado Federal	PT	SP	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	DARCÍSIO PAULO PERONDI	1502	Deputado Federal	PMDB	RS	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FERNANDO BARRANCOS CHUCRE	4566	Deputado Federal	PSDB	SP	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM	1410	Deputado Federal	PTB	PI	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI	4565	Deputado Federal	PSDB	SP	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ CARLOS JORGE HAULY	4515	Deputado Federal	PSDB	PR	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA	1398	Deputado Federal	PT	SP	S

ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE	1111	Deputado Federal	PP	BA	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MIGUEL CORREA DA SILVA JÚNIOR	1330	Deputado Federal	PT	MG	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RENATO DELMAR MOLLING	1122	Deputado Federal	PP	RS	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RODRIGO GARCIA	2525	Deputado Federal	DEM	SP	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SAVIO LUIS FERREIRA NEVES FILHO	1110	Deputado Federal	PP	RJ	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	SIMAO SESSIM	1125	Deputado Federal	PP	RJ	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	VICENTE PAULO DA SILVA	1390	Deputado Federal	PT	SP	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	FRANCISCO MARCELO ORTIZ FILHO	4341	Deputado Federal	PV	SP	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	NELSON MARCHEZAN JUNIOR	4545	Deputado Federal	PSDB	RS	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO IZAR JUNIOR	4363	Deputado Federal	PV	SP	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ROBSON TUMA	1414	Deputado Federal	PTB	SP	N
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	VILMAR DA SILVA ROCHA	2525	Deputado Federal	DEM	GO	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	OTAVIO SANTOS SILVA LEITE	4555	Deputado Federal	PSDB	RJ	S
ITAÚ UNIBANCO S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES	1515	Deputado Federal	PMDB	PR	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE RICARDO FRANCO MONTORO	4546	Deputado Federal	PSDB	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Outros títulos de crédito	WALTER SHINDI IIHOSHI	2599	Deputado Federal	DEM	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ZULAIE COBRA RIBEIRO	2529	Deputado Federal	DEM	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CANDIDO ELPIDIO DE SOUZA VACCAREZZA	1312	Deputado Federal	PT	SP	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS ALBERTO LEREIA DA SILVA	4544	Deputado Federal	PSDB	GO	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOAO CARLOS PAOLILO BACELAR FILHO	2288	Deputado Federal	PR	BA	S
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	JOSE CARLOS STANGARLINI	4510	Deputado Federal	PSDB	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	NEWTON LIMA NETO	1318	Deputado Federal	PT	SP	S
BANCO MÁXIMA S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PEDRO PAULO CARVALHO TEIXEIRA	1515	Deputado Federal	PMDB	RJ	S
BANCO MÁXIMA S.A.	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	RODRIGO FELINTO IBARRA EPITACIO MAIA	2587	Deputado Federal	DEM	RJ	S
BANCO PINE	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ROGERIO NOGUEIRA LOPES CRUZ	12123	Deputado Estadual	PDT	SP	S
BANCO PINE S/A	R\$	Transferência	PAULO ANTONIO SKAF	40	Governador	PSB	SP	N



	50.000,00	eletrônica						
BANCO POTTENCIAL S.A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS WILLIAN DE SOUZA	3636	Deputado Federal	PTC	MG	N
BANCO RODOBENS SA	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ANTONIO SKAF	40	Governador	PSB	SP	N
BANCO RURAL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	MURILO ZAUITH	255	Senador	DEM	MS	N
BANCO RURAL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	HÉLIO CALIXTO DA COSTA	15	Governador	PMDB	MG	N
BANCO RURAL S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO SOFISA S/A	R\$ 50.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ANTONIO SKAF	40	Governador	PSB	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 45.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS HENRIQUE PINTO	1242	Deputado Federal	PDT	SP	N
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	R\$ 45.000,00	Transferência eletrônica	NELSON MARQUEZELLI	1434	Deputado Federal	PTB	SP	S
BAMCO BMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	MARCO REGIS DE ALMEIDA LIMA	1739	Deputado Federal	PSL	MG	N
BANCOBMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	ANTÔNIO ROBERTO SOARES	4343	Deputado Federal	PV	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA	456	Senador	PSDB	PB	Impugnado
BANCO BMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	EROS FERREIRA BIONDINI	1433	Deputado Federal	PTB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ LUIZ ALVES	17070	Deputado Estadual	PSL	MG	N
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO DE REZENDE FERRACO	156	Senador	PMDB	ES	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	WELINGTON COIMBRA	1515	Deputado Federal	PMDB	ES	S
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A	R\$ 40.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S
BANCO BMG S/	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ TADEU MARTINS LEITE	15300	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	WELITON FERNANDES PRADO	1391	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO BMG SA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARIA MARGARIDA MARTINS SALOMÃO	1314	Deputado Federal	PT	MG	N
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	HUGO CESAR REZENDE THOME	3351	Deputado Federal	PMN	MG	N
BANCO COOP DO BRASIL SA-BANCOOB	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	ODACIR ZONTA	1145	Deputado Federal	PP	SC	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	EDUARDO SANTOS PALHARES	4394	Deputado Federal	PV	SP	N

BANCO MAXIMA S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO JOSE RIBEIRO BERZOINI	1331	Deputado Federal	PT	SP	S
BANCO MÁXIMO S.A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO ZATURANSKY NOGUEIRA ITAGIBA	4518	Deputado Federal	PSDB	RJ	N
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	JOAO LUCIO MAGALHAES BIFANO	1513	Deputado Federal	PMDB	MG	S
BANCO SOFISA	R\$ 30.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS HENRIQUE PINTO	1242	Deputado Federal	PDT	SP	N
BANCO BMG S/A	R\$ 27.000,00	Transferência eletrônica	GERALDO TENUTA FILHO	2512	Deputado Federal	DEM	BA	N
BANCO FATOR S/A	R\$ 27.000,00	Transferência eletrônica	RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO	13156	Deputado Estadual	PT	SP	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 25.203,20	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO BMG	R\$ 25.000,00	Depósito em espécie	WALDETH BRASIEL RINALDI	22025	Deputado Estadual	PR	RJ	N
BANCO BMG	R\$ 25.000,00	Depósito em espécie	WALDETH BRASIEL RINALDI	22025	Deputado Estadual	PR	RJ	N
BANCO BMG S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	ROGERIO CORREIA DE MOURA BAPTISTA	13123	Deputado Estadual	PT	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	VANDERLEI ANDRADE MIRANDA	15000	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BONSUCESSO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ FRANCISCO MARTINS	12200	Deputado Estadual	PDT	MG	N
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO	6565	Deputado Federal	PC do B	SP	S
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIS CARLOS HEINZE	1144	Deputado Federal	PP	RS	S
ITAUUNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA	43	Governador	PV	MG	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	MARIA DA GRAÇA DOUAT BARBOSA DE MEDEIROS	11040	Deputado Estadual	PP	RJ	N
ITAU UNIBANCO S.A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ALEXANDRE PEREIRA BARBOSA	45633	Deputado Estadual	PSDB	SP	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS MINC BAUMFELD	13001	Deputado Estadual	PT	RJ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	MILTON FLAVIO MARQUES LAUTENSCHLAGER	45101	Deputado Estadual	PSDB	SP	N
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	PAULO CÉSAR MELO DE SÁ	15288	Deputado Estadual	PMDB	RJ	S
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	RICARDO DE AQUINO SALLES	25200	Deputado Estadual	DEM	SP	N
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	ANTONIO CARLOS ARANTES	20456	Deputado Estadual	PSC	MG	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	BRUNO COVAS LOPES	45145	Deputado Estadual	PSDB	SP	S

ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	15622	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS EDUARDO VENTURELLI MOSCONI	45513	Deputado Estadual	PSDB	MG	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	DAVID ZAIA	23123	Deputado Estadual	PPS	SP	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ HUMBERTO CARNEIRO	45999	Deputado Estadual	PSDB	MG	S
ITAU UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ SÁVIO DE SOUZA CRUZ	15900	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
ITAÚ UNIBANCO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO	23723	Deputado Estadual	PPS	MG	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	EVANDRO LUIZ LOSACCO	45045	Deputado Estadual	PSDB	SP	N
ITAÚ UNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	GUSTAVO DA CUNHA PEREIRA VALADARES	25464	Deputado Estadual	DEM	MG	N
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	AFRENI GONCALVES LEITE	45456	Deputado Estadual	PSDB	GO	N
ITAÚ UNIBANCO SA	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S
ITAÚ UNIBANDO S.A.	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	EDSON ALBERTASSI	15088	Deputado Estadual	PMDB	RJ	S
ITAUNIBANCO S/A	R\$ 25.000,00	Transferência eletrônica	FRANCISCO MANOEL DE CARVALHO	15345	Deputado Estadual	PMDB	RJ	S
BANCO BMG SA	R\$ 23.000,00	Transferência eletrônica	MANOEL DA SILVA LIMA	13131	Deputado Estadual	PT	AC	N
BANCOBMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	GERSON DOS SANTOS PERES	1115	Deputado Federal	PP	PA	N
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	EROS FERREIRA BIONDINI	1433	Deputado Federal	PTB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARIO HENRIQUE DA SILVA	65000	Deputado Estadual	PC do B	MG	N
BANCO BMG SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	AMARILDO DE OLIVEIRA	13600	Deputado Estadual	PT	MG	N
BANCO BMG SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MANOEL DA SILVA LIMA	13131	Deputado Estadual	PT	AC	N
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	JOSE ESSIOMAR GOMES DA SILVA	11611	Deputado Estadual	PP	RJ	N
BANCO BMG S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	SAVIO LUIS FERREIRA NEVES FILHO	1110	Deputado Federal	PP	RJ	N
BANCO BMG SA	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PAULO DE HERACLITO LIMA FILHO	11000	Deputado Estadual	PP	RJ	N
BANCO BANSUCESSO	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	BRUNO DE FREITAS SIQUEIRA	15622	Deputado Estadual	PMDB	MG	S
BANCO BONSSUCESSOS/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	JOAO VITOR XAVIER FAUSTINO	44200	Deputado Estadual	PRP	MG	S
BANCO BONSUCESSO S.A	R\$ 20.000,00	Cheque	JOÃO LEITE DA SILVA NETO	45777	Deputado Estadual	PSDB	MG	S
BANCO BONSUCESSO S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PAULO ROBERTO LAMAC JUNIOR	13444	Deputado Estadual	PT	MG	S
BANCO	R\$	Transferência	CARLOS HENRIQUE	10123	Deputado	PRB	MG	S

BONSUCESSO S/A	20.000,00	eletrônica	ALVES DA SILVA		Estadual			
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	CARLOS HENRIQUE ALVES DA SILVA	10123	Deputado Estadual	PRB	MG	S
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PABLO CESAR DE SOUZA	3600	Deputado Federal	PTC	MG	N
BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA	456	Senador	PSDB	ES	N
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S
BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	REINHOLD STEPHANES JUNIOR	15000	Deputado Estadual	PMDB	PR	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 20.000,00	Cheque	GUSTAVO REGIO TORQUATO FERNANDES	15123	Deputado Estadual	PMDB	RN	S
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	GABRIEL MOREIRA DE ANDRADE	1311	Deputado Federal	PT	MG	S
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	JOAO LUCIO MAGALHAES BIFANO	1513	Deputado Federal	PMDB	MG	S
BES INVESTIMENTO DO BRASIL	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	PAULO GANEM SOUTO	25	Governador	DEM	BA	N
BES INVESTIMENTOS DO BRASIL S/A	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	MARTA SUPPLY	133	Senador	PT	SP	S
ITAU UNIBANCO S/A	R\$ 20.000,00	Cheque	CARLOS ALBERTO RICHIA	45	Governador	PSDB	PR	S
PARANÁ BANCO S.A.	R\$ 20.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ MALUCELLI NETO	45800	Deputado Estadual	PSDB	PR	N
BANCO RENDIMENTO S/A	R\$ 18.000,00	Transferência eletrônica	WALTER MEYER FELDMAN	4570	Deputado Federal	PSDB	SP	N
BANCO RURAL S.A.	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	CÁSSIO ANTONIO FERREIRA SOARES	28888	Deputado Estadual	PRTB	MG	S
BANCO RURAL S/A	R\$ 15.000,00	Transferência eletrônica	RODRIGO BATISTA DE CASTRO	4550	Deputado Federal	PSDB	MG	S
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 10.664,32	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
PARANÁ BANCO S.A.	R\$ 10.010,00	Transferência eletrônica	LUIZ MALUCELLI NETO	45800	Deputado Estadual	PSDB	PR	N
BANCO BMG S/A	R\$ 10.000,00	Depósito em espécie	ROBERTO GERALDO ALVES CORREA	1480	Deputado Federal	PTB	MG	N
BANCO BRJ S/A.	R\$ 10.000,00	Cheque	ALESSANDRO LUCCIOLA MOLON	1313	Deputado Federal	PT	RJ	S
BANCO COOPERATIVO	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	SERYS MARLY SLHESSARENKO	1322	Deputado Federal	PT	MT	N

DO BRASIL								
BANCOOB BANCO COOPERATIVO DO BRASIL	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ CARLOS JORGE HAULY	4515	Deputado Federal	PSDB	PR	S
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A	R\$ 10.000,00	Cheque	ANA PAULA GOMES DA CRUZ NAPOLEÃO	10147	Deputado Estadual	PRB	CE	N
BANCO LUSO BRASILEIRO SA	R\$ 10.000,00	Transferência eletrônica	HELIO RUBENS GONÇALVES FIGUEIREDO	45000	Deputado Estadual	PSDB	SP	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 9.552,64	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 8.438,40	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 7.313,28	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A	R\$ 7.313,28	Estimado	ANTÔNIO PEDRO DE SIQUEIRA INDIO DA COSTA	45	Vice-Presidente	DEM	BR	N
BANCO POTTENCIAL S/A	R\$ 7.000,00	Transferência eletrônica	JOAO LUCIO MAGALHAES BIFANO	1513	Deputado Federal	PMDB	MG	S
BANCO SOFISA S/A	R\$ 6.500,00	Estimado	ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM	2345	Deputado Federal	PPS	SP	S
BANCO BONSUCESSO S.A.	R\$ 5.000,00	Cheque	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO BMG S/A	R\$ 4.500,00	Transferência eletrônica	ROGÉRIO FERNANDES	1230	Deputado Federal	PDT	MG	N
BANCO BMG S/A	R\$ 4.000,00	Cheque	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO INDUSCRED DE INVESTIMENTOS SA	R\$ 4.000,00	Cheque	FERNANDO CAPEZ	45700	Deputado Estadual	PSDB	SP	S
BANCO FATOR S/A	R\$ 3.000,00	Transferência eletrônica	RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO	13156	Deputado Estadual	PT	SP	S
BANCO POTENCIAL S/A	R\$ 2.500,00	Cheque	ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA	45	Governador	PSDB	MG	S
BANCO BOM SUCESSO S/A	R\$ 2.000,00	Transferência eletrônica	LUIZ HENRIQUE DA SILVA	11123	Deputado Estadual	PP	SC	N
PARANA BANCO S/A	R\$ 1.875,00	Depósito em espécie	JOÃO JOSÉ DE ARRUDA JUNIOR	1511	Deputado Federal	PMDB	PR	S
PARANÁ BANCO S.A.	R\$ 1.875,00	Transferência eletrônica	LUIZ MALUCELLI NETO	45800	Deputado Estadual	PSDB	PR	N
BANCO BONSUCESSO S/A	R\$ 1.400,00	Cheque	PABLO CESAR DE SOUZA	3600	Deputado Federal	PTC	MG	N
BANCO BOM SUCESSO	R\$ 1.000,00	Depósito em espécie	CARLOS HENRIQUE PINTO	1242	Deputado Federal	PDT	SP	N
BANCO BRJ	R\$ 1.000,00	Cheque	MARCELO BORGES SERENO	1314	Deputado Federal	PT	RJ	N

BANCO BRJ S.A.	R\$ 1.000,00	Cheque	GILBERTO SILVA PALMARES	13455	Deputado Estadual	PT	RJ	S
BANCO PROSPER	R\$ 1.000,00	Transferência eletrônica	MARCELO BORGES SERENO	1314	Deputado Federal	PT	RJ	N
BANCO FINASA S/A	R\$ 210,00	Estimado	JOÃO BITTAR JÚNIOR	2510	Deputado Federal	DEM	MG	N
BANCO FINASA S/A	R\$ 25,00	Estimado	MURILO FERREIRA ALVES	1213	Deputado Federal	PDT	MG	N

Dados TSE. Elaboração do autor.